

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO POPULAR EM INTERFACE COM MEMÓRIA E GÊNERO: O
“FAZER-SE” DAS MULHERES E PARTEIRAS COMO PRÁTICAS DE
HERANÇA CULTURAL**

CRISTINA GONÇALVES CHÉRICI CECCATO

JOINVILLE
2017

CRISTINA GONÇALVES CHÉRICI CECCATO

**EDUCAÇÃO POPULAR EM INTERFACE COM MEMÓRIA E GÊNERO: O
“FAZER-SE” DAS MULHERES E PARTEIRAS COMO PRÁTICAS DE
HERANÇA CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville (Univille) na linha de Políticas e Práticas Educativas, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Educação, sob a orientação da Professora Doutora Jane Mery Richter Voigt e coorientação da Professora Doutora Elizabete Tamanini.

JOINVILLE - SC
2017

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

C387e	Ceccato, Cristina Gonçalves Chéríci Educação popular em interface com memória e gênero: o “fazer-se” das mulheres e parteiras como práticas de herança cultural / Cristina Gonçalves Chéríci Ceccato; orientadora Dra.Jane Mery Richter Voigt e coorientadora Dra.Elizabete Tamanini. – Joinville: UNIVILLE, 2017. 176 f. : il. ; 30 cm Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade da Região de Joinville) 1. Educação popular. 2.Cultura material. 3. Prática de ensino. 4. Parteiras. 5. Memória coletiva. 6. Identidade de gênero. I. Voigt, Jane Mery Richter (orient.). II. Tamanini, Elizabete (coorient.). III. Título. CDD 370.115
-------	--

Elaborada por Rafaela Ghacham Desiderato – CRB-14/1437

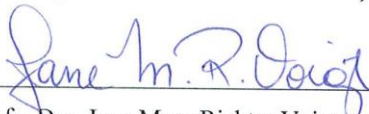
Termo de Aprovação

“Educação Popular em Interface com Memória e Gênero: O "Fazer-se" das Mulheres e Parteiras como Práticas de Herança Cultural”

por

Cristina Gonçalves Chérice Ceccato

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Educação, aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Educação.



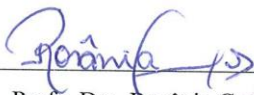
Prof. Dra. Jane Mery Richter Voigt

Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Elizabete Tamanini

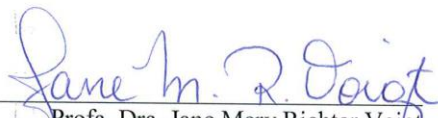
Coorientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Rosânia Campos

Coordenadora do Programa de Mestrado em Educação

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Jane Mery Richter Voigt
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Elizabete Tamanini
Coorientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Edla Eggert
(PUC-RS)



Prof. Dra. Sonia Maria Ribeiro
(UNIVILLE)

Joinville, 18 de dezembro de 2017

*À minha família e ao meu marido pelo apoio e incentivo.
Às meninas da família:
minha filha Luísa, minha irmã Sophia e minha afilhada Laura.*

AGRADECIMENTOS

Muitas mãos auxiliaram o desenvolvimento desse trabalho...

Não seria possível iniciar essa gestação sem pessoas que sonhassem junto comigo como: o meu marido e minha filha; minha mãe, meu pai e minha irmã; minhas queridas colegas de trabalho do IFSC, campus Joinville.

Não seria possível gestar esse trabalho sem a mão cuidadosa e generosa da professora Elizabete Tamanini, a Betinha; da Camila companheira e amiga, presente que o mestrado me deu; do Ernesto e nossas conversas sobre gênero; de todos os/as colegas companheiros/as da turma de mestrado e professoras pelas trocas e compartilhamentos durante esse processo; da Dona Lucia Besen Koch que me recebeu com carinho e com sua generosidade e sabedoria nos possibilitou essa pesquisa; da Maria Ivoni Campigotto Spezia por me dar todo apoio e auxílio necessários em Massaranduba; da Elísia Kasprowicz Stein pelo carinho e apoio nos trabalhos que desenvolvemos em Massaranduba.

Não seria possível parir esta dissertação sem a ajuda e incentivo das professoras Jane Mery Voigt Richter, por todo apoio e seriedade em todos os momentos; Sonia Maria Ribeiro, pelo carinho e sensibilidade nas avaliações e colaborações e Edla Eggert por nos inspirar e nos provocar a sermos e fazermos cada vez melhor.

Tão pouco seria possível aqui listar todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para esse trabalho, pelo incentivo, pelo apoio ou pela compreensão em momentos difíceis. Pude contar com amigos, amigas e familiares nesses dois anos de gestação e a todos e todas fica meu carinho e gratidão.

Tudo é possível quando temos com quem contar, em quem nos inspirar, em quem nos amparar, em quem confiar, com quem discutir, com quem conversar, para quem contar...

RESUMO

Este trabalho está vinculado à linha de pesquisa de Políticas e Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE e tem como objetivo analisar que memórias constituem o ofício de parteira na contemporaneidade, bem como as interfaces entre esses saberes e fazeres com a educação popular e gênero. Utilizou-se como base aspectos da história de vida da parteira Maria Petry Besen, narrada por sua filha Lucia Besen Koch. Para a compreensão destas questões em estudo, buscamos um olhar metodológico qualitativo trazendo para o diálogo a contribuição da História Oral em interface com a leitura da cultura material presente em um museu, tendo em vista que foram realizadas entrevistas com a narradora e inventário dos artefatos da parteira em exposição no Museu Municipal de Massaranduba/SC. O estudo foi ancorado por leituras da educação popular e dos estudos de gênero. As análises e reflexões são elaboradas desde as narrativas orais e mediadas pela ação da cultura material, ou seja, há nesta construção teórica e metodológica uma tessitura entre o ir e vir de vozes, fontes oficiais e não oficiais, trabalho de campo, referências bibliográficas dentre outros movimentos dialógicos, percursos estes de pesquisa, necessários à construção deste estudo. Essas análises revelaram que o uso ético de histórias de vida como temas geradores em práticas educativas podem suscitar discussões que contribuam para promoção do pensamento crítico no combate à perpetuação de preconceitos, na perspectiva da valorização do trabalho feminino, dos artefatos enquanto objetos de memória e da educação na valorização dos saberes e fazeres populares.

Palavras-chave: educação popular; parteiras; gênero; memória; cultura material; práticas educativas;

ABSTRACT

This work is linked to the research line of Educational Policies and Practices of the Postgraduation Program in Education of Joinville Region University - UNIVILLE and had its objective to analyze which memories constituted the midwife's job in contemporary times, as well as the interfaces between these knowledge and performances with popular education and gender. It was based on the real life story of the midwife Maria Petry Besen, narrated by her daughter Lucia Besen Koch. In order to understand these questions, we seek a qualitative methodological approach by bringing to the dialogue the contribution of oral history in the interface with the reading of the material culture present in a museum, considering that interviews were conducted with the narrator and the stocktakings of the midwife's artifacts displayed at Massaranduba city/SC museum. The analyzes were made during the descriptions of these artifacts, making a texture between the bibliographic research and the memory narrative. The analyzes revealed that the ethical usage of real life stories as generative themes in educational practices may lead to discussions that contribute to the promotion of critical thinking in the fight against the perpetuation of prejudices, in the perspective of the feminine work appreciation, the artifacts as objects of memory and the education in the valuation of the popular knowledge and popular practices.

Key words: popular education; midwives; gender; memory, material culture; educational practices;

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHB - Arquivo Histórico de Blumenau

AHJ - Arquivo Histórico de Joinville

AHJS - Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

GEPPPE - Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas Educativas

GT – Grupo de Trabalho

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina

MMM - Museu Municipal de Massaranduba

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SECET - Secretaria de Educação Cultura Esporte e Turismo

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNERJ - Centro Universitário da Região de Jaraguá do Sul

UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Jornal Gazeta de Joinville de 1913	46
Figura 2 - Mapa de Santa Catarina (município de Massaranduba destacado em cor vermelha).	59
Figura 3 - Fotografia Curso de Parteira em Blumenau, 1940.	70
Figura 4 - Capa do Livro de Registros de Partos	84
Figura 5 - Contracapa do Livro de Registros de Partos	85
Figura 6 - Última página do Livro de Registros de Partos	86
Figura 7 - Detalhe da página do Livro de Registros de Partos	87
Figura 8 - Detalhe editado da página do Livro de Registros de Partos	88
Figura 9 - Detalhe do registro do nascimento de seus filhos e filhas na página do Livro de Registros de Partos	89
Figura 10 - Montagem com fotos da mala.....	92
Figura 11 - Avental (frente e costas)	94
Figura 12 - Pano.....	95
Figura 13 - Instrumento obstétrico.....	97
Figura 14 - Pinças	97
Figura 15 - Cureta	98
Figura 16 – Ilustração de Instrumentos Obstétricos	99
Figura 17 - Ilustração referente utilização de instrumentos obstétricos.....	100
Figura 18 - Propaganda Casa Lohner	101
Figura 19 - Fórceps	102
Figura 20 - Página 148 do livro <i>Leitfaden für den geburtshilfflichen Operationskurs</i>	103
Figura 21 – Ilustração de Fórceps de Simpson	104
Figura 22 - Faixa	105
Figura 23 - Bacia esmaltada.....	107
Figura 24 - Estojo com seringa de vidro.....	108
Figura 25 - Tesouras	109
Figura 26 - Atestado de parteira de Maria Petry Besen.	111
Figura 27–Reportagem sobre instalação da Escola de Parteias de Blumenau	113
Figura 28 - Alfabeto gótico	116

Figura 29 - Capa do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	117
Figura 30 - Contracapa do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	118
Figura 31 - Placa em memória do Prof.º Sigfrid Hammerschlag.	120
Figura 32 - Primeira página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	123
Figura 33 - Segunda página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	125
Figura 34 - Terceira página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	126
Figura 35 - Quarta página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	127
Figura 36 - Quinta página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	128
Figura 37 - Sexta página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	129
Figura 38 - Sétima página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	130
Figura 39 - Oitava página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	131
Figura 40 - Nona página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	133
Figura 41 - Ilustração na página 134 do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	134
Figura 42 - Ilustração na página 188 do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	136
Figura 43 - Ilustração do Anexo do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	137
Figura 44 - Capa do Livro <i>Leitfaden für den geburlshilfflichen Operationskurs</i>	139
Figura 45 - Contracapa do livro <i>Leitfaden für den geburlshilfflichen Operationskurs</i>	141
Figura 46 - Primeira página do sumário do livro <i>Leitfaden für den geburlshilfflichen Operationskurs</i>	142
Figura 47 - Segunda página do sumário do livro <i>Leitfaden für den geburlshilfflichen Operationskurs</i>	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção Científica Capes, BDTD e SciELO (2004-2016).....	53
Tabela 2 - Produção Científica Capes (2004-2016).	53
Tabela 3 - Produção Científica BDTD (2004-2016).....	54
Tabela 4 - Produção Científica SciELO (2004-2016).	55
Tabela 5 – Transcrição da Contracapa do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	119
Tabela 6 - Transcrição da Placa em memória do Profº Sigfrid Hammerschlag	121
Tabela 7 - Transcrição da Primeira página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	124
Tabela 8 - Transcrição da Segunda página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	126
Tabela 9- Transcrição da Terceira página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	127
Tabela 10 - Transcrição da Quarta página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	128
Tabela 11 – Transcrição da Quinta página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	129
Tabela 12 – Transcrição da Sétima página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	130
Tabela 13 – Transcrição da Oitava página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	132
Tabela 14 – Transcrição da Nona página do Sumário do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	133
Tabela 15 – Transcrição da legenda da Ilustração na página 134 do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	135
Tabela 16 - Transcrição da legenda da Ilustração na página 188 do Livro <i>Hebammenlehrbuch</i>	137
Tabela 17 - Transcrição da Capa do Livro <i>Leitfaden für den geburlshilfflichen Operationskurs</i>	140
Tabela 18 – Transcrição da Primeira página do sumário do livro <i>Leitfaden für den geburlshilfflichen Operationskurs</i>	142
Tabela 19 – Transcrição da Segunda página do sumário do livro <i>Leitfaden für</i>	

<i>den geburtshilflichen Operationskurs</i>	144
---	------------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: FAZENDO A MALA.....	9
1. EDUCAÇÃO POPULAR, MEMÓRIA, HISTÓRIA E SABERES: O “FAZER-SE” DAS MULHERES E PARTEIRAS COMO PRÁTICAS DE HERANÇA CULTURAL.....	21
1.1 Um pouco da história.....	21
1.2 Um olhar para as práticas de parteiras no Brasil	26
1.3 Um olhar regional: Parteiras em Santa Catarina	37
2. ABRINDO A MALA: A ESCOLHA DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA	49
2.1 Buscando ajuda em outras experiências: os saberes acadêmicos ...	52
2.2 Conhecendo o caminho: o local da pesquisa	58
2.3 Carregando a mala: as idas e vindas da pesquisa	60
2.3.1 Pesquisa Bibliográfica sobre parteiras:	62
2.3.2 Pesquisa no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ)	62
2.3.3 Visita ao Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul (AHJS).....	63
2.3.4 Conversa inicial com Lucia Besen Koch	64
2.3.5 Fotografia dos artefatos de Maria Petry Besen.....	65
2.3.6 Segunda conversa com Lucia Besen Koch	66
2.3.7 A etnografia - Descrição dos Artefatos	67
2.3.8 Visita ao Arquivo Histórico de Blumenau (AHB)	68
2.3.9 O processo de <i>transcrição</i>	68
2.4 Maria Petry Besen: parteira, agricultora, mãe, esposa, mulher.	70
2.4.1 Os saberes e fazeres da Parteira Maria:	74
2.4.2 As memórias contidas nos artefatos:	75
2.4.3 Deixando marcas no território: Rua Maria Parteira	77
3. AO VESTIR O AVENTAL: CULTURA MATERIAL, MEMÓRIAS E INTIMIDADE	79

3.1 “Inventariando as memórias”: Os registros de partos.....	83
3.2 “Era somente uma Mala”: a mala e seus segredos	91
3.3 “Vestir o Avental”–não apenas pela assepsia	93
3.4 “Os Panos que embrulhavam”: gestos e instrumentos.....	95
3.5 “As ferramentas...”: Instrumentos cirúrgicos.....	96
3.5.1 “Parto a Ferro”: Fórceps	101
3.6 “Muita força para nascer”: instrumento auxiliar	105
3.7 “A bacia virou... foi deixada virar...”: bacia esmaltada	106
3.8 “Garantindo a segurança” – Seringa de vidro.....	107
3.9 “Um corte necessário à vida” – as tesouras	109
3.10 “O Anúncio”: O Atestado	110
3.11 “Além da experiência de vida”: Os Livros técnicos	114
3.11.1 “Afiml temos o que ensinar” - Manual da Parteira.....	115
3.11.2 “Os saberes médicos”: Manual para Operações Obstétricas .	138
4. AO CORTE DA TESOURA: A CIÊNCIA QUE DIVIDE.....	145
4.2. A Educação que divide	145
4.2 O Gênero que divide	149
4.3 O Artefato que divide	154
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: REGISTRANDO O NASCIMENTO	157
REFERÊNCIAS:	162
APÊNDICES	169

INTRODUÇÃO: FAZENDO A MALA

Meu interesse pela temática “Educação Popular em interface com Memória e Gênero: o ‘fazer-se’ das mulheres e parteiras como práticas de herança cultural”, está ligado em especial, aos saberes femininos. Sendo eu mulher, mãe e por ter escolhido a formação em Letras, com habilitação em Secretariado Executivo, uma área também de maioria feminina, me aproximo desse campo de pesquisa acreditando que a educação pode proporcionar elementos éticos, amorosos e emancipatórios em sintonia com a afirmação de Freire (2011, p.34):

Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser.

Minha trajetória escolar aconteceu em Joinville/SC, município onde nasci e vivo até hoje. Estudei em escolas públicas, municipal no ensino fundamental e estadual no ensino médio. Na adolescência, participei de inúmeras atividades relacionadas à Pastoral da Juventude¹ da Igreja Católica. Nesse período, tive oportunidade de participar de formações na perspectiva da Teologia da Libertação² inspirada por teóricos como Leonardo Boff (1938), Frei Betto (1944) e Padre Gustavo Gutiérrez (1928). Vale ressaltar que essa perspectiva também foi trabalhada pelo protestantismo como a Igreja Luterana e a Presbiteriana que contaram com a influência de teóricos como o estadunidense Richard Shaull (1919-2002), sendo que este foi teólogo e professor, tendo inspirado pensadores da educação como Rubem Alves (1933-2014) e Paulo Freire (1921-1977). Em artigo recente Danilo Streck (2017, p.30) discorre sobre a trajetória de Shaull:

Embora realizando a sua atividade acadêmica a partir da teologia, seu campo de visão não ficava restrito a essa área. Seu empenho em

¹Pastoral da Juventude é uma das pastorais da Igreja Católica organizada a partir de 1970. Para mais informações consultar o Estudo da CNBB nº76, “Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil” de 1998, que está disponível no site da Editora Paulus: www.paulus.com.br/loja/appendix/4159.pdf

² Teologia da Libertação corrente teológica Cristã que tem origem na América Latina com a publicação da obra “Teologia da Libertação Perspectivas” em 1971 por Gustavo Gutiérrez, conforme: <https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/> Acesso: 31/05/2017.

conhecer o mundo de seu tempo e ler neste mundo os sinais de transformação levam-no a outros campos de conhecimento como a sociologia, a filosofia e a pedagogia.

Inspirada na Teologia da Libertação a experiência pastoral me possibilitou olhar sensível para as questões sociais, na defesa de uma sociedade mais justa e menos desigual. Percebo, ao refletir sobre esse processo, que atuava de maneira educativa nestas atividades. A partir de um olhar teológico, desenvolvia experiências e possibilidades de reflexão e atuação comunitária sob uma perspectiva humanista.

Uma opção clara pelo setor oprimido e por sua libertação leva a profundos reposicionamentos e a uma nova visão de fecundidade e originalidade do cristianismo, bem como do papel que a comunidade cristã pode desempenhar nesse processo (GUTIÉRREZ, 2000, p.158).

O olhar diferenciado para o mundo, possibilitado pela experiência de trabalho na Pastoral da Juventude, continua presente e influencia meus posicionamentos e minhas escolhas.

Seguindo minha caminhada, iniciei a graduação em 2003 com a vontade de ingressar no curso de Letras, mas não tinha interesse na docência, então optei pelo bacharelado no município de Jaraguá do Sul/SC, no Centro Universitário da Região de Jaraguá do Sul (UNERJ), hoje Centro Universitário Católica de Santa Catarina. Na graduação eu trabalhava durante o dia em uma empresa metalúrgica de Joinville como secretária e a noite ia à Jaraguá do Sul estudar. Essa rotina infelizmente não me possibilitou aprofundar experiências acadêmicas como estágios ou participação em atividades de pesquisa.

Ao término da graduação, me sentia insatisfeita com o trabalho na empresa e decidi fazer uma especialização na área do ensino de língua portuguesa e literatura. Saí da empresa onde trabalhava em 2008 e me dediquei a trabalhar com aulas particulares de língua portuguesa, para reforço escolar e, além disso, estudava para concursos públicos.

Em 2011, já casada há cinco anos me tornei mãe. No mesmo ano, fui chamada no concurso público do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), tomei posse no cargo de Assistente em Administração no Campus de Joinville, onde trabalho até hoje. Fui designada para o setor de Registros Acadêmicos,

local responsável pela documentação de alunos e alunas³, e cursos ofertados pela instituição. Minha identificação com o setor foi imediata. Gosto de trabalhar com documentos, dados, arquivos. Meu interesse existe desde a graduação, quanto desenvolvi meu Trabalho de Conclusão de Curso na área de Arquivística⁴. O interesse por arquivos continuou influenciando meu trabalho. No IFSC, iniciei uma atividade de organização do arquivo permanente do Registro Acadêmico, onde estão guardados os documentos de todos os alunos e alunas que passaram pela instituição desde sua implantação em 1995.

Em 2014, participei do grupo de trabalho responsável pela implantação do Centro de Memória, Documentação e Cultura do IFSC, com as funções de elaboração de projetos, eventos e divulgação da memória da instituição. Na oportunidade, desenvolvi no campus, com ajuda de outros servidores e servidoras, uma exposição⁵ com fotografias da estrutura física e suas alterações desde o início das atividades do IFSC em Joinville.

A partir do trabalho no IFSC, pude rever meus objetivos e prioridades profissionais e pessoais. O desejo de voltar a estudar tornou-se mais forte e iniciei a busca por programas de mestrado com os quais eu me identificasse. Em 2015, me inscrevi no Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), tendo em vista a possibilidade de afastamento para dedicação exclusiva ao mestrado, disponibilizada pelo IFSC aos servidores e servidoras. A UNIVILLE se tornou a melhor opção para mim naquele momento, pois meu interesse primeiro era a Educação, e como estava envolta a legislações, planos de curso, me identifiquei com a linha de pesquisa em Políticas e Práticas Educativas.

³ Nessa pesquisa optamos por utilizar a linguagem escrita inclusiva com relação ao gênero masculino e feminino. Utilizamos como referência a linguagem utilizada por Paulo Freire e o “Manual para o uso não sexista da linguagem” da Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina (REPEM). Disponível em: http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em 25/09/2017. Pois conforme Simone de Beauvoir (2016, p.12-13) “A mulher determina-se em relação ao homem, e não em relação a ela; (...) O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”.

⁴ CHÉRICI, Cristina Gonçalves. *Organização e Catalogação do Arquivo Permanente da Wetzel S/A – Divisão Alumínio*. Jaraguá do Sul, 2006. 61 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras – Secretariado Executivo) – Curso de Graduação em Letra, Centro Universitário de Jaraguá do Sul – UNERJ, 2006.

⁵ A exposição foi divulgada no site do IFSC Campus Joinville, em 29/05/2015. http://joinville.ifsc.edu.br/website/index.php?option=com_content&view=article&id=1304:2015-05-19-23-58-09&catid=44:noticias&Itemid=134 Acesso em 05/07/2017.

Ingressei no Mestrado em Educação em 2016, sob orientação da professora Dra. Elizabete Tamanini do Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas Educativas – GEPPPE. No início de nossas atividades no Mestrado tive a oportunidade de acompanhar minha orientadora em uma atividade de extensão relacionada ao GEPPPE, no município de Massaranduba/SC⁶, juntamente com outra pesquisadora também do Mestrado em Educação da Univille, que realiza pesquisa em Massaranduba e integra o mesmo grupo de estudo e pesquisa. A atividade tratava-se de uma palestra sobre educação, memória e patrimônio cultural para os participantes e as participantes do Projeto “Construindo Histórias e Identidades” desenvolvido pela Secretaria de Educação Cultura Esporte e Turismo (SECET) de Massaranduba/SC. O objetivo geral do projeto era “promover a sensibilização da comunidade massarandubense referente ao patrimônio cultural, bem como, o reconhecimento da identidade e do sentido de pertencimento”⁷. Na oportunidade tomamos conhecimento de que o Museu Municipal de Massaranduba (MMM)⁸ havia recebido recentemente um empréstimo de artefatos pertencentes a uma conhecida parteira do município. O contato com os artefatos nos emocionou e percebemos as muitas possibilidades de pesquisa da temática em interface com a educação popular e gênero.

Para Brandão (2002, p. 39) todo grupo popular possui saberes necessários para viver em sociedade, tais como:

a) suas técnicas e de trabalho; b) suas normas culturais de controle do comportamento nas relações sociais; c) sua ideologia, ou seja, - embora imposto por outras classes sociais – de compreender o seu mundo e participar em sua sociedade. Muitas vezes é a este conjunto de conhecimentos do povo que se dá o nome de cultura popular.

Conceitualmente, nas abordagens processuais e críticas da educação voltadas às interfaces com a cultura popular e o patrimônio social, tem-se como fonte de estudo, tanto o legado material construído historicamente, como o legado imaterial. Caracteriza-se por ser um processo permanente, e que parte da compreensão que a sociedade tem sobre as suas identidades e suas referências. Assim os objetos, as representações, são produtos socialmente

⁶ Município localizado na região norte do estado de Santa Catarina.

⁷ Conforme projeto “Construindo Histórias e Identidades” da SECET de 2015.

⁸ Conforme Lei Municipal de criação do Museu, nº 1.236/2010 de 22 de outubro de 2010.

construídos no decorrer da vida comunitária.

Toda memória é por definição coletiva, como salienta Maurice Halbwachs (2003). “Sua função mais laboriosa é garantir a passagem do tempo, na materialidade e imaterialidade, ao tempo que muda o tempo todo, permitindo de todo modo à essencialidade da identidade que é a percepção de si e dos (as) outros (as)” (TAMANINI; PEIXER, 2011, p.44).

O contato com um pouco da história da parteira Maria Petry Besen, a partir dos artefatos expostos no MMM, motivou-nos a pesquisar questões dos saberes e fazeres do ofício de parteira. Vale ressaltar que entendemos ofício como atividade que é “resultado de um longo processo de ensinar e aprender e o próprio acontecer de suas ações” (PESSOA, 2005, p.73).

Outra motivação foram os muitos desdobramentos que foram surgindo neste trabalho e que no decorrer desta narrativa serão compartilhados.

Segundo Tamanini e Peixer (2011, p.33):

Cada objeto é portador de múltiplos significados, (...) a cultura material de uma sociedade constitui em si, resíduos do passado e como tal é fonte de relevantes gamas de informações, capaz de oferecer novos e outros tipos de levantamentos e análises dos vários elementos que a integram.

Os artefatos estão em doação por regime de comodato ao Museu (empréstimo por tempo indeterminado em comum acordo) por Lucia Besen Koch, filha da parteira Maria Petry Besen. Esses objetos foram utilizados por Maria Petry Besen durante “o ofício de parteira”, que residia no município e lá trabalhou por quatro décadas, período de 1940 até 1980.

Dentre os artefatos estão: conjunto de instrumentos para parto normal; avental; livros em língua alemã, publicados em 1923 e 1928; livro de registro de nascimentos; mala utilizada para transporte dos utensílios, esses artefatos encontram-se descritos no terceiro capítulo desta dissertação com a intenção de fornecer informação para o Museu. Maria Petry Besen foi a primeira “parteira diplomada”⁹, a realizar atendimentos na região. O curso realizado por ela foi oferecido por Minna Ernst¹⁰, parteira alemã, que atuava na cidade de

⁹ Eram chamadas de “parteiras diplomadas” as parteiras que tinham diploma de curso de formação de parteira.

¹⁰ Conforme Figura 26 - Atestado de parteira de Maria Petry Besen.p.102.

Blumenau/SC¹¹. Mais adiante, no terceiro capítulo apresentaremos detalhadamente estes artefatos (objetos) com uma certa etnografia¹² de uso e função. Dialogaremos, portanto nesta escritura com questões da cultura material, que entendemos como tudo o que é feito ou utilizado pelo ser humano (FUNARI, 2008), nesta pesquisa considerada fonte história, ou seja, objetos, coisas dos saberes e ofícios. Artefatos representados em uma instituição secular, o museu. Utilizaremos nesta pesquisa o conceito de museu a partir do entendimento da pesquisadora e museóloga Maria Cristina Bruno (2011, p.170), segundo ela na contemporaneidade:

(...) o museu ocupa um lugar híbrido nas sociedades, pois serve a interesses difusos e muitas vezes antagônicos, mas também, pode-se afirmar que é uma instituição com multivocabilidade e com singular orientação adaptativa em diferentes contextos sociais.

Essa construção se dará no ir e vir da narrativa alinhavando a contribuição do conhecimento por meio de muitos indícios e dentre eles a possibilidade de uso analítico da cultura material presente nos museus. Para esta compreensão corrobora Tamanini (2016, p.150-151), quando salienta que:

Tem-se como pressuposto que a educação em museu é algo intrínseco à sua existência, estando ele aberto ou fechado. Os estudos sobre o surgimento dos museus passam pelos gabinetes de curiosidades, pelos jardins botânicos, chegando ao conceito de museu defendido pela UNESCO ou ainda, conforme a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), “como instrumento de educação, intervenção social e de desenvolvimento das populações”.

Sobre o debate e o diálogo desta instituição secular em uma perspectiva interdisciplinar, encontramos em Paulo Freire (1994) possibilidades de unir a natureza e o ser humano como categorias sociais que convivem lado a lado com a vida; portanto, a premência de uma relação dialógica entre cultura e ambiente, como segue abaixo:

O diálogo democrático como elemento primordial; considerar o aprendente como autor ativo e a contextualização como essencial no processo educativo; a supra-alteridade que valoriza o outro como legítimo outro; o saber parceiro. Princípios como a solidariedade, a equidade, a postura crítica, a trans-ação, a politicidade do ato educativo; a inter/transdisciplinaridade, a multirreferencialidade, a

¹¹ Município catarinense, distante 40 km de Massaranduba.

¹² A etnografia é o estudo descritivo das sociedades humanas, que compreende estágios de pesquisa antropológica como: observação, descrição e trabalho de campo (Abbagnano, 2007).

leitura de mundo em teia; a resolução concreta de questões ambientais em sua multidimensionalidade; a noção de integralidade; o foco nas relações, a ecopraxis, a multidimensionalidade humana (FREIRE, 1994, p.68).

Quando pensamos na atividade das parteiras, sendo elas mulheres, vale esclarecer que entendemos que “a mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir a ser” (BEAUVOIR, 2016, p.62). As parteiras são responsáveis por auxiliar a gestante no momento do parto, podemos dizer que elas sempre existiram ou que acompanham a história dos seres humanos. Seus conhecimentos são transmitidos de mulher para mulher, geração em geração em diferentes processos históricos. Variando suas práticas conforme a cultura, região e religião, essa atividade de maneira intensa se fez presente na vida de grande parte das comunidades até meados do século XX. E no Brasil, enquanto prática social as parteiras, ainda se fazem presentes, principalmente em locais de difícil acesso aos serviços de saúde pública. Segundo Pessoa (2005, p. 62), “O Brasil tem no trabalho das parteiras tradicionais o exemplo mais bem acabado do sentido da palavra ofício, intensamente vivido no cotidiano, tanto das pessoas que o exerciam, como das pessoas que dele eram beneficiadas”.

Para Pessoa (2005) o ofício de parteira não é apenas o exercício de uma profissão, é algo exercido com maestria e derivado de um conhecimento vivencial, aprendido com alguém que já o fazia de forma bem feita. O exercício de um ofício era resultado de longo processo de ensinar e aprender e era desempenhado de acordo com as necessidades da comunidade.

O trabalho das parteiras esteve presente na história das mulheres brasileiras, como um conhecimento geralmente transferido de uma mulher para outra, quando a aprendiz acompanha o trabalho da parteira auxiliando e aprendendo suas práticas, para no futuro também exercer a função o que corrobora com o que Pessoa (2005) ressalta acima sobre este ofício carregado de compromissos e aprendizados. Nesse sentido entendemos que a Educação Popular nos auxilia na compreensão dos conhecimentos relativos ao ofício de parteira, pois conforme Eggert (2006, p.100) “(...) a contribuição da Educação Popular está em fazer capilarizar sua experiência de socializar saberes e conhecimentos numa pluralização cada vez maior”.

O primeiro curso para formação de parteiras no Brasil acontece em 1832, após a criação das primeiras faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia. O “Curso de Parto”, como era chamado, constituiu-se junto às escolas médicas.

A partir de 1955, foi regulamentado o exercício da enfermagem profissional e distinguia a obstetriz (parteira) das demais categorias, conforme Lei 2.604¹³. As principais modificações na legislação do ensino de parteiras, no início do século XX, relacionam-se à extinção dos cursos de parteiras e à criação de cursos de enfermagem.

Na década de 1970, a formação de obstetriz passa a ser feita apenas por escolas de enfermagem:

A partir de 1972, coube exclusivamente às escolas de enfermagem a formação profissional da enfermeira obstétrica ou obstetriz, como única via para a capacitação formal de não-médicos para assistência ao nascimento e ao parto normal (RIESCO; TSUNECHIRO, 2002, p.451).

Paralelo a esse processo de criação e extinção dos cursos para formação de parteiras, vale lembrar conforme já mencionado, que sempre existiram parteiras no Brasil, que adquirem seus conhecimentos por meio do acompanhamento de parteiras experientes. A transmissão dos saberes acontece também por meio da prática educativa formal e não formal. Conforme Brandão (2007, p.9):

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.

Sabemos que a profissionalização do trabalho feminino foi uma conquista tardia, assim como o direito à educação e acesso às universidades, graças aos movimentos feministas de diferentes características espalhados por todo mundo. As parteiras exercem atividade profissional, como vimos anteriormente, há muito tempo, porém seus saberes nem sempre foram valorizados ou legitimados.

Desse modo as questões que problematizam essa pesquisa são: De que maneira os saberes e fazeres do ofício de parteira na contemporaneidade

¹³ Conforme: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2604.htm Acesso em: 13/05/2017.

produzem interfaces com a educação popular, cultura material e os estudos de gênero? Quais histórias e memórias das parteiras na contemporaneidade dialogam com a cultura material presente no Museu Municipal de Massaranduba?

A partir das questões, definimos o objetivo geral da pesquisa: Analisar que memórias constituíram o ofício de parteira na contemporaneidade, bem como que interfaces esses saberes e fazeres tem com a educação popular e gênero.

Por meio do objetivo geral, elaboramos os objetivos específicos:

- Investigar que indícios históricos e culturais a memória e a cultura material podem fornecer para o entendimento da história das mulheres parteiras na sociedade contemporânea.
- Identificar, a partir do Museu Municipal de Massaranduba, quais artefatos (cultura material) revelam histórias e memórias do ofício de parteira na contemporaneidade.
- Elaborar inventário¹⁴ a partir dos artefatos (cultura material) sobre parteiras do acervo pertencente ao Museu Municipal de Massaranduba/SC.
- Disponibilizar, ao Museu Municipal de Massaranduba/SC e à comunidade, fontes documentais escritas e narrativas sobre a história de mulheres parteiras, contribuindo para a compreensão da educação popular em diálogo com os museus.

Na construção dessa pesquisa nos apoiamos nas dimensões de análise e reflexão das condições materiais e imateriais da história e da cultura produzidas pelos seres humanos. Para a compreensão do papel da mulher na sociedade, especialmente no século XX, utilizaremos autoras e autores que se dedicaram aos estudos sobre gênero, mulher e feminismo no Brasil e no mundo, e em especial, aos estudos de Heleieth Saffioti (2013, 2015), Michelle Perrot (2001, 2005), Edla Eggert (2006, 2010, 2011) e Graziela Rinaldi da Rosa

¹⁴ Inventários são definidos “como instrumentos voltados para a identificação, documentação, produção de conhecimento e informação sobre os bens culturais, com vistas a subsidiar a tomada de decisão nos vários campos de ação institucional do IPHAN”. Conforme: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf> Acesso em 24/10/2017.

(2012). No campo da educação popular os principais autores e autoras utilizados são: Paulo Freire (1994, 2011, 2015), Danilo Streck (2004, 2008, 2014), Edla Eggert (2006, 2010, 2011), e Elizabete Tamanini (2007, 2011, 2015, 2016). No campo metodológico contamos com a ajuda de autores e autoras que nos auxiliam a pensar a pesquisa a partir da metodologia de História Oral: Paul Thompson (1992), Ecléa Bosi (2003) e Angela Mucida (2009), e sob o olhar da cultura material, Elizabete Tamanini (2007, 2011, 2015, 2016) e Pedro Paulo Abreu Funari (2008).

Além da pesquisa bibliográfica, conversamos com Lucia Besen Koch, filha da parteira Maria Petry Besen, doadora dos artefatos ao Museu e por meio das lembranças narradas por ela pretendemos compreender um pouco os saberes e fazeres da parteira, dialogando com conhecimentos universais deste ofício e sobre a questão de gênero. Para Bosi (2003, p.61):

Narrador e ouvinte irão participar de uma aventura comum e provarão, no final, um sentimento de gratidão pelo o que ocorreu: o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de rememorar quanto o das pessoas ditas importantes.

Além da narrativa das lembranças, os artefatos também nos auxiliarão, como fonte de informação sobre os saberes e fazeres da parteira Maria Petry Besen. Os artefatos são entendidos nessa pesquisa como “objetos biográficos” (BOSI, 2003), ou seja, aqueles objetos que fizeram parte da vida de seus possuidores e possuidoras, envelhecendo com eles e elas, dando sentido e significado à sua identidade.

No decorrer da pesquisa, observamos por meio de levantamento bibliográfico que há uma produção pouco expressiva relacionando esta temática à educação. Ao realizarmos levantamento inicial utilizando como descritor: “parteira”, foram poucos os trabalhos encontrados. Aproximadamente doze trabalhos nas bases de dados Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Nos trabalhos apresentados na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) entre os anos de 2004 (início do Grupo de Trabalho de Gênero, Sexualidade e Educação) a 2016, não encontramos nenhuma pesquisa com a temática: “parteira”. Tamanini e Peixer (2011, p.44) destacam

que:

Saber as formas de vida as quais existam poucos registros, saber como os silenciosos, aqueles que pouco ou nada aparecem na documentação escrita e na representação da cultura material “oficial” – museus, centros de memórias e territórios de referências - saber como encarar sua existência diante das modificações tão rápidas em curso, buscar as relações, as tensões, as teias coletivas entre indivíduos num grupo numa camada social em épocas distantes e também agora, de pessoas que experimentam mudanças, segundo valores já preestabelecidos, de normas e comportamentos que aceitam ou rejeitam, são algumas questões inusitadas que o estudo da cultura material e o trabalho com educação popular pode nos propiciar.

Diante do exposto, acreditamos na importância da realização de pesquisas que resgatem saberes e fazeres de parteiras enquanto heranças culturais, contribuindo assim de maneira qualitativa para a compreensão da história das mulheres em nosso país, uma vez que há poucos registros das histórias das mulheres (SAFFIOTI, 2015, p.110).

Muito além de perpetuar estereótipos de “dominação masculina” (BOURDIEU, 2016), em que se reserva à mulher espaço preteridos pelos homens, a educação pode propiciar o acesso aos espaços públicos, os quais nos foram negados¹⁵ por muito tempo. Outro aspecto importante é a defesa ao conhecimento popular, que muitas vezes é diminuído em razão dos conhecimentos científicos e têm sido esquecidos pelo desaparecimento de algumas atividades profissionais, é o caso das parteiras. Reconhecer o saberes populares:

(...) significa colher das experiências vividas saberes que seguiram lado a lado com o conhecimento oficial, muito embora a apreensão desse saber popular signifique estar às margens daquilo que foi negado historicamente, nesse caso, o acesso à educação escolar. (TAMANINI e VIEIRA, 2015, p.472).

Faz-se necessária a pesquisa sobre os saberes e fazeres de profissionais como as parteiras, na luta contra a invisibilidade da contribuição dessas mulheres na formação das comunidades contemporâneas. Mulheres que dedicaram suas vidas ao cuidado de outras mulheres, que no momento do parto entregavam suas vidas e as de seus filhos e filhas às mãos dessas

¹⁵ Cabe ainda destacar que conforme Simone de Beauvoir (2016, p.17) “(...) a mulher sempre foi, se não a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições, e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*”.

parteiras. Conforme Freire (2011, p.25), “é nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado”. Logo, educar transcende a experiência formal escolar.

No texto de Introdução: *Fazendo as malas*, na primeira parte nos apresentamos trazendo um pouco de nossa caminhada, experiência de vida e muitas aproximações com nossa adoção e “amorosidade” pela temática. Em seguida apresentamos alguns aspectos históricos sobre as parteiras, nossos objetivos e instrumentos, bem como maneiras que utilizamos para o desenvolvimento de nossa caminhada de pesquisa até aqui.

No primeiro capítulo desse trabalho, intitulado “*Educação Popular, memória, história e saberes: o “fazer-se” das mulheres e parteiras como práticas de herança cultural*”, realizamos um levantamento histórico das parteiras até o século XX no Brasil. Destacaremos a história dos cursos de parto no Brasil e as experiências de formação.

No segundo capítulo, intitulado “*Abrindo a mala: a escolha dos instrumentos de pesquisa*” apresentamos os caminhos da pesquisa, explicamos os passos que seguimos e as escolhas que fizemos na pesquisa até o momento. Ainda nesse capítulo é apresentada a transcrição da trajetória de vida da parteira Maria Petry Besen.

No terceiro capítulo, intitulado “*Vestindo o avental: cultura material, memórias e intimidade*”, apresentamos os artefatos e as memórias da parteira que fazem parte do acervo do Museu Municipal de Massaranduba.

No quarto capítulo, intitulado “*Ao corte da tesoura: a ciência que divide*”, discutimos as questões relativas à educação, gênero e cultura material.

Por fim, nas Considerações Finais, buscamos fazer um fechamento da pesquisa, concluindo assim o trabalho de parthrir, um saber inconcluso por ora.

1. EDUCAÇÃO POPULAR, MEMÓRIA, HISTÓRIA E SABERES: O “FAZER-SE” DAS MULHERES E PARTEIRAS COMO PRÁTICAS DE HERANÇA CULTURAL.

*O labor da mulher no parto era função natural sujeita à premência da vida.
Hannah Arendt (2000)*

A história das parteiras acompanha a história da humanidade e está presente na maioria dos grupos sociais, tendo em vista o caráter fundamental da procriação para a espécie humana. Partindo dessa concepção, faremos um breve histórico destacando a presença das parteiras em diferentes documentos e momentos da história até a contemporaneidade. Iniciaremos com exemplos de como as parteiras foram retratadas na Bíblia, na Grécia Antiga e na Idade Média. Trataremos também brevemente do surgimento da Obstetrícia e como os saberes das parteiras foram apropriados pela medicina moderna.

Após tratar do tema com um olhar abrangente, partiremos para os estudos relativos às parteiras no Brasil. Não será possível, nessa pesquisa, destacar o trabalho de parteiras em todas as diversas culturas que compõe o país. Porém, vamos relatar saberes e fazeres de mulheres parteiras indígenas, quilombolas e camponesas, além de parteiras em atividade nas áreas urbanas.

Por fim, em um recorte regionalizado, identificaremos pesquisas sobre parteiras que desenvolveram suas atividades no estado de Santa Catarina, local onde essa pesquisa acontece.

1.1 Um pouco da história

As parteiras são mulheres que ao longo da história têm auxiliado os partos e seus cuidados. Antes da medicina¹⁶ ser a responsável, em grande parte do mundo, pela assistência e conhecimentos relativos à parturição, conforme Brenes (1991, p.135), as parteiras “(...) detinham um saber empírico e assistiam domiciliarmente as mulheres durante a gestação, parto e puerpério (como também nos cuidados com o recém-nascido)”. Em função desse

¹⁶ A obstetrícia é a área da Medicina que estuda a reprodução na mulher, sendo assim, se ocupa da gestação, do parto e do pós-parto nos seus aspectos fisiológicos e patológicos. A palavra “obstetrícia” vem da palavra latina “*obstetrix*”, que significa “a mulher assistindo à parturiente”. Em algumas inscrições antigas encontrou-se a grafia “*opstetrix*”, que equivaleria a “mulher que presta auxílio” (CAPARROZ, 2003, p.18).

trabalho de extrema importância no cotidiano das comunidades, as parteiras eram de inteira confiança das mulheres e sendo assim eram consultadas quando o tema era a saúde feminina.

O verbo partejar tem ligação ao ato de cuidar e a uma atividade entendida como feminina. Segundo Costa (2000, p. 41), “(...) o ato de cuidar de outras pessoas, incluído aí os cuidados com as mulheres durante o parto está ligado ao fazer feminino desde os tempos imemoriais”.

Sendo assim, percebemos a ligação direta dos saberes e fazeres das parteiras com o campo da Educação. A educação presente desde o saber ancestral feminino que nos acompanha e nos modifica. Conforme Brandão (2008, p.29), “como seres inteiramente dependentes de processos de socialização (de transformação de um indivíduo em uma pessoa) somos e seremos sempre a educação que criamos e que criaremos, para que continuamente nos recrie”. Segundo o autor não é possível fugir da educação, ela está presente em todos os processos de transmissão de saberes de uma geração à outra.

Presentes em várias culturas de todo o mundo, as parteiras vêm sendo citadas em textos históricos ao longo do tempo, como por exemplo, na Bíblia, que no livro do Êxodo ao descrever a opressão do povo israelita, cita a profissão de parteira exercida por Sefra e Fua, no Egito:

O rei do Egito disse às parteiras dos hebreus, das quais uma se chamava Sefra e a outra Fua: “Quando ajudares as hebréias a darem a luz, observai as duas pedras¹⁷. Se for menino, matai-o. Se for menina, deixai-a viver.” As parteiras, porém, temeram a Deus e não fizeram o que o rei do Egito lhes havia ordenado, e deixaram os meninos viverem. Assim, pois, o rei do Egito chamou as parteiras e lhes disse: “Por que agistes desse modo, e deixastes os meninos viverem? Elas responderam ao Faraó: “As mulheres dos hebreus não são egípcias. São cheias de vida e, antes que as parteiras cheguem, já deram à luz.” Por isso Deus favoreceu essas parteiras; e o povo tornou-se muito numeroso e muito poderoso. E porque as parteiras temeram a Deus, ele lhes deu uma posteridade. Então, Faraó ordenou a todo o seu povo: “Jogai no Rio todo menino que nascer. Mas deixai viver as meninas” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, Êxodo, 1:15-22).

No texto bíblico acima, percebemos quanto o trabalho das parteiras está implicado por questões religiosas, éticas e de poder. Além disso, é possível

¹⁷ “(...) o banco sobre o qual se colocava a parturiente (ou então o sexo do recém-nascido?); sir.: “os dois joelhos; o grego interpreta literalmente: “quando elas estão dando à luz” BÍBLIA DE JERUSALÉM, Êxodo, p. 103 (nota de rodapé da Bíblia).

observar também a cumplicidade entre as mulheres envolvidas no ato de partejar restrito ao ambiente feminino. Outro texto bíblico que cita o trabalho de parteiras é no livro de Gênesis, onde encontramos a referência ao parto de Raquel:

Eles partiram de Betel. Faltava uma pequena distância para chegar a Éfrata, quando Raquel deu à luz. Seu parto foi doloroso e, como desse à luz com dificuldade, disse-lhe a parteira: “Não temas, é ainda um filho que terás!” No momento de entregar a alma, porque estava morrendo, ela o chamou Benôni, mas seu pai o chamou Benjamim¹⁸. Raquel morreu e foi enterrada no caminho de Éfrata - que é Belém. Jacó erigiu uma estela sobre o túmulo; é a este do túmulo de Raquel, que existe até hoje (BÍBLIA DE JERUSALÉM, Gênesis, 35:16-20).

A citação acima faz referência a um aspecto importante do fazer das parteiras que é o auxílio afetivo à gestante. Em vários relatos sobre parteiras, podemos observar que questões como a confiança na parteira e o apoio carinhoso e afetivo era uma das características do ofício dessas mulheres. Outra atribuição das parteiras presentes no livro do Gênesis é a possibilidade de dar nome ao recém-nascido:

Quando chegou o tempo do parto, parecia que tivesse gêmeos em seu seio. Durante o parto, um deles estendeu a mão e a parteira, tomando-a, atou-lhe um fio escarlate, dizendo: “Foi este o primeiro.” Mas aconteceu que ele retirou a mão e foi seu irmão quem saiu. Então ela disse: “Que brecha te abriste! E o chamaram de Farés. Em seguida saiu seu irmão que tinha o fio escarlate na mão, e o chamaram de Zara¹⁹ (BÍBLIA DE JERUSALÉM, Gênesis, 38:27-30).

As atividades da parteira e o momento do parto podem influenciar a família ao nomear a criança, assim como na citação acima. Há também em algumas culturas a tradição de que a parteira seja a madrinha de batismo da criança recém-nascida. Uma prática cultural que nos ajuda a compreender o sentimento de confiança que as mulheres tinham por parteiras que contribuíam com o nascer, o estar no mundo.

A influência do trabalho das parteiras pode ser observada também na Grécia Antiga. O filósofo Sócrates era filho de uma famosa parteira, chamada Fanerete. Pensando sobre o trabalho da mãe, comparou seu método com o

¹⁸ “Benoni: “filho da minha dor”. O pai muda este nome de mais presságio em Benjamim: “filho da direita” = “filho de bom augúrio”. BÍBLIA DE JERUSALÉM, Gênesis, p.80 (nota de rodapé da Bíblia).

¹⁹ “Perec (Farés) significa “brecha”. O nome Zara deve aludir ao fio escarlate atado em sua mão” BÍBLIA DE JERUSALÉM, Gênesis, p.85 (nota de rodapé da Bíblia).

trabalho das parteiras: “A minha arte obstétrica tem atribuições iguais às das parteiras, com a diferença de eu não partejar mulher, porém homens, e de acompanhar as almas, não os corpos, em seu trabalho de parto” (PLATÃO, 2001, p.47). Sócrates acreditava que o conhecimento estava dentro das pessoas, sendo elas capazes de aprender por elas mesmas. Essa teoria ficou conhecida como *Maiêutica* (arte de parir em grego) que consiste em conduzir o interlocutor, a interlocutora à descoberta de suas próprias verdades e/ou conceitos a partir de perguntas a ele, a ela direcionadas.

Até o fim da Idade Média os partos foram uma atividade principalmente realizada por parteiras, sabe-se, que alguns partos eram assistidos por médicos²⁰, principalmente quando se tratava de partos com risco de morte para a mulher. Nesse período histórico houve grande perseguição às parteiras, muitas vezes chamadas de bruxas por seus conhecimentos na utilização de plantas medicinais, por exemplo. As mulheres que prestavam auxílio às pessoas doentes eram chamadas de curandeiras.

O saber das parteiras pode ser considerado perigoso, pois segundo as pesquisadoras Canassa et. al. (2011, p.424):

(...) a arte de partejar, acumulada pelas parteiras durante muitos séculos, iria se transformar em uma arma poderosa contra elas próprias durante os quatro séculos da Inquisição, levando-as à morte nas fogueiras, mesmo assim, depois da Inquisição, elas continuaram a realizar os partos.

O surgimento da Obstetrícia como área das ciências médicas foi marcado pela publicação do primeiro livro de Eucário Rösslin, em 1513, dedicado à instrução das parteiras (MONTENEGRO e REZENDE FILHO, 2013). Com a evolução da medicina os chamados de “médicos-parteiros”, que se dedicavam a área da Obstetrícia, inauguraram “(...) a produção de um saber anatômico e fisiológico da mulher, a partir do olhar masculino” (BRENES, 1991, p.135). O saber relativo ao corpo feminino especialmente relacionado à concepção e todas as suas fases, como períodos menstruais, gestação, parto, pós-parto, eram saberes restritos aos ambientes femininos na maioria das culturas. Das pesquisas até o momento sabe-se que apenas os homens tinham acesso aos saberes científicos da medicina, assim como as demais ciências, nesse

²⁰ Nesse caso, utilizamos a palavra médico, no masculino, num entendimento de que a medicina, na época, era praticada quase que exclusivamente por homens.

período histórico. Com o surgimento da Obstetrícia os homens começam a se dedicar, de forma mais específica, ao estudo do corpo feminino. Mesmo com restrições culturais e religiosas da época, relacionadas ao pudor e acesso ao corpo feminino, a Obstetrícia vai se constituindo como área médica.

Ainda nos séculos XVI e XVII, uma importante parteira foi Luísa Bourgeois (1563-1636), que fez o parto da rainha Maria de Médicis, do qual nasceu Luís XIII. Outra parteira de destaque foi Justina Siegemundin (1650-1705) que atuou na corte de Frederico III, rei da Prússia (MONTENEGRO e REZENDE FILHO, 2013, p.18). Podemos observar aqui que mesmo famílias reais eram atendidas por parteiras e não por médicos. No momento do parto, mesmo estando os médicos à disposição em caso de alguma complicação, eram parteiras que atendiam tanto mulheres da elite quanto comerciantes e camponesas.

Países, como Inglaterra e França iniciaram a regulação da prática das parteiras já no século XVI. De acordo com Brenes (*apud* Araujo, 2015, p.52), “(...) do século XV até fins do século XVIII, vários modelos de parteiras foram desenhados, embora esse marco, por vezes, remonte a 1268, quando diversos ofícios vão aparecendo em corporações com o aval das magistraturas da época”. A autora lembra ainda que, em meados do século XVIII, “(...) muitas passaram a ser convocadas pelo poder local, já na condição de juramentadas, para participar de litígios por delito de honra²¹ (...) pouco a pouco, elas iam adquirindo grande prestígio” (idem, p.52).

Sobre a história de mulheres parteiras, Caparroz (2003, p.18) alerta quanto ao rumo que a história toma a partir dos avanços da medicina: “(...) os historiadores médicos desqualificam a assistência dada pelas mulheres cultas ou leigas na assistência ao parto em oposição à assistência médica, masculina, segura e científica”.

²¹ Era considerado delito contra a honra no Brasil Colônia crimes como: adultério, infanticídio e parto suposto. O Código Criminal do Império de 1830, trata dos “Crimes contra a Segurança do Estado Civil, e Doméstico” no Capítulo III, Seção IV, “Parto Supposto, e outros Fingimentos”: “Art. 254. Fingir-se a mulher prenhe, e dar o parto alheio por seu, ou sendo verdadeiramente prenhe, substituir a sua por outra criança; furtar alguma criança, oculta-la, ou troca-la por outra”. Conforme: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm Acesso em: 02/07/2017.

É importante ressaltar que o saber empírico²², por vezes relacionado ao saber popular, marcou o início das atividades de instituições hoje científicas como hospital e escola, conforme explica Perrot (2001, p.181):

As mulheres do povo têm outros saberes e poderes, principalmente médicos, religiosos e mesmo culturais. (...) O desenvolvimento das instituições – hospital e escola – far-se-á geralmente no campo do saber empírico, e daí por vezes o sentimento de uma espoliação.

A desqualificação do trabalho feminino por parte dos médicos, até os séculos XVIII e XIX, nos remete à questão dos fazeres e saberes femininos estarem historicamente relacionados ao privado (casa, família), já a atuação masculina ao ambiente público (fora do lar, rua). Segundo a filósofa Hannah Arendt (2000, p. 37):

A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política com entidades diferentes e separadas (...) mas a ascensão da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, (...) cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional.

O trabalho e conhecimento de assistência à saúde, quando pensado e efetuado por mulheres, era menos valorizado do que os masculinos já estruturados politicamente. Michelle Perrot (2005, p. 34) diz que: “(...) o mundo público, sobretudo econômico e político, é destinado aos homens e é o mundo que conta”.

1.2 Um olhar para as práticas de parteiras no Brasil

Partimos agora para uma breve história das parteiras no Brasil, resgatando os saberes dos povos indígenas e suas as práticas obstétricas, que foram relatadas por viajantes, cronistas e missionários que descreviam os hábitos das várias etnias que aqui viveram e vivem. Segundo alguns desses relatos, “(...) a gestação decorria, parece, sem percalços evidentes, não abandonando a índia os seus afazeres domésticos”. Em algumas etnias o parto

²² Entendemos saber empírico como o saber constituído na prática, pelo qual as instituições de ensino, conforme Freire (2011, p. 31), tem: “(...) o dever de não só respeitar os saberes com que os educando, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária -, mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos”.

ocorria sem auxílio, a indígena gestante “(...) ao ser surpreendida pelas contrações parturientes, onde estivesse se acocorava e em tal postura dava à luz, aguardando o secundamento”. Outro exemplo são as indígenas Botocuda, Coroadas, Tapuia que “(...) tinham os partos no mato, onde se internam, sozinhas, para retornarem apenas depois do banho, a um tempo higiênico e simbólico” (MONTENEGRO e REZENDE FILHO, 2013, p.22-23).

Em outros grupos, porém se observa nos relatos o auxílio de outra mulher, como por exemplo, a Tupinambá que:

(...) anunciado o trabalho, pelas dores, a mulher se estirava no solo ou sobre tábua, mesa rústica de parir, conservada no interior das malocas. Acudiam as mais idosas e o parto era também assistido pelo marido, que comprimia o ventre da paciente e seccionava, posteriormente, o cordão umbilical, com os dentes ou pedra aguçada (MONTENEGRO e REZENDE FILHO, 2013, p.23).

A “arte de partejar”, no período Colonial, permaneceu com a mesma tradição da realização dos partos por mulheres em domicílio, segundo Brenes (1991, p.135):

(...) verificou-se que, tradicionalmente, esta Arte era realizada por mulheres denominadas ‘aparadeiras’ ou ‘comadres’, que assistiam as mulheres, seja no trabalho de parto e nos cuidados pré e pós-parto, quanto em outras circunstâncias, tais como doenças venéreas e abortos.

Conforme demonstram os estudos até o início do século XIX, no Brasil, as parteiras em atividade eram negras e mulatas livres, chamadas de “parteiras práticas”. Segundo Mott (1994, p.115):

Médicos e cirurgiões apenas excepcionalmente participavam da parturição, em geral nos casos de partos laboriosos e difíceis. As primeiras parteiras diplomadas que exerceram o ofício no Brasil eram estrangeiras e chegaram por volta de 1828.

É preciso destacar a importância social e cultural do trabalho dessas mulheres e de seus conhecimentos. Canassa (2005, p. 35), explica que:

Há de se reconhecer que o ofício das parteiras leigas não era um trabalho qualquer, pois seu conhecimento era específico, aprendido através da prática e da experiência, mas que lhes conferia certo poder no seio da comunidade onde moravam, além de serem pessoas responsáveis pela transmissão desse conhecimento às demais mulheres locais.

A educação das mulheres, no período colonial no Brasil, praticamente se restringia a ler, escrever, contar, bordar, costurar além dos ensinamentos religiosos. Esses ensinamentos eram geralmente oferecidos por professores e professoras particulares às filhas dos que podiam pagar. As senhoras estrangeiras que em suas casas transformadas em pensões ou como professoras domiciliares, dedicaram-se ao ensino de costura, bordado, religião, rudimentos de aritmética e de língua nacional, para moças. “É a vinda dessas senhoras francesas e portuguesas e, mais tarde, alemãs que amplia um pouco o acanhado horizonte intelectual da mulher brasileira” (SAFFIOTI, 2013, p.272).

Inicialmente ordens religiosas, como os Jesuítas²³, por meio de suas ações educativas, criaram as escolas de primeiras letras no Brasil Colônia. A educação nos colégios da ordem religiosa era destinada apenas às crianças do sexo masculino. “Não havendo na Colônia escolas para as meninas, somente nos conventos poderia a mulher receber alguma instrução” (SAFFIOTI, 2013, p.270), era necessário que as meninas optassem pela vida religiosa para adquirir instrução formal. Após a saída dos Jesuítas²⁴ em 1759,

(...) a soma dos alunos de todas as instituições jesuíticas não atingia 0,1% da população brasileira, pois delas estavam excluídas as mulheres (50% da população), os escravos (40%), os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos e crianças abandonadas (MARCÍLIO, 2005, apud SAVIANI, 2013, p.443).

Em 1827 é criada a primeira lei de educação do Brasil (Lei de 15 de outubro de 1827), que determinava a criação de Escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, o que acabou posteriormente a ser de responsabilidade do governo das províncias e não do Império (SAVIANI, 2013).

Para Saffioti (2013), a lei de 1827 introduz diferenças aos currículos das escolas primárias²⁵, em função da visão dos papéis sociais divergentes entre

²³ Jesuítas são os membros da Ordem religiosa Católica chamada Companhia de Jesus cujo fundador foi Santo Inácio de Loyola em 1540. <http://www.jesuitasbrasil.com/newportal/institucional/quem-somos/> 26/10/2017.

²⁴ A saída ou expulsão dos Jesuítas ocorre, por meio da Lei de 3 de setembro de 1759, em função de “um conflito insolúvel com a Coroa portuguesa que culminou na expulsão decretada em 1759” (SAVIANI, 2013, p.75).

²⁵ Lei de 1827 quanto à educação dos meninos, estabelece que: “Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do

homens e mulheres.

(...) a lei de 1827 constituía um verdadeiro instrumento de discriminação dos sexos. Embora fosse a primeira legislação concedendo à mulher o direito de instrução, e daí constituir um marco histórico, só admitia as meninas nas escolas de primeiro grau, ou seja, nas pedagogias, reservando aos níveis mais altos – liceus, ginásios e academias – para a população masculina. (SAFFIOTI, 2013, p. 275-276).

Saffioti (2013) ressalta ainda que o ensino secundário era oferecido apenas no Colégio Pedro II, no qual não era aceito o ingresso de estudantes do sexo feminino. Já nas escolas particulares as meninas eram aceitas, mas tinham, assim como no ensino primário, um currículo diferenciado dos meninos. A educação feminina era pautada no encaminhamento para o matrimônio. “Além de não haver estímulo à realização de cursos superiores pela mulher, o próprio modo pelo qual estava organizado o ensino secundário brasileiro dificultaria sua penetração nas escolas superiores.” (SAFFIOTI, 2013, p.283).

No Brasil Colônia a inserção feminina na educação primária e secundária foi muito menor que a masculina, principalmente pelo número reduzido de escolas para meninas.

É nesse contexto que surge o primeiro curso de parteiras, em 1832, após a criação das primeiras faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia. O “Curso de Parto”, como era chamado, constituiu-se junto às escolas médicas, conforme Brenes (1991, p.139) “(...) as faculdades passaram a conceder os títulos de doutor em Medicina, de farmacêutico e de parteira, sem os quais ninguém podia exercer atividades em qualquer dos ramos da arte de curar”.

A autora Maria Lúcia de Barros Mott (1999, p.136) nos conta detalhes da criação desse curso, por D. João VI por meio da lei:

A lei de 3/10/1832 que criou as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia estabeleceu a organização de um curso especial para formar parteiras, em que eram admitidas apenas alunas do sexo feminino. A idade mínima exigida era a de 16 anos, as candidatas

Império e a História do Brasil.” E os artigos 11º e 12º **à educação das meninas**: “Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento. Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; (...)”. Grifo nosso Conforme: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm Acesso em 26/10/17.

deveriam saber ler e escrever corretamente em Português e apresentar um atestado de bons costumes passado pelo juiz de paz da freguesia onde moravam, o que aliás não era pedido para os alunos do curso de Medicina, nem para os de Farmácia. Deveriam pagar, como os demais 20 mil réis pela matrícula. Essas exigências sugerem que se esperava alunas jovens, sem experiência prática adquirida com parteiras tradicionais (obtendo, conseqüentemente, toda formação por ensinamentos médicos), alfabetizadas, de moralidade comprovada e com recursos para poder pagar a matrícula.

Diante do contexto histórico da educação para as mulheres e das exigências legais para o ingresso ao curso de parto, podemos prever que não houve grande adesão. Poucas eram as mulheres que sabiam ler e escrever, sendo em grande parte de famílias abastadas, sem interesse em uma atividade considerada subalterna. Uma questão importante, e que impedia as moças de ingressar no curso, era que com 16 anos elas já estavam sendo preparadas para o casamento e continuavam dependentes da autorização do pai ou do marido, no caso de serem casadas. Outro impedimento era o valor, que era considerado dispendioso para as famílias da época (MOTT, 1994).

Poucas foram as mulheres que frequentaram os cursos de parto existentes. Com base nos dados pesquisados por Mott (1994), teriam realizado os cursos de parto nas cidades do Rio de Janeiro e da Bahia, no período de 1832 até 1901 apenas 21 alunas.

O curso de parto para formação de parteiras diplomadas não chegou a ser acessível às mulheres. Demonstrando que as exigências para ingresso nos cursos de parto não estavam adequadas à realidade da mulher na época. Segundo Mott (1999, p.157):

(...) as medidas propostas foram sempre tomadas visando se restringir, cada vez mais, o acesso ao curso a um perfil de mulher diferente daquele que se atribuía às parteiras tradicionais. Enquanto as mulheres que exerciam o ofício eram consideradas em geral como sendo provenientes das camadas mais baixas da sociedade, escravas, negras e mulatas livres, de comportamento moral duvidoso, velhas, supersticiosas, analfabetas, exigia-se que as alunas do curso de partos fossem jovens, que tivessem uma moralidade comprovada pelo Juiz de Paz, estivessem sob a supervisão do pai ou do marido e tivessem um pecúlio suficiente para pagar a matrícula, que fossem alfabetizadas, que soubessem inclusive francês, como também Aritmética, conhecessem Álgebra e Geometria e, depois da década de 80, Física, Química e História Natural.

A legislação sobre o ensino de parteiras determinava a denominação dos cursos, exigências para admissão de candidatas, o currículo a ser seguido

e o título conferido como: parteira, enfermeira parteira, enfermeira especializada, obstetriz e enfermeira obstétrica. Para Tornquist (2001, p. 55):

Desde o período imperial, quando a vinda da Corte ao Brasil, há notícia de tentativas de regulamentação e controle das “artes da parturição”. No entanto, dadas a precariedade do próprio campo de formação de médicos e a relutância da população em aderir a seus conhecimentos, estas estratégias disciplinadoras somente terão o efeito desejado no contexto da República, sobretudo nas primeiras décadas deste século. O processo de profissionalização das parteiras faz parte deste movimento histórico.

Mott (2005, p.119), chama a atenção para a questão do descrédito sofrido pelas parteiras chamadas de práticas ou leigas após a criação do curso de parto:

(...) as antigas comadres – assim como os demais práticos que atuavam na cidade (curandeiros, sangradores etc.) – passam a ser alvo de uma campanha de descrédito. As parteiras leigas começaram a sofrer a concorrência de um número crescente de profissionais diplomadas, sobretudo estrangeiras, formadas por escolas dos países de origem e de parteiras brasileiras e estrangeiras formadas pelos cursos de partos anexo à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, criado em 1832, bem como dos médicos, que passam a defender para si o exercício da obstetrícia.

As parteiras diplomadas tiveram grande destaque e prestígio, exerciam uma diversidade de atividades no atendimento às parturientes, como nos exemplifica Mott (2005, p. 126):

Os classificados e as matérias saídas na imprensa enfatizam seis tipos de atividades desempenhadas pelas parteiras: 1. voltadas para a saúde da mãe e do recém-nascido (gravidez, parto, puerpério, tratamento de umbigo); 2. em torno da vida sexual e reprodutiva das mulheres (contracepção, aborto, infertilidade, reconstituição da virgindade); 3. tratamento ginecológico (“doenças de senhoras”); 4. alojamento e tratamento de parturientes e doentes; 5. comerciais (aluguel de ama-de-leite); 6. de “redistribuição” de recém-nascidos, atividade nem sempre dentro da legalidade.

A pesquisadora Zirbel (2003, p. 65) faz a seguinte análise sobre a criação dos cursos de parto: “(...) o que se queria não tinha muito a ver com ‘aprimorar a prática obstétrica das mulheres’, mas ‘regulamentar’ e ‘fiscalizar’ o ofício das parteiras”. A necessidade de regulamentação e fiscalização no exercício de trabalho das parteiras traz à tona um ideal de trabalho científico e ocidental ditado pelos homens, aos quais as mulheres parteiras deveriam

seguir, se quisesse exercer seu ofício, principalmente em espaços compartilhados com os médicos. Para Perrot (2005, p. 258):

Enraizada no simbólico, no mental, na linguagem, o “ideal”, a noção de “profissão de mulher” é uma construção social ligada à relação entre os sexos. Ela mostra as armadilhas da diferença, inocentada pela natureza, e erigida em princípio organizador, em uma relação desigual.

Quanto às atividades das parteiras diplomadas em hospitais e maternidades, percebemos mudanças em relação às atividades exercidas pelas parteiras práticas em atuação comunitária. Tornquist (2001, p.56) alerta para a função exercida pelas parteiras nas maternidades, onde “(...) as mulheres assumem um lugar distinto daquele das parteiras práticas: nas Maternidades, são auxiliares obstétricas (...) os partos difíceis e arriscados eram reservados aos homens; os partos normais, às mulheres.” Ficando sob a responsabilidade dos médicos obstetras o parto e às enfermeiras/parteiras o auxílio. Mais uma vez percebemos que os saberes e fazeres femininos são diminuídos e colocados como subalternos. Saffioti (2013, p. 65-66) explica as desvantagens sociais da mulher no trabalho:

(...) no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção.

Algumas mulheres conquistaram a valorização de seus saberes e serviram de inspiração para tantas outras. No artigo “*Madame Durocher, modista e parteira*”, publicado em 1994, Maria Lúcia de Barros Mott relata a história de uma ilustre parteira egressa do curso para parteiras realizado no Rio de Janeiro em 1834. Maria Josephina Matilde Durocher (1809-1893), conhecida como “Madame Durocher”, nasceu em Paris, aos sete anos veio com a mãe para o Brasil, aos vinte e três anos viúva e mãe de dois filhos pequenos, decide ingressar no Curso de Partos, destacando-se como primeira aluna da turma. Sua trajetória como parteira foi bem sucedida e lhe trouxe grande prestígio. Madame Durocher acompanhou partos da família real e em

1871 foi nomeada titular²⁶ da Academia Nacional de Medicina²⁷. Foi a primeira mulher a participar da referida academia e também a primeira a escrever textos no campo da Medicina, publicando inclusive em anais de congressos (MOTT, 1994). Madame Durocher também escreveu o livro *Ideias para coordenar a respeito da emancipação dos escravos*²⁸ em 1871, sobre suas ideias abolicionistas. Ela foi sem dúvidas uma mulher à frente de seu tempo, uma parteira que conquistou reconhecimento e contribuiu para o conhecimento na área da obstetrícia.

Mott (1994, p.115) nos conta que:

Seguindo um modelo de parteira bastante difundido no seu país de origem, que obtinha a formação em escolas que ensinavam a profissão, mas ainda novo no Brasil, Mme Durocher matriculou-se em 1834 no curso de partos recém-criado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi a primeira e uma das poucas mulheres no decorrer do século XIX a se matricular num curso para aprender a partejar.

Madame Durocher não foi a única parteira a ter notoriedade no Brasil, parteiras tradicionais também se destacaram em suas comunidades. O *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, publicado em 2000, organizado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, traz outras parteiras que tiveram importância significativa na história. A parteira Mãe Luzia, por exemplo, nasceu escrava na cidade de Macapá em 1854, era descendente de Bantos²⁹, foi considerada a primeira “doutora” do Amapá. Mãe Luzia parteira tradicional, tendo aprendido seu ofício com sua mãe, foi contratada pela prefeitura e recebia por parto realizado. A maternidade e a Rede de Parteiras Tradicionais do Amapá receberam seu nome, em homenagem aos serviços prestados pela parteira (SCHUMACHER e BRAZIL, 2000).

²⁶ Conforme site oficial da Academia Nacional de Medicina: [http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=574&descricao=Marie+Josephine+Mathilde+Durocher+\(Cadeira+No.63\)](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=574&descricao=Marie+Josephine+Mathilde+Durocher+(Cadeira+No.63)) Acesso em 28/09/17.

²⁷ Academia Nacional de Medicina foi fundada sob o reinado do imperador D. Pedro I, em 30 de junho de 1829, mudou de nome duas vezes, mas seu objetivo mantém-se inalterado: o de contribuir para o estudo, a discussão e o desenvolvimento das práticas da medicina, cirurgia, saúde pública e ciências afins, além de servir como órgão de consulta do Governo brasileiro sobre questões de saúde e de educação médica. Conforme: <http://www.anm.org.br/> Acesso em 28/09/17.

²⁸ Conforme: SCHUMACHER e BRAZIL. *Dicionário das Mulheres do Brasil*, 2000, p.398.

²⁹ Bantos: grupo étnico africano que ocupa a porção centro-sul e leste do continente (OLIC; CAPENA, 2013).

A seringueira³⁰ e parteira Maria Marina da Silva, nascida em 1926 no município de Feijó (AC), também é citada no dicionário. “Peregrinou por mais de 10 seringais com sua família, aprendendo, nessas andanças, a ‘pegar criança’. Tornou-se, então, uma habilidosa parteira e ajudou no nascimento de inúmeros bebês” (SCHUMACHER e BRAZIL, 2000, p.404). Além de parteira, Maria Marina era também líder comunitária, destacou-se na organização do movimento sindical e feminista do Acre, tendo fundado e presidido a Associação dos Trabalhadores Rurais de Mutum, entre outras atividades em defesa das trabalhadoras e trabalhadores.

Com o crescimento das áreas urbanas no século XX, houve o crescimento do atendimento por parteiras em locais próprios para acomodar a mulher antes, durante e pós-parto. Conforme destaca Araujo (2015, p.63):

Assim as parteiras passaram a fundar estabelecimentos exclusivos para o atendimento ao parto, conhecidos como casas de maternidade. Tais casas fizeram com que médicos e parteiras passassem a trabalhar juntos. Uma lei municipal de 1876 obrigava as casas de maternidade no Rio de Janeiro a serem dirigidas por médicos e ordenava que fossem nelas empregadas parteiras.

No século XX, as várias modificações na legislação do ensino de parteiras, relacionam-se à extinção dos cursos de parteiras e à criação de cursos de enfermeiras de maternidades³¹ anexos às faculdades de medicina.

A maioria das mulheres até meados do século XX, pariam com ajuda de outras mulheres, por não serem nobres ou de classe de maior renda, passou também a ser objeto do interesse médico e ter seus partos atendidos ou observados por *profissionais oficialmente preparados* para este fim, como as enfermeiras-obstetras e médicos (BRASIL, 2001 p.2) grifo nosso.

A autora Canassa (2005, p.38-40) corrobora com a ideia, segundo ela:

Acompanhando o processo de institucionalização do parto, em 1925 o curso de parteiras é suprimido por decreto, e para substituí-lo era previsto o curso de formação de enfermeiras de maternidades. Esses cursos permaneceram anexados as faculdades de medicina, que deveriam reorganizá-los, mas como isso não aconteceu, foram encerrados, como os cursos de partos da Faculdade Nacional de Medicina e do Hospital Hahnemanniano, ambos do Rio de Janeiro, e os do Pará.

³⁰ Seringueira: trabalhadora que extrai o látex das seringueiras, atividade presente até dos dias de hoje na região norte do Brasil.

³¹ Destacamos que ao longo do desenvolvimento da enfermagem no Brasil, a atividade obstétrica foi incorporada como uma especialidade da área.

Esse movimento de reformas também se observa, conforme ressalta Saviani (2013), a partir de 1890, quando começa uma ampla reforma da instrução pública, com a criação dos grupos escolares³², iniciada no estado de São Paulo e disseminando para outros municípios. Sendo esse o modelo de organização pedagógica em vigência no que se denomina hoje ensino fundamental. “No fundo era uma escola mais eficiente para o objetivo de seleção e formação de elites. A questão da educação das massas populares ainda não se colocava” (SAVIANI, 2013, p. 175).

Após a Constituição de 1937, Gustavo Capanema (1900-1985) assume o Ministério da Educação e estabelece um conjunto de reformas conhecidas como Reforma Capanema. Para Saviani (2013) a reforma resultou em uma estrutura organizacional comum que previu um ensino primário elementar, um ensino médio ginásial, o colegial nos ramos secundário e técnico-profissional. Os esforços de renovação³³ com a intenção de “instituir um sistema de ensino público amplo e democrático vão metamorfosear-se, na década de 1970, nas ideias tecnicistas³⁴” (idem, p.446).

Nos anos 1980, “as pedagogias contra hegemônicas³⁵” (SAVIANI, 2013) tentam uma transformação tênue e apontam “o caminho de uma educação efetivamente crítica e transformadora” (idem, p.448). Porém, os esforços foram suficientes para não conseguiram superar “a dominação que caracteriza a sociedade brasileira” (idem, p.448). Em 1990, “o império do mercado com as reformas de ensino neoconservadoras” se sobrepõem aos ideais de transformação social³⁶.

Ao fazermos este breve resgate dos saberes das parteiras tradicionais e do contexto da educação brasileira quando ocorre a criação e extinção dos

³² Os grupos escolares foram criados para reunir em um só prédio as escolas de primeiras letras que anteriormente eram isoladas, chamadas de ‘classes’ e regidas por um professor ou professora. Uma vez reunidas as classes deram origem às series anuais (SAVIANI, 2013).

³³ Exemplo desses esforços de renovação foi o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf> Acesso em 27/10/17.

³⁴ A chamada “pedagogia tecnicista” em resumo são: “ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo)” (SAVIANI, 2013, p.369).

³⁵ Uma das pedagogias contra hegemônicas que Saviani (2013) se refere é a pedagogia da Educação Popular, formulada e difundida por Paulo Freire.

³⁶ Vale destacar a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394 de 1996, acontece em um momento de retomada democrática e participação da sociedade civil, porém com poucos avanços no ponto de vista da transformação social.

curiosos de parteira, compreendemos de modo especial a importância do ofício de parteira na visibilidade do trabalho feminino enquanto função social comunitária e para a luta das mulheres. Principalmente em um período da história em que a assistência médica era ainda mais precária em todo o país:

No Brasil e no contexto mundial, durante um longo período de tempo, as parteiras comunitárias foram as principais responsáveis por milhões de pessoas que vieram ao mundo, através de suas mãos, dos seus saberes e fazeres. Com a institucionalização do parto, em nome da redução da mortalidade materna e neonatal, esse passa a ser medicalizado, baseado na premissa de que a medicina poderia dominar ou neutralizar seu risco (CANASSA *et. al.* 2011, p. 429).

No ano 2000, iniciou no Brasil o programa do Ministério da Saúde “Trabalhando com Parteiras Tradicionais”³⁷ em diferentes estados brasileiros, mas principalmente nas regiões Norte e Nordeste, com o objetivo de:

(...) sensibilizar gestores e profissionais de saúde para que reconheçam as parteiras como parceiras na atenção à saúde da comunidade e desenvolvam ações para valorizar, apoiar, qualificar e articular o seu trabalho ao SUS, inserindo-o entre as estratégias do Ministério da Saúde para a redução da morbimortalidade materna e neonatal. (BRASIL, 2010, p.11)

O ofício de parteira tradicional está presente no Brasil, principalmente em regiões em que o sistema de saúde pública é de difícil acesso à população, como em áreas indígenas. Vale ainda ressaltar que, mesmo com o acompanhamento do Sistema Único de Saúde (SUS) muitas mulheres têm por hábito conversar e se aconselhar com parteiras³⁸. Para Pinto (2012, p.209):

Apesar das dificuldades de acesso aos locais onde essas mulheres residem, a inexistência de centros de saúde para atender, principalmente, a população da zona rural, além de levar algumas delas, em idade precoce, a cultivar saberes e práticas tradicionais com a finalidade de socorrer sua gente, é capaz de proporcionar a visibilidade e a resistência deste saber popular no cuidado da saúde dos seus.

³⁷ O Ministério da Saúde define como “parteira tradicional” aquela que presta assistência ao parto domiciliar baseada em saberes e práticas tradicionais e é reconhecida pela comunidade como parteira. Conforme: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais [recurso eletrônico]: o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

³⁸ Há nesse processo questões que necessitam de estudos onde a sabedoria ancestral constitui em um saber de confiança entre a gestante e a parteira. Questões essas que não foram abordadas nesta pesquisa e ficam como sugestão para pesquisas futuras.

Quanto à necessidade de criação dos cursos de parteiras no Brasil, mesmo sabendo que as mulheres preferiam o atendimento das parteiras aos médicos, Mott (1999, p.155) ressalta: “os cursos foram criados mais pelo desejo dos médicos de acompanhar o que vinha sendo feito na Europa, do que por uma exigência da sociedade”.

Tornquist (2001, p.57) resume essa mudança social envolvendo a parturição no Brasil:

A consolidação da medicalização, viabilizada a expansão da rede de atendimento materno-infantil nos anos 60, envolve dimensões bastante instigantes do ponto de vista teórico: de um lado, assinala a hegemonia da bio-medicina no campo da saúde reprodutiva, vista como um dos últimos redutos do saber feminino; de outro, marca a substituição de um ritual de passagem, tradicionalmente vivido no âmbito da comunidade, por um ritual institucionalizado e moderno; além disso, marca a passagem de um saber feminino para um saber médico, marcadamente masculinizado; por fim, envolve um processo de “fratura” numa suposta “fratria” de mulheres, revelando nuances bastante complexas nas interfaces entre gênero, classe e profissionalização.

Refletindo sobre a questão dos saberes populares e a educação, percebemos que um olhar utilitário e instrumental para a educação serviu para a instrução de parteiras em uma perspectiva do pensamento ocidentalizado, eurocêntrico e cientificista. Nesse processo, não foi levado em consideração os saberes adquiridos pelas mulheres ao longo das suas experiências e ancestralidades.

Brandão (2008) faz um alerta quanto à criação popular, segundo ele, assim como nas ciências e artes eruditas, também há sistemas complexos de conhecimento. Ou seja, nos fazeres de camponesas, parteiras, rendeiras e tantas outras mulheres há saberes que precisam ser respeitados e deveriam ser valorizados. Para Brandão (2008, p. 29) os saberes e fazeres populares, são: “Complexos saberes técnicos, científicos, sociais e artísticos, com que tanto se cura uma doença quanto se recorda a memória da história de um povo”.

1.3 Um olhar regional: Parteiras em Santa Catarina

Falamos, até então neste texto, sobre as parteiras e sobre os cursos de parto no Brasil, tomando como base a cidade do Rio de Janeiro, capital

brasileira no período imperial e local do surgimento dos cursos de parto. Porém, outras cidades também promoveram cursos de parto. Faremos agora um breve histórico do trabalho de parteiras no estado de Santa Catarina, local onde essa pesquisa se desenvolve.

Para Tornquist (2001, p.41), “(...) no caso de Santa Catarina, como em outras regiões da América Latina, o processo de exclusão das parteiras é recente, de modo que elas ainda povoam a memória de boa parte da população”. O fazer das parteiras faz parte do ambiente privado e assim, feminino, sendo então as mulheres as principais transmissoras das memórias relativas aos saberes e fazeres das parteiras. Perrot (2005, p. 39) nos explica que:

Cabe às mulheres conservar os traços das infâncias em que elas são governantas. Cabe a elas a transmissão das histórias de família, feita geralmente de mãe para filha, ao folhear álbuns de fotografias aos quais, juntas, elas acrescentam um nome, uma data, destinados a fixar identidades já em vias de apagamento.

Como já destacado anteriormente, o ofício de parteira também em Santa Catarina era exercido frequentemente por mulheres pobres, porém elas tinham certo prestígio na comunidade em que atuavam devido ao vínculo de cumplicidade que desenvolviam com as mulheres que atendiam.

Canassa (2005, p. 35), também fala sobre a parteira catarinense:

Em geral as parteiras catarinenses eram conhecidas em suas comunidades por estarem associadas à arte da benzedura e das massagens durante o trabalho de parto, com o objetivo de aumentar as contrações necessárias para a expulsão do bebê. Essas técnicas visavam a aumentar a capacidade da parturiente para enfrentar a dor, exigindo delas uma postura ativa.

Sobre as parteiras catarinenses temos alguns estudos que nos auxiliam a entender os saberes e fazer que envolvam seu ofício. A historiadora Karen Christine Réchia, em seu artigo *“Das senhoras dos “repolhos” e das “roças”: ou de como nasciam os bebês”* publicado no livro *“História das mulheres de Santa Catarina”* (2001) organizado por Antônio Morga, traz relatos do trabalho de parteiras do sul do estado no período de 1930 a 1960.

Réchia (2001) percebe diferentes formas de conceber e de transmitir o ofício de partejar. Destacamos no artigo a influência das diferenças culturais na prática das parteiras. Sendo o estado de Santa Catarina influenciado

culturalmente por diferentes povos (europeus, indígenas e africanos) cada nacionalidade/cultura traz consigo diferentes formas de partejar. Os chás, as orações, os cuidados com o(a) recém-nascido(a) e o período de resguardo, tem variações dependendo da influência cultural, como percebemos no relato que consta no referido artigo sobre os saberes relacionados à placenta, chamada de “resto” ou “mãe do corpo”: “As diferenças culturais explicitam-se na distribuição dessas duas expressões utilizadas. Somente D. Maria Ana, ‘brasileira’, fala em ‘mãe do corpo’. As ‘italianas’ referem-se à placenta sempre como ‘resto’” (RÉCHIA, 2001, p.104).

Outro destaque importante no texto de Réchia (2001) sobre o ofício das parteiras em Santa Catarina é que a função foi por muito tempo, e talvez em algumas comunidades ainda seja, uma atividade de serviço à comunidade, como um “favor”. Réchia (2001, p.113) reforça:

(...) a constatação de que ser parteira é uma função a mais, no seio de outras, que requer um saber específico, que cabe às mulheres na divisão de papéis, mas que não é mais nem menos importante que outros serviços essenciais, ou até mesmo que deva ser distinta de outros afazeres.

Como exemplo desse trabalho de parteira integrado a outras práticas como benzeduras e o trabalho na roça, Réchia (2001, p.117) relata que:

D. Arina vivia com a casa cheia de pessoas e serem atendidas, sem falar no ofício de parteira. Mesmo assim, era “muito trabalhadeira, ela fiava, tecia, ela costurava, fazia de tudo.” Uma vez mais reforça-se a noção de que fazer partos – e, neste caso, benzeduras³⁹ – não era considerado trabalho, mas “fazer um bem”, ajudar, prestar um serviço.

Observamos a importância da espiritualidade nos fazeres das parteiras, que envolve muito além de uma religiosidade individual, mas sim comprometida com as outras mulheres da comunidade. Pois o “dom” e o “destino” ao qual elas eram comprometidas estavam ligados ao fazer o bem na comunidade em que viviam. O pesquisador Carmo Thum (2009, p.345) corrobora com nosso entendimento de que todas essas experiências se entrelaçam com a educação, segundo ele “(...) o mundo da casa, dos rituais comunitários, os modos de

³⁹ Sobre o ofício da benzedura, “trata-se de uma prática ritual que é essencialmente religiosa e também essencialmente solidária (...) a benzeção não é uma construção individual, mas, sim, uma construção do imaginário coletivo. Uma mulher não se anuncia benzedeira, ela é chamada de benzedeira pelas outras pessoas (...)” (PESSOA, 2005, p.71).

nascer e morrer, a religiosidade que envolve a vida tem sentido para uma compreensão alargada de educação”.

As parteiras práticas aprendiam seu ofício com outras parteiras e exerciam essa atividade como serviço à comunidade em que estavam inseridas e também traziam consigo ensinamento e tradições culturais relacionadas às suas origens. Para pensarmos como a prática das parteiras se relaciona com a educação, recorremos à Brandão (2007, p.26) quando explica que: “A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender”. Sendo assim, todas as parteiras que aprenderam e aprendem ainda hoje seu ofício por meio dos ensinamentos de outra parteira são num primeiro momento alunas, mas ao passo em se tornam experientes na parturição, se tornam então professoras de outras mulheres que por vontade ou necessidade da comunidade querem aprender à parturir.

Com o surgimento dos cursos de parto em Santa Catarina, os saberes populares começam a disputar espaço com os saberes científicos. Aqui cabe uma reflexão sobre a educação formal, e em que medida se diferencia da educação citada no parágrafo anterior onde exemplificamos o processo de ensinar e aprender pela prática das parteiras. A partir da criação dos cursos de parto o processo de ensino aprendizagem das parteiras, que acontecia antes exclusivamente por meio da prática, agora podemos dizer que acontece também através do ensino formal. Entendemos nesta pesquisa ensino formal a partir da reflexão de Brandão (2007, p.26), quando diz que:

O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados (grifo do autor).

Além do surgimento dos cursos de parteiras, surgem também as regulamentações do exercício profissional. No início do século XX em Santa Catarina o estado regulamentou o serviço de higiene (tais como hospitais, clínicas, barbeiros e parteiras) através do Decreto nº 1.082 de 05 de janeiro de 1918. Quanto às parteiras o capítulo V do decreto descreve as regras “Do Exercício da obstetrícia” (p.19):

Art. 44. As parteiras no exercício de sua profissão, devem limitar-se a prestar os cuidados indispensáveis às parturientes e aos recém-nascidos, nos partos naturais.

Art. 45. É proibido as parteira, sob pena de multa de 10\$000 a 100\$000. 1. Annunciar consultas, dar receitas ou applicar quaesquer medicamos que não sejam os aconselhados na prática de asepsia obstétrica, salvo os medicamentos destinados a evitar ou combater accidentes graves, que possam comprometter a vida de parturiente ou a do feto ou recém-nascido, devendo tais receitas ter a nota de urgente. 2. Incumbir-se do tratamento médico ou cirúrgico das moléstias das mulheres e crianças. 3. Praticar qualquer manobra em caso de distorcia, salvo quando se tornar impossível a presença de um médico, que sempre e sem demora deverá ser chamado.

Podemos observar que o regulamento já prevê multa para parteira que atuar sem conhecimentos médicos. O regulamento cita quais os limites de atuação da parteira, impossibilitando de atender outras mazelas femininas.

O artigo “A mão e a luva: o processo de medicalização do parto e o corpo feminino em Florianópolis” da historiadora Carmem Suzana Tornquist, também publicado no livro *“História das mulheres de Santa Catarina”* (2001) organizado por Antônio Morga, nos traz informações sobre os cursos de parto no estado:

Os cursos de formação de parteiras em Santa Catarina começaram a ser ofertados na Maternidade Carlos Corrêa a partir da década de 30. Intentava-se formar “profissionais” mais adequadas aos ideais de civilidade e higiene que passaram a alimentar o poder público. Já no início deste século, podia-se obter o diploma de parteira, conferido pelo Departamento de Saúde Pública do Estado. Constituíam-se, assim, as chamadas “parteiras diplomadas” (TORNQUIST, 2001, p.52).

Sobre o curso de formação de parteiras da Maternidade Carlos Corrêa encontramos outra referência, que detalha a criação e o seu funcionamento:

Em Santa Catarina, o primeiro curso oficial de formação de parteiras no Estado que se tem conhecimento, foi criado em Florianópolis na Maternidade Carlos Corrêa em 1931 e oficializado através do Decreto Estadual nº 96 de 29/11/1935, sendo denominado Curso de Enfermagem Obstétrica. O curso começou a funcionar por iniciativa do Doutor Carlos Corrêa, que era médico na instituição e que tinha o apoio de um grupo de médicos e do auxílio de uma parteira, Army Candemil Capanema⁴⁰. Depois de dois anos de curso, que incluía

⁴⁰ Army Candemil Capanema, parteira nascida em 1923 em Imaruí/SC. Em 1940 mudou-se para Florianópolis para fazer o curso de parteira na Maternidade Carlos Correa. Nos anos de 1970 graduou-se em Enfermagem pela UFSC. Conforme: COSTA, Lucia Helena Rodrigues da. Memórias de Parteiras: Entrelaçando Gênero e História de uma prática feminina do cuidar. Florianópolis, 2002. 168 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

Durante conversa sobre a escrita desse texto, minha mãe Marta Gonçalves Chéríci, que

tanto aulas teóricas como práticas, essas parteiras recebiam o diploma de Enfermagem Obstétrica e passavam a realizar os partos considerados normais, tanto em domicílios como nas maternidades. (CANASSA, et. al., 2011, p. 424)

No artigo intitulado *O saber/fazer das parteiras na Maternidade Carmela Dutra de Florianópolis - SC (1967/1994)*, das pesquisadoras Neli Silvia Andreazzi Canassa, Miriam Süsskind Borenstein, Odaléa Maria Brüggemann e Vitória Regina Petters Gregório, publicado em 2011, temos uma pesquisa realizada com quatro parteiras que trabalharam na referida instituição. Com relação à escolha do período pesquisado, as autoras explicam que “(...) em 1967, ingressou na referida maternidade a primeira parteira entrevistada e, em 1994, foi quando a última entrevistada aposentou-se na instituição” (CANASSA et. al. 2011, p. 424). Sobre a fundação da maternidade, as autoras contam que:

Em 1956, por iniciativa do Governador Irineu Bornhausen, foi criada em Florianópolis, a Maternidade Carmela Dutra (MCD), na qual muitas parteiras passaram a atuar na sala de parto. Essa Maternidade se constituiu em uma instituição modelo para a época, equipada com o que havia de mais moderno no país. A equipe era basicamente constituída por médicos, uma enfermeira, práticos de enfermagem e parteiras (CANASSA et. al. 2011, p. 424).

Sobre as parteiras entrevistadas pelas pesquisadoras, o artigo traz informações quanto a formação dessas mulheres. Conforme descrição contida no artigo, observamos que das quatro parteiras entrevistadas, duas realizaram Curso de Parteiras na Maternidade Carlos Corrêa, uma em 1952 e outra em 1960. Uma das parteiras entrevistadas:

(...) foi da primeira turma (1959-1961) de alunos do Curso de Auxiliar de Enfermagem realizado na Escola de Auxiliares de Enfermagem Madre Benvenuta, em Florianópolis-SC e, posteriormente, em 1963, fez o Curso de Parteiras na Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre-RS (CANASSA et. al. 2011, p. 425).

nasceu em 1961 na mesma cidade da parteira citada, lembrou que quando era criança a prefeitura do município de Imaruí/SC levava estudantes para Florianópolis ou Laguna para cursarem o ensino médio e cursos profissionalizantes. Segundo ela, minha avó Sofia Gonçalves Domingos (1923-2015) contava essa história e dizia que não pode continuar os estudos porque seus pais não a deixavam viajar de ônibus para outra cidade “porque isso era coisa de mulher mal falada”. Minha avó queria ser professora. Infelizmente a história se repetiu com a minha mãe que quis estudar quando veio para Joinville aos 14 anos, mas o único curso de ensino médio que ela poderia frequentar na época era noturno, pois ela já trabalhava durante o dia como costureira. Minha avó não permitiu que ela estudasse à noite “porque estudar a noite era coisa de mulher mal falada”. Agradeço à minha mãe por ter conseguido quebrar esse ciclo e me apoiado a continuar estudando.

Com relação a Escola de Auxiliares de Enfermagem Madre Benvenuta, Canassa (2005, p. 36) nos traz mais detalhes:

Em 1959, na capital do Estado catarinense, as irmãs da Divina Providência⁴¹ criaram a Escola de Auxiliares de Enfermagem Irmã Benvenuta, localizada ao lado do Colégio Coração de Jesus, com a finalidade de suprir as necessidades de profissionais na área da enfermagem para o mercado de trabalho em hospitais e maternidades. Nessa escola várias mulheres foram capacitadas e colocadas nas instituições hospitalares para prestar assistência de enfermagem.

Ainda sobre a formação das parteiras entrevistadas, uma das parteiras realizou “(...) Curso de Formação para Parteiras na própria Maternidade Carmela Dutra com duração de seis meses, porém sem o reconhecimento da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina” (CANASSA *et. al.* 2011, p. 425). Percebemos que as maternidades citadas ofereciam curso de formação de parteiras, cuja intenção era capacitar as profissionais para trabalharem na instituição.

Destacamos também o curso de formação de parteiras⁴² que aconteceu na cidade de Blumenau, Canassa (2005, p. 39) nos traz detalhes:

Na década de 30, mais precisamente no dia 17 de maio, foi criada a primeira Escola de Parto do gênero do Estado de Santa Catarina na cidade de Blumenau, seguindo o modelo do curso de obstetrícia da Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre. Foi reconhecida pela Assembleia Legislativa do Estado, e os certificados que ofereceria também seriam válidos em território paranaense, por uma lei de reciprocidade que existia entre os dois estados.

A autora nos traz ainda informações de como funcionava o curso e quais eram os requisitos para o ingresso das candidatas:

O curso seria de apenas um ano. As candidatas deveriam ter noções de língua portuguesa, noções de aritmética, idade mínima de 18 anos, certificado de boa conduta e atestado médico que garantisse a

⁴¹ A congregação católica da Divina Providência chega ao Brasil em 1895. As primeiras irmãs da congregação a chegar ao Brasil vieram de Münster na Alemanha, sede da congregação a pedido do Pe. Francisco Topp (1854-1925), pároco da Colônia de Teresópolis hoje município de Aguas Mornas-SC. As irmãs vieram para Santa Catarina e iniciaram seus trabalhos nas cidades de Blumenau e Tubarão fundando escolas. A congregação cresceu e expandiu suas atividades em diversas cidades do estado criando principalmente escolas e hospitais. Sobre a história da Congregação da Divina Providência ver: FUCK, Irmã Clea. 100 anos de história: 1895 – 1995; Congregação das Irmãs da Divina Providência no Brasil, Florianópolis: EDEME, 1995.

⁴² Não podemos afirmar que o referido curso é o mesmo feito pela parteira Maria Petry Besen, ou se é outro curso que ocorreu na cidade no mesmo período. Seria preciso localizar documentos relativos às alunas que fizeram o curso, como listas de frequência ou fichas de matrícula. Nesta pesquisa não foi possível identificar e coletar essas informações.

ausência de alguma moléstia contagiosa. Cabe aqui lembrar que a maioria da população local falava alemão e que em muitas famílias as meninas ficavam sem acesso à educação escolar, além de representar “um sacerdócio”. Durante o período de estudo seriam oferecidas as matérias de anatomia da bacia da mulher, noções de microbiologia, embriologia, fisiologia e patologia, além de aulas de clínica obstétrica. As alunas também deveriam ser semanalmente “levadas” aos hospitais da cidade para as aulas exclusivamente práticas (CANASSA, 2005, p.39).

Embora as parteiras diplomadas tivessem maior reconhecimento tanto pela comunidade quanto pelos médicos, Tornquist (2001, p.53) alerta para a questão da apropriação feita pelos médicos dos saberes populares das parteiras práticas:

A relação dos médicos com as parteiras práticas pode ser pensada em termos de uma extração, num primeiro momento, e posterior desqualificação dos saberes populares/femininos por parte dos médicos/homens. As manobras, as massagens e as dinâmicas dos corpos grávidos, eram parte dos saberes das parteiras sobre o corpo feminino.

O conhecimento das parteiras com relação ao corpo feminino não foi negado pelos médicos, mas houve grande preocupação com relação à higiene. Utilizando-se do discurso higienista, muitos médicos desqualificam o trabalho das parteiras práticas, incentivando a promoção de diferentes atividades assim como a criação dos cursos de parto:

No entanto, é bom lembrar que, nos discursos médicos, não há menção à falta de conhecimentos relativos às manobras do parto. Antes, estes discursos versavam sobre questões de higiene. Para adequar-se às normas médicas, as parteiras deviam tomar lições de higiene e de anatomia, aprender a lavar as mãos e a cortar as unhas, além de conhecer teoricamente o corpo feminino (TORNQUIST, 2001 p.53).

Mesmo com a existência de cursos de partos, também em Santa Catarina, poucas eram as mulheres que puderam participar desses cursos, pois, “(...) a profissão de parteira passou a ser um campo de atuação profissional bastante prestigiado, num contexto em que poucas mulheres trabalhavam no âmbito público” (TORNQUIST, 2001, p.55).

As parteiras diplomadas não substituíram as parteiras práticas, pois elas continuam sendo necessárias em algumas comunidades, Tornquist (2001, p.55) explica essa situação:

O ‘diploma’, conferido pelo curso e reconhecido pelo Estado, passou a ser exigido para o exercício da profissão, embora informalmente,

mas já sob risco de punição, as parteiras práticas continuam desempenhando seu ofício em regiões mais afastadas dos centros urbanos.

Nesse sentido, vale a reflexão sobre os saberes populares, que por vezes são confundidos com incultos, rústicos e não civilizados, para Brandão (2008, p. 34): “(...) uma mulher ‘analfabeta’ é uma pessoa ‘letrada’ nos muitos outros saberes e sabedorias de sua vida e sua cultura. Sem saber ler as palavras que os eruditos escrevem, ela pode ser senhora de sabedoria popular rara e preciosa”.

Assim como Brandão, acreditamos que mesmo sem diploma, as mulheres conseguiram ao longo do tempo, e ainda hoje, acompanhar o processo natural do nascer, auxiliando o cuidar, e transmitindo cultura.

Com a criação dos cursos de Enfermagem, o cuidado da gestante no momento do parto passa a ser atribuição dessas profissionais. A extinção do curso de parteiras na Maternidade Carlos Corrêa aconteceu em 1964. A enfermeira obstétrica vai aos poucos assumindo as atividades relativas ao parto, “(...) enquanto a parteira foi sendo excluída desse ambiente” (CANASSA, 2005, p.42).

Sobre a formação em Enfermagem em Santa Catarina a pesquisadora Canassa (2005, p.36) cita a criação do primeiro curso de graduação em Enfermagem de Santa Catarina, que teria causado tensão entre as profissionais da época:

Na década de 60, foi criado o Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Teve grande repercussão para uma nova perspectiva da enfermagem catarinense, contribuindo para que as parteiras diplomadas fossem subalternizadas em seu local de trabalho. A formação das enfermeiras e seu ingresso no ambiente hospitalar causou muitas tensões e disputas de poder e função entre parteiras diplomadas, enfermeiras e enfermeiras obstétricas.

Ainda sobre trabalho de parteiras em Santa Catarina o artigo “*Partos e parteiras: Histórias e memórias femininas em Joinville*”, da historiadora Jeisa Rech traz o resultado de entrevistas realizadas pela autora com parteiras, parturientes e pessoas que conheciam o trabalho das parteiras, com o objetivo de resgatar memórias relacionadas aos partos.

No início do século XX, assim como médicos e farmacêuticos, o trabalho de parteiras também era presente no município de Joinville e dividia espaço em

anúncios no jornal da cidade. O que demonstra grande prestígio e reconhecimento da profissão. Em pesquisa no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), encontramos no jornal Gazeta de Joinville de 1913, entre os anúncios da época, o endereço de parteiras que trabalhavam da cidade.

Figura 1 - Jornal Gazeta de Joinville de 1913



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Na Região Norte de Santa Catarina, assim como em outros municípios do país, o início do século é marcado pela preocupação do poder público com a saúde e higiene, em função dos altos índices de mortalidade infantil e das graves doenças que acometiam a população. Em 1938 foi inaugurado o Centro de Saúde de Joinville, criado com a finalidade de desenvolver atividades na prevenção de doenças e higiene. Outra preocupação frequente era com o atendimento feito por charlatões que se diziam médicos, denúncias se estendiam ao trabalho de parteiras que eram acusadas de imperícia (GUEDES, 1996).

Por iniciativa da Sociedade Médica de Joinville, a partir da década de 30, passaram a ser oferecidos cursos para formação de enfermeiros e enfermeiras e de práticas em parto. Nos cursos eram ministradas aulas sobre anatomia, higiene, ética profissional, puericultura, nutrição, enfermagem e psiquiatria, os professores eram os médicos Dr. Plácido Gomes e Dr. Oswaldo

Cabral (GUEDES, 1996). Em 1946, em reunião da Associação Médica de Joinville, a enfermeira Hilda Krisch⁴³, defende a criação de um curso de enfermagem que é aprovado pela associação. Porém, a realização dos cursos, segundo a própria enfermeira, teriam sido “esporádicos e insuficientes” (GUEDES, 1996, p. 98).

Nas décadas de 1940 e 1950 diversas parteiras “diplomadas”, atendiam a população feminina no acompanhamento da gestação, na realização dos partos e em problemas de saúde. Algumas tinham consultório próprio e outras faziam os partos em estruturas montadas em suas próprias casas, como *Frau*⁴⁴Bupp, na Rua Max Colin (RECH, 2007).

As parteiras que atendiam em suas casas ou na região central, segundo aponta Rech (2007), eram todas diplomadas, tendo feito algum curso de formação de parteiras. Uma das entrevistas apresentadas no artigo destaca que a parteira Alida Timm, conhecida como “*Frau Timm*”, realizou curso em uma clínica particular, na cidade de Blumenau, no ano de 1945.

Mesmo com a inauguração da Maternidade Darcy Vargas em 1947, as mulheres inicialmente ofereciam resistência à realização dos partos nas instituições, a maioria optava por parteiras particulares. Mas as parteiras estavam presentes também na maternidade, como a parteira “*Frau Timm*” primeira funcionária da instituição, depois de 10 anos atendendo em casa, como parteira particular (RECH, 2007). As parteiras que trabalharam na maternidade até as décadas de 1980 e 1990, eram profissionais diplomadas em outras cidades ou que recebiam treinamento na própria instituição.

A história das parteiras em Santa Catarina possui singularidades, mas de maneira geral corresponde com a história das parteiras no Brasil. De um trabalho essencial e respeitado até o início do século XX, às denúncias de charlatanismo.

Queremos esclarecer nossa compreensão e reflexão sobre o valor dado aos saberes científicos e descrédito contínuo dos saberes populares.

⁴³ Hilda Krisch foi uma pioneira na enfermagem catarinense. Formou-se pela Escola de Enfermagem Anna Nery no Rio de Janeiro em 1936. Ver artigo: BORENSTEIN MS, *et. al.* HILDA ANNA KRISCH: pioneira na enfermagem catarinense - formação e contribuição. Revista Bras Enferm, Brasília (DF) 2004 maio/jun; 57(3):366-70.

⁴⁴ *Frau* palavra em alemão, que em português significa mulher, esposa, senhora.

Acreditamos que a cultura popular tem conhecimentos de complexidade iguais aos saberes eruditos, pois:

Tendo sido levados a pensar que apenas o conhecimento oficialmente ocidental e científico, originado em centros consagrados do saber competente, é válido, útil, confiável. (...) Outros sistemas de conhecimentos, de sentidos e de significados são igualmente fontes preciosas e originais de saber e de valor. (...) São experiências igualmente diferentes de sentir, de compreender e de interpretar o real e, nele, a vida e a condição humana (BRANDÃO, 2008, p.36-37).

Nesse sentido, compreendemos a importância dos saberes populares em conjunto ou em complementação aos saberes científico. Os saberes populares foram e continuam sendo úteis e necessários para inúmeras comunidades, sendo assim devem ser respeitados e utilizados como fonte de pesquisa e conhecimento das diferentes formas de ser e viver no mundo.

2. ABRINDO A MALA: A ESCOLHA DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

“O pensamento é uma coisa existindo na imaginação antes de ela se tornar real. A mente é o útero. A imaginação a fecunda. Forma-se um feto: o pensamento. Aí ele nasce...”.
Rubem Alves (2004, p.83)

Ao pensarmos em pesquisa, lembramo-nos de Streck (2004) quando declara que pesquisar é pronunciar o mundo. Desde que iniciamos essa pesquisa, a frase de Streck (2004) nos acompanha e provoca a pensar. Que mundo queremos pronunciar? Para que serve nossa pesquisa? Queremos pensar para além dos muros da universidade. Pretendemos pronunciar o mundo a partir dos saberes e fazeres femininos, em um pequeno município do norte de Santa Catarina. Desejamos possibilitar a visibilidade, por meio da pesquisa acadêmica, da história de uma parteira que trabalhou 40 anos no município de Massaranduba. A história de vida da parteira pode nos auxiliar a pensar questões amplas como gênero e educação.

Para Streck (2004, p. 05), “o segredo da pesquisa talvez esteja em penetrar o óbvio, o simples, movimentar-se entre as suas saliências e fissuras”. Nesse sentido, pensamos em quantas histórias são invisibilizadas em nossa sociedade e em como a pesquisa pode trazer luz às histórias que estão na memória das comunidades, mas que vão sendo esquecidas e desvalorizadas com o passar do tempo.

É preciso que a pesquisa nos auxilie a ver além de dados, precisamos captar no presente o máximo de sentidos e significados das lembranças do passado coletadas na narrativa. Minayo (2001, p.21) orienta que: “A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Sendo assim, entendemos que a pesquisa qualitativa leva em conta, não somente dados, mas também os sentidos que permeiam os saberes e fazeres, provocando reflexões que possibilitem novos significados.

Entendemos que a pesquisa não é neutra, conforme destacam Minayo (2000) e Demo (1995). A partir dessa linha de pensamento, nada que existe pode ser considerado eterno, fixo ou absoluto. “Portanto, não há nem ideias, nem instituições e nem categorias estáticas. Toda vida humana é social e está

sujeita à mudança, à transformação, é perecível e por isso toda construção social é histórica” (MINAYO, 2000, p.67-68).

Diante dessa perspectiva, escolhemos nossos “instrumentos de trabalho”. Optamos por realizar uma pesquisa qualitativa e utilizaremos para tanto o método de História Oral em interface com a leitura da cultura material, que “(...) é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação” (THOMPSON, 1992, p.44). Esta perspectiva de diálogo conceitual possibilita a compreensão de que esses artefatos, essas memórias, são indícios que levam a determinados conhecimentos sobre a história das pessoas.

Há três modos de fazer História Oral, para Thompson (1992, p.303-304), conforme segue:

A primeira é a narrativa da história de uma única vida. (...) A segunda forma é uma coletânea de narrativas. (...) A terceira forma é a análise cruzada: a evidência oral é tratada como fonte de informações a partir da qual se organiza um texto expositivo.

Optamos pelo modo de História Oral, que pretende investigar uma única história de vida, que será da parteira Maria Petry Besen, por meio do relato de sua filha, nossa narradora, Lucia Besen Koch. Coletaremos suas lembranças quanto ao trabalho da mãe relacionadas aos artefatos da parteira em exposição no Museu Municipal de Massaranduba/SC.

Sabemos da importância na figura do narrador ou da narradora quando se trata da história de vida, nossa narradora tem envolvimento afetivo tanto com os artefatos quanto com a história da mãe. Temos também a consciência de que nossa narradora narra e participa da história, como membro ativo dos acontecimentos narrados.

Walter Benjamim (1994, p.221) nos traduz as características de um narrador:

(...) o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é conta-la inteira.

Sendo assim a narradora é peça fundamental nesse processo, pois

segundo Benjamim (1994, p.196) “a arte de narrar está em vias de extinção”. A extinção se deve ao fato, segundo autor, das pessoas estarem compartilhando notícias a serviço da informação e menos suas experiências e suas histórias. O autor alerta para a necessidade de contar histórias para que assim elas possam ser conservadas, pois segundo ele: “Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas” (BENJAMIM, 1994, p.205).

A autora Alberti (2004) também nos auxilia a pensar a metodologia de História Oral em nossa pesquisa. Segundo a autora:

(...) as biografias de indivíduos comuns concentram todas as características do grupo. (...) Biografias, histórias de vida, entrevistas de história oral, documentos pessoais, enfim, mostram o que é potencialmente possível em determinada sociedade ou grupo, sem esgotar, evidentemente, todas as possibilidades sociais (ALBERTI, 2004, p.23).

Nossa pesquisa tem as características citadas pela autora no que diz respeito à história de indivíduos comuns, tendo em vista que se trata da história de vida de uma parteira de um município pequeno. Além dos relatos, os artefatos utilizados pela parteira também serão fontes de memória.

A metodologia de História Oral consiste na entrevista gravada com pessoas que têm algum tipo de memória de um determinado saber, fazer, lugar ou evento, por exemplo, que se deseja pesquisar. Sendo assim, a narrativa apresentada pela entrevistada ou entrevistado, para a História Oral, caráter histórico e documental. Alberti (2004, p.77) chama atenção para a importância da narrativa em História Oral: “Um de seus principais alicerces é a *narrativa*. Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado”.

A conservação das narrativas orais se dá por meio do compartilhamento. É através da linguagem que o narrador ou a narradora transmite suas lembranças e elas podem assim se tornar fonte histórica e instrumento de pesquisa. Para Alberti (2004, 77) “Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido”.

Alberti (2004, p.78), alerta quanto à incompletude das narrativas, lembrando que elas “(...) são pistas para se conhecer o passado”. Não são,

portanto, a totalidade dos acontecimentos ou memórias de um determinado momento histórico. São as narrativas suscitadas naquele momento e por influência tanto de quem narra quanto de quem pergunta. Para a autora, “todas as narrativas são ‘válidas’ – melhor dizendo são ‘versões’ – e que não cabe ao pesquisador julgá-las” (ALBERTI, 2004, p.78). A narrativa é então uma versão do passado, que foi elaborada por meio da linguagem por uma ou mais pessoas, em determinado momento e em determinada conjuntura. Sendo assim, a narrativa não pode ser considerada “toda” a verdade ou “todo” o passado, mas sim uma versão deles.

Colaborando com essa questão da narrativa oral como inconclusiva, Bosi (2003) diz que a memória oral está longe da unilateralidade e que sua riqueza está nos pontos de vista contraditórios. Pollak (1989, p.13) corrobora com esse pensamento quando diz que: “a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário de um sem-número de contradições e de tensões”.

Estamos certas de que encontraremos diversos desafios quanto às questões que envolvem o fazer da História Oral em narrativa de vida como práticas do saber e do fazer. Caminharemos apoiadas nas teorias e também no olhar sensível a vida e seus múltiplos movimentos.

2.1 Buscando ajuda em outras experiências: os saberes acadêmicos

Como parte do processo de pesquisa, recorreremos aos estudos já realizados e disponíveis nas bases de dados Capes, BDTD e SciELO, utilizando o descritor “parteiras” e “parteira”, no período de 2004 até 2016. O período escolhido está relacionado ao início do Grupo de Trabalho (GT) de Gênero, Sexualidade e Educação nas reuniões da ANPED, por ser um espaço de compartilhamento de produção científica na área da Educação. Todavia, percebemos lacunas bastante intensas neste campo. Tal constatação nos mobiliza sobremaneira ao desenvolvimento dessa investigação compreendendo-a como uma possibilidade de construção acadêmica para o campo da Educação enquanto área, conforme observamos na Tabela 1:

Tabela 1 - Produção Científica Capes, BDTD e SciELO (2004-2016).

Fonte	Descritores pesquisados	Resultado Geral	Trabalhos relacionados à educação
CAPEs	Parteiras / parteira*	96	04
BDTD	Parteira	85	04
SciELO	Parteiras / parteira	86	02
	Total	267	10

Fonte: Pesquisadoras com base nos bancos de dados Capes, BDTD e Scielo, 2017.

Na fonte de dados do Banco de Teses e Dissertações da Capes, utilizamos a opção de filtrar os resultados para o período que desejávamos (2004-2016), resultando em 96 pesquisas. Optamos por pesquisar os descritores “parteiras” e “parteira”, pois percebemos que os resultados eram diferente quando utilizávamos a palavra no singular, de quando pesquisávamos com o descritor no plural. Refinamos este resultado para “Área Conhecimento” em “Educação” e o resultado foi 04 pesquisas. Na tabela abaixo preparamos uma lista com o resultado desta busca:

Tabela 2 - Produção Científica Capes (2004-2016).

Fonte: Banco de Teses e Dissertações – CAPES				
Ano	Pesquisador/a	Tipo	Instituição - Programa	Título
2010	Amarildo de Paula Batista	Dissertação	Universidade Católica de Petrópolis	O saber e o fazer das parteiras tradicionais: aprendizagens perpetuadas no espaço doméstico
2010	Fabiana Costa de Senna Ávila Farias	Dissertação	Universidade Federal do Paraná	A institucionalização do parto e do ensino de parteiras: os cursos de enfermagem obstétrica da faculdade de medicina do paraná / maternidade victor do amaral (1922-1951)
2013	Irta Sequeira Baris de Araujo	Dissertação	UFSC - Educação	O sagrado na cultura das parteiras do Timor Leste.
2015	Adelmar Santos de Araujo	Tese	PUC DE GOIÁS - Educação	O saber das parteiras: uma arqueologia no Alto Purus.

Fonte: Pesquisadoras com base nos bancos de dados Capes, 2017.

Buscamos pesquisas já realizadas sobre parteiras, também na fonte de dados do BDTD, utilizando o descritor “parteira” resultando em 98 pesquisas.

Diferente do exposto anteriormente, na busca do banco de dados Capes, no BDTD não observamos diferença ao utilizarmos o termo “parteira” no singular e no plural. Filtramos os resultados para o período de 2004 até 2016, resultando em 85 pesquisas. O BDTD não possui a opção de refinar por “Área de Concentração”, como utilizado no banco de dados Capes. Então, dos 85 trabalhos, escolhemos quais eram provenientes de programas de pós-graduação em Educação, resultando apenas 04 trabalhos. Preparamos uma lista com o resultado desta busca, sinalizamos para o fato de que 02 das 04 pesquisas resultantes estão listadas também no quadro anterior. Segue quadro com resultado da pesquisa no BDTD:

Tabela 3 - Produção Científica BDTD (2004-2016).

Fonte: BDTD				
Ano	Pesquisador/a	Tipo	Instituição - Programa	Título
2013	Lausanne Souza Borges	Dissertação	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro - Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde	Desigualdade e o trabalho de partejar no Brasil: questões para a educação profissional na área materno-infantil.
2013	Irta Sequeira Baris de Araujo	Dissertação	UFSC - Educação	O sagrado na cultura das parteiras do Timor Leste.
2014	Diego da Costa Vitorino	Tese	UNESP - Educação Escolar	Um divórcio entre escola e comunidade? Bananal/SP, um laboratório a céu aberto” no Vale Histórico do Rio Paraíba do Sul.
2015	Adelmar Santos de Araujo	Tese	PUC DE GOIÁS - Educação	O saber das parteiras: uma arqueologia no Alto Purus.

Fonte: Pesquisadoras com base nos bancos de dados BDTD, 2017.

Além dos bancos de dados Capes e BDTD, buscamos também artigos científicos no site SciELO. Utilizamos as palavras “parteira” e “parteiras”, na opção “artigo por assunto”, pois observamos resultados diferentes para cada palavra. Resultando em 25 artigos utilizando a palavra “parteira” e 61 artigos para a palavra “parteiras”. Não foi possível, no site SciELO, filtrar o resultado por “Área”, então lemos os resumos dos artigos e escolhemos artigos relacionados à área da Educação, porém resultaram apenas 02 artigos.

Segue quadro com os artigos que selecionamos:

Tabela 4 - Produção Científica SciELO (2004-2016).

Fonte: SciELO				
Ano	Pesquisador/a	Tipo	Revista	Título
2009	Moema da Silva Borges; Diana Lúcia Moura Pinho; Silvéria Maria dos Santos	Artigo	Cad. Cedes, Campinas	As representações sociais das parteiras tradicionais e o seu modo de cuidar
2011	Maria Luiza Gonzalez Riesco; Maria Alice Tsunechiro; Nathalie Leister	Artigo	Texto & Contexto - Enfermagem	Escola de obstetrícia da Universidade de São Paulo: a história contada no livro de atas (1912-1970)

Fonte: Pesquisadoras com base nos bancos de dados SciELO, 2017.

Diante dos poucos trabalhos no resultado das buscas, procuramos além dos que foram listados nos quadros acima. Os artigos, dissertações e teses anteriores ao período estabelecido primeiramente de 2004 a 2016, nos auxiliam a entender a história da parturição, principalmente no Brasil.

Buscamos por referência de diferentes regiões e culturas. Com relação às parteiras indígenas, em recente tese de doutorado intitulada “*O saber das parteiras: uma arqueologia no Alto Purus*” de 2015 o pesquisador Adelar Santos de Araújo, investigou os saberes das parteiras do Alto Purus⁴⁵, no município de Santa Rosa do Purus-AC. O pesquisador entrevistou parteiras em atividade que participaram do “I Curso de Aperfeiçoamento de Parteiras Tradicionais (Indígenas) do Município de Santa Rosa do Purus”, que contou com a participação de “23 mulheres cursistas, sendo 12 da etnia Kaxinawá⁴⁶ e 11 da etnia Kulina⁴⁷” (ARAUJO, 2015, p.101). O referido curso aconteceu entre

⁴⁵ A região do Alto Purus localiza-se na região das Bacias dos Rios Acre e Purus no Estado do Acre. Na região encontram-se os Povos Kaxarari (Huni Kuni), Apurinã (Popyngary), Jamamadi, Manchinery, Jaminawa, Kulina (Madijá) e Kaxinawá (Huni Kuin), conforme: <http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao-alto-purus>. Acesso em 28/09/17.

⁴⁶ Kaxinawá (da família linguística Pano) vivem na fronteira entre Brasil e Peru, na Amazônia ocidental. Conforme: <https://pib.socioambiental.org/pt?search=Kaxinaw%C3%A1> Acesso em 02/07/2017.

⁴⁷ Kulina (da família linguística Arawa) vivem em várias terras indígenas que compartilham com outros povos os Kaxinawá, Yaminawá e Ashaninka, na fronteira entre Brasil e Peru, em aldeias às margens dos rios Juruá e Purus no estado brasileiro do Acre. Conforme: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kulina/456> Acesso: 02/07/2017.

23 e 27 de fevereiro de 2004. A tese é um exemplo do quanto a atividade da parteira tradicional é presente na vida e na memória do povo brasileiro.

Além das mulheres indígenas, buscamos também pesquisa referentes às mulheres quilombolas⁴⁸. No artigo da pesquisadora Benedita Celeste de Moraes Pinto, “Gênero e Etnicidade: histórias e memórias de parteiras e curandeiras no norte da Amazônia” de 2012, a autora nos traz dados sobre o cotidiano das mulheres parteiras. A autora comenta a atuação da mulher negra, onde participava tanto da constituição quanto da manutenção dos quilombos, em alguns casos como líder:

(...) desde a formação de antigos quilombos, o domínio pelas mulheres de técnicas de curas e utilização de ervas, cascas, folhas e raízes de pau, que curam, tornou-se o caminho que conduz algumas dessas mulheres a conquistar respeito e confiança diante dos demais, como é o caso das parteiras e “experientes” ou curandeiras, que aglutinam ao seu redor a gratidão daqueles que ajudou a nascer, ou ainda, daqueles que com chá de alguma casca, folha ou raiz medicinal curaram o mal do corpo, ou então, mediante benzeções, conseguiram aliviar o peso do espírito e afastar as forças do sobrenatural (PINTO, 2012, p.202-203).

No artigo, as mulheres quilombolas são identificadas como aquelas que ultrapassaram a condição feminina estabelecida para a época, do “ser frágil” e “passivo”, pois foram capazes de construir a sua história e de seu povo “pela força típica advinda de suas personalidades e de múltiplas formas de resistência, repassadas e executadas até os dias atuais por algumas de suas descendentes nos povoados negros rurais do Tocantins” (PINTO, 2012, p. 211).

A autora relata também a atuação de homens parteiros em comunidades quilombolas, que em sua maioria eram filhos de parteiras e realizavam o parto apenas da própria esposa ou de outra mulher quando acompanhado por uma parteira auxiliar (PINTO, 2012).

Os homens “*meio parteiros*”, como dizem os mais velhos, (...) eram benzedores, rezadores, “experientes” ou curadores. Porém, somente partejavam se houvesse uma parteira auxiliar. Raras vezes ficavam na frente da mulher em trabalho de parto para receber a criança, havendo necessidade de uma parteira para fazer tal trabalho. De longe, na companhia de seus guias ou companheiros, recitando rezas

⁴⁸ Quilombolas são descendentes de africanos escravizados e, em resistência à situação de escravidão, fugiram e se organizaram em quilombos, que significa lugar de acampamento e refúgio (PINTO, 2012).

e simpatias, o parteiro ordenava o que tinha de ser feito (...) (PINTO, 2012, p.220).

Para a autora, na memória dos povos quilombolas a força e determinação das mulheres na constituição e manutenção dos povoados trazem à tona práticas e experiências ancestrais dessas mulheres benzedeiras, parteiras e curandeiras que vem se consolidando ao longo dos anos (PINTO, 2012).

Sobre as mulheres que vivem na região Sul do Brasil, localizamos na dissertação de mestrado de Karen Christine Réchia, intitulada *“Lembranças íntimas de minha avó: partos, parteiras e outras histórias em Treze de Maio-SC”* de 1998, em que a pesquisadora entrevistou a parteira diplomada Verônica Kuhnen Feuerschuette, que estudou no curso de formação de parteiras oferecido pela Maternidade Carlos Corrêa, tendo sido a primeira parteira diplomada a atuar no Hospital de Tubarão-SC. A parteira foi a Florianópolis em 1946 cursar a “Escola de Parteiras” em regime de internato com duração de dois anos (RECHIA, 1998). Em relato à pesquisadora, a parteira conta que as atividades incluíam “(...) *“plantão de duas em duas noites, dando banho nos nenê, botar prá mamar de três em três horas, observar os partos”*, tudo sob a supervisão das irmãs, da parteira-chefe e também dos médicos” (RECHIA, 1998, p. 138) grifos da autora.

Em sua dissertação Réchia (1998, p.138) conta que a “Escola de Parteiras” de Florianópolis era frequentada por mulheres de todo o Estado: “Trajadas com um guarda-pó e uma touca, acompanhavam o dia-a-dia daquele hospital, da enfermaria aos quartos de primeira, conforme o poder aquisitivo das pacientes”. Conta ainda que, as aulas eram ministradas por médicos, nos momentos “de folga” em que eles não estavam cuidando dos pacientes. Os conhecimentos necessários para a certificação da parteira são descritos pela pesquisadora:

Identificar a sua função e posição hierárquica no ambiente hospitalar, saber usar o instrumental técnico, ler os manuais quando fosse possível, assistir as poucas aulas e “cuidar” das pacientes dos doutores. Finalmente, depois de dois anos, Dna. Verônica Kuhnen e suas colegas, foram submetidas ao exame final, “no departamento da saúde, nós fomos lá de manhã, fizemos uma prova, umas perguntas e nós escrevíamos.” Está lá no seu diploma, que ela ainda conserva, como pode ser constatado por mim: Verônica Kuhnen - Enfermeira

Obstétrica, com a assinatura do Departamento de Saúde Pública (RÉCHIA, 1998, p. 140-141).

Em outra pesquisa desenvolvida em Santa Catarina, a autora Rosana Studnicka Lopes investigou parteiras tradicionais em sua dissertação “Educação & Memória: Saberes e Fazeres de Mulheres Parteiras da Região Serrana de SC” no ano de 2008. A pesquisa tinha o objetivo de compreender as experiências do ato de partejar das parteiras entrevistadas, que aprenderam com a experiência o ofício. A autora destaca em suas análises, a compreensão das entrevistadas da função de parteira como inspiração simbólica:

Quando analisamos o contexto sócio-cultural tem-se uma leitura de que pouco restava naquela situação para optar por uma profissão. Por outro lado, mesmo em mundos projetados para “um certo fim”, estas mulheres e muitas outras que se foram, permitiram que a coragem, a curiosidade e o desejo suplantassem o destino já apontado pelas circunstâncias da vida. Muitas delas compreendendo a função de parteira como inspiração divina, como se fosse uma predestinação. Outras misturam o divino com a tradição, com as heranças de outras mulheres que praticavam em passados distantes o ato de partejar (LOPES, 2008, p.73).

Investigamos também trabalhos apresentados nas reuniões nacionais e regionais da ANPED. Pesquisamos nos sites das reuniões que aconteceram de 2004 até 2016, nos grupos de trabalho de Gênero, Sexualidades e Educação. Porém, não identificamos nenhum trabalho apresentado sobre “parteiras”.

2.2 Conhecendo o caminho: o local da pesquisa

O contato com a história da parteira Maria Petry Besen, por meio de artefatos expostos no Museu Municipal de Massaranduba, motivou o início dessa pesquisa. Sendo assim, é preciso agora falar sobre o município de Massaranduba, campo escolhido para pesquisa, localizado na região norte do estado de Santa Catarina.

Na região hoje chamada de Massaranduba, localizada na Região Norte do estado, os primeiros imigrantes europeus chegaram por volta de 1870 devido à expansão da ocupação da Colônia Dr. Blumenau⁴⁹. Os primeiros imigrantes

⁴⁹ “Em 1850, o filósofo alemão Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau obteve do Governo Provincial uma área de terras de duas léguas para estabelecer uma colônia agrícola, com imigrantes europeus”, a Colônia Blumenau, hoje município de Blumenau. Conforme site da Prefeitura de Blumenau: <http://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/historia> Acesso em: 18/06/17.

que chegaram à região eram provenientes de países da Europa, como Alemanha, Itália e Polónia.

No ano de 1821 a região de Massaranduba tornou-se distrito do município de Blumenau. Através da Lei Estadual nº 746/61, de 29 de agosto de 1961 foi emancipado o município de Massaranduba.

O município de Massaranduba está localizado a 178 km de Florianópolis e a população é de 14.668, segundo senso do IBGE de 2010. A área total do município é de 373,296 quilômetros quadrados. Seus limites territoriais são com os municípios de: Blumenau e Jaraguá do Sul, ao Oeste; São João do Itaperiú, ao Leste; Guaramirim, ao Norte; e Luís Alves, ao Sul⁵⁰.

Figura 2 - Mapa de Santa Catarina (município de Massaranduba destacado em cor vermelha).



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu - [Image:SantaCatarina MesoMicroMunicip.svg](#) (acesso em 08/11/2017).

O nome do município se deve à presença abundante da árvore Maçaranduba, porém a escrita foi modificada para Massaranduba. A árvore Maçaranduba tem madeira de cor vermelho-escura, dura e homogênea, além de ser resistente à umidade.

⁵⁰ Conforme site oficial do município de Massaranduba: <https://massaranduba.atende.net/> Acesso em 18/06/2017.

Massaranduba é conhecida atualmente como Capital Catarinense do Arroz, devido à rizicultura, principal cultura econômica do município. Além do arroz cultivado no município, tem destaque também o cultivo da banana e da palmeira real. Outras atividades econômicas e de produção estão presentes em Massaranduba, porém a atividade rural é a maior fonte de renda de seus habitantes.

É então nesse pequeno município do norte catarinense, com atividade agrícola que nossa narradora vive. E foi aqui que viveu e trabalhou também sua mãe a parteira Maria Petry Besen. Entendemos que o território influencia em nosso entendimento da narrativa. Sabemos que se trata de uma parteira que trabalhou em uma comunidade retirada dos grandes centros urbanos. Que além de ser parteira ela era agricultora, descendente de imigrantes alemães e italianos. O trabalho agrícola e a descendência de imigrantes europeus são características de muitas das pessoas que vivem no município ainda hoje e entendemos as especificidades como elementos históricos importantes para posterior análise.

2.3 Carregando a mala: as idas e vindas da pesquisa

Para Minayo (2000, p.96): “(...) o conhecimento é uma construção que se faz a partir de outros conhecimentos sobre os quais se exercita a apreensão, a crítica e a dúvida”. Nesse sentido, motivadas a conhecer, a aprender e a questionar, iniciamos a fase exploratória da pesquisa com observação, conversas e entrevistas informais. Definimos problema e objetivos, porém destacamos que essas definições não são estanques, elas podem sofrer alterações ao longo da pesquisa. Entendemos que os instrumentos escolhidos a princípio, devem ser flexíveis, conforme orienta a autora:

A investigação qualitativa requer como atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos. Seus instrumentos costumam ser facilmente corrigidos e readaptados durante o processo de trabalho de campo, visando às finalidades da investigação (MINAYO, 2000, p.101).

Em função do município de Massaranduba não possuir Arquivo Histórico recorreremos aos arquivos de Joinville, Jaraguá do Sul e Blumenau. Entendemos

que os arquivos municipais podem nos auxiliar com fontes que por vezes não são utilizadas em pesquisas bibliográficas como: jornais, entrevistas gravadas e/ou transcritas, entre outros documentos possíveis de consulta em Arquivos Históricos.

A partir das primeiras observações, tendo como caminho questões teóricas e metodológicas previstas no Projeto de Pesquisa, iniciou então a fase de trabalho de campo, (após aprovação do Projeto de Pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE, ver Apêndice C).

Nosso primeiro contato com a história da parteira Maria Petry Besen foi por meio dos artefatos expostos no Museu Municipal de Massaranduba, como já citado anteriormente, para realizarmos esta pesquisa, contamos com o auxílio da coordenadora do museu Maria Ivoni Campigotto Spézia. Foi Maria Ivoni quem nos colocou em contato com nossa narradora Lucia Besen Koch, filha da parteira.

Maria Ivoni entrou em contato com Dona Lucia e marcou com ela nossa primeira conversa na casa da narradora. Posteriormente marcamos uma conversa no museu para falarmos especificamente dos artefatos. Na conversa para coleta de depoimentos de Lucia Besen Koch, solicitamos consentimento e assinatura do Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) conforme Apêndice A.

Por consideramos significativo o “acervo dos artefatos” (objetos) utilizados pela parteira Maria e por representarem também a memória deste ofício, optamos por realizar também a descrição dos artefatos disponibilizados no MMM por Lucia Besen Koch. O processo de descrição e fotografia dos artefatos ocorreu após autorização da coordenadora do MMM.

Vale destacar que os resultados preliminares da pesquisa foram socializados com estudantes da graduação em Enfermagem da UNIVILLE, durante o período de realização de Estágio de Docência⁵¹, feito pela pesquisadora. O estágio foi realizado nos meses de julho e agosto de 2017, na

⁵¹ Estágio de Docência é uma atividade curricular para estudantes de Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), em atividades de ensino na instituição, sob a supervisão de seu orientador. Serão consideradas como atividades de ensino desenvolvidas no estágio docência: I. Regência de aulas teóricas e práticas. II. Participação em avaliação parcial de conteúdos programáticos, teóricos e práticos. III. Aplicação de métodos ou técnicas pedagógicas como estudo dirigido, seminários etc. Conforme Resolução 15/2017 CEPE/UNIVILLE Acesso: http://antigo.univille.br/arquivos/3808_15-07.pdf em 26/11/2017.

disciplina de Humanidades em Saúde, no curso de Enfermagem. A disciplina é ministrada pela Prof.^a Dra. Elizabete Tamanini.

Realizamos a socialização da pesquisa no estágio de Docência e percebemos, na interação com as alunas e alunos, o potencial da história de vida como tema gerador em discussões sobre cuidado, saúde da mulher, gênero, educação e cultura. A socialização da história de vida nos possibilitou discutir os temas relativos à saúde e educação de forma participativa com as alunas e os alunos.

A seguir, destacamos os caminhos percorridos na pesquisa, desde o início do Mestrado em Educação em Março de 2016:

2.3.1 Pesquisa Bibliográfica sobre parteiras:

Realizamos um levantamento bibliográfico sobre as histórias das parteiras no Brasil e em Santa Catarina. Interessou-nos também buscar informações sobre os primeiros cursos de parto no país. Nesta busca encontramos estudos realizados anteriormente pelas pesquisadoras Maria Lúcia de Barros Mott e Anayansi Correa Brenes em âmbito nacional. Com relação aos estudos sobre parteiras em Santa Catarina, encontramos os trabalhos das pesquisadoras Carmem Susana Tornquist, Karen Christine Réchia, Lucia Helena Rodrigues da Costa e Neli Sílvia Andreazzi Canassa.

Conforme mencionando anteriormente, neste mesmo capítulo, recorreremos também a estudos já realizados e disponibilizados nas bases de dados Capes, BDTD e SciELO. Porém, poucos foram os trabalhos localizados no período de 2004 até 2016 com os descritores: “parteira” e/ou “parteiras”.

2.3.2 Pesquisa no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ)

Conforme citado anteriormente, buscamos em arquivos históricos de diferentes municípios próximos a Massaranduba informações sobre cursos de parto ocorridos na região e também pesquisas sobre parteiras já realizadas. Buscando histórias de parteiras da região de Joinville, fomos ao AHJ no dia 23 de novembro de 2016. Solicitamos documentos com o tema: Parteiras. O resultado foi uma transcrição de entrevista com uma parteira que trabalhou em Joinville.

Outros materiais consultados foram: transcrição de uma entrevista⁵² com a enfermeira joinvilense Hilda Anna Krisch; tese de doutorado da professora Sandra P. L. C. Guedes “*O Exercício da Arte de Curar – O Hospital Municipal São José de Joinville 1852 – 1952, de 1992*”; Livro “*Uma história de amor pela vida – Álbum comemorativo aos 50 anos da Maternidade Darcy Vargas*” das autoras Arselle A. de Fontoura e Janine Gomes da Silva, publicado em 1997 pela Editora Movimento e Arte. Observamos também um exemplar do jornal Gazeta de Joinville de 1913 (ver Figura 1), pois, para buscar anúncios de parteiras oferecendo seus serviços.

Solicitamos também o exemplar do jornal de 1913, porque ao ler o livro “Joinville, seus médicos e sua história” de Lairton Valentim⁵³, à procura de informações sobre parteiras, o autor cita que na época eram comuns os anúncios dos serviços de parteiras, mas não havia fotografia do anúncio no livro. Ao encontrar no jornal os anúncios, percebemos o que havíamos apenas lido, mas não refletimos a importância das parteiras na vida das pessoas no início do século XX. O fato dos nomes das parteiras estarem na mesma lista de serviços como advogados, médicos e farmacêuticos, traz a dimensão da importância do trabalho dessas mulheres.

As informações coletadas no AHJ serviram em momentos distintos da pesquisa. As leituras da transcrição, da tese sobre o hospital e de livro sobre a maternidade auxiliaram no entendimento de como funcionava a saúde na região em estudo. Já o anúncio do jornal além de servir como fonte da existência e importância do trabalho de parteira serviu também como inspiração, contribuindo para o entusiasmo com a temática.

2.3.3 Visita ao Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul (AHJS)

No dia 01 de dezembro de 2016, estivemos no AHJS, cidade vizinha à Joinville e Massaranduba. Fomos recebidas pela historiadora do arquivo que auxiliou na busca por informações de parteiras da região. Não encontramos transcrições, relatos, livros ou outros textos com a temática. Mas, durante nossa conversa sobre parteiras ela mostrou um exemplar do Regulamento de

⁵² Entrevista cedida à Dúnia de Freitas Toaldo em 1984. A transcrição impressa está disponível no AHJ.

⁵³ VALENTIM, Lairton. Joinville, seus médicos e sua história. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

Serviço de Higiene de Santa Catarina de 1918 onde encontramos o capítulo V que trata do exercício da obstetrícia. Este regulamento, citado no primeiro capítulo desta pesquisa, nos auxiliou a entender a compreensão do estado quanto ao trabalho de parteira, na época.

2.3.4 Conversa inicial com Lucia Besen Koch

A primeira conversa, ou pré-entrevista com Lucia Besen Koch, a respeito da pesquisa, aconteceu no dia 06 de dezembro de 2016, na casa da entrevistada.

Bosi (2003, p.60), explica o potencial dessa pré-entrevista:

A pré-entrevista, que a metodologia chama de “estudo exploratório”, é essencial, não só porque ela nos ensina a fazer e a refazer o futuro roteiro da entrevista. Desse encontro prévio é que se podem extrair questões na linguagem usual do depoente, detectando temas promissores. A pré-entrevista abre caminhos insuspeitados para a investigação.

Inspiradas nos ensinamento de Eclea Bosi (2003), seguimos para uma conversa informal sem roteiro previamente definido. A intenção era conhecer a narradora e também estabelecer laços de confiança entre entrevistada e entrevistadora. Nossa narradora solicitou que a conversa acontecesse sem gravação de áudio ou vídeo, pois se sentia desconfortável. Sendo assim, não foi possível realizar gravação de áudio ou vídeo neste primeiro encontro. Thompson (1992, p.264) relata esta situação da oposição do narrador ou narradora em gravar suas lembranças: “O simples ato de tomar notas, para não falar no uso do gravador, pode despertar a suspeita de algumas pessoas”. Para o autor essa oposição acontece quando os narradores ou as narradoras são pessoas que dão grande ênfase à confiabilidade e ao segredo, ou ainda pessoas que têm pouca proximidade com a tecnologia. Thompson (1992, p.264) alerta para o que pode ser feito em situações de recusa à gravação:

Algumas pessoas podem opor-se à gravação, mas não a que se tomem notas. Ainda que nenhuma das duas coisas se possa fazer, um entrevistador qualificado pode aprender a reter o suficiente das informações principais e das frases essenciais para lança-las no papel logo depois, e fazer uma entrevista que valha a pena.

Respeitamos o pedido de nossa narradora e não realizamos gravação. Tomamos nota das histórias que ela nos contou sobre a mãe, tentando

interagir e nos fazer presente na conversa. Foi um exercício complexo, estávamos ansiosas, pois mesmo se tratando de um primeiro contato, era extremamente necessário. Cunha e Eggert (2011, p.59) contribuem com este momento refletindo que: “Respeitar a ‘autonomia do ser’ significa estar ciente de que todos somos inacabados e que, reconhecendo nosso inacabamento, estamos aptos a reconhecer, nos outros, seus limites e possibilidades”.

Não foi possível anotar todas as histórias contadas por ela durante nosso primeiro encontro, faltaram também vários detalhes, nomes e datas. Os dados faltantes serão coletados com a narradora em próxima conversa.

2.3.5 Fotografia dos artefatos de Maria Petry Besen

No dia 19 de dezembro de 2016 fomos ao MMM para fotografar e observar detalhadamente cada artefato, disponibilizado pela família da parteira Maria Petry Besen. As fotos foram tiradas com autorização da coordenadora do Museu. Foram fotografados dois livros técnicos em alemão, um caderno/livro de registro de partos, um kit com instrumentos de parto, uma mala utilizada para o transporte dos artefatos, um avental, um pano utilizado para embrulhar alguns artefatos, uma bacia, duas seringas de vidro, instrumentos cirúrgicos, fórceps, faixa com argolas (todo este material será descrito e detalhado no próximo capítulo, bem como servirá de suporte para as reflexões finais desta pesquisa).

A pesquisadora Dantas (2000, p.1), ajuda a pensar a fotografia como “fonte/documento” para ela:

A fotografia é um fragmento denunciador desse percurso. A singularidade e a potência na leitura desse “objeto”, está no fato de articular e reabilitar o olhar diante dos dados que se condensam em fragmentos de papel e de histórias. Mais que isso, permite a emergência de narrativas capazes de expor e sintetizar a relação espaço/tempo numa dimensão cartográfica do espírito humano marcado pela emoção do ver, rever, projetar e identificar-se. A fotografia, como artefato educativo, permite evidenciar noções do que vale a pena olhar e o que efetivamente podemos observar.

Os artefatos fotografados fizeram parte da vida e do trabalho da parteira Maria. A guarda desses artefatos pela filha, nossa narradora e consequentemente o apreço dela por esses objetos/artefatos nos remete ao texto de Perrot (2005, p.37), no qual a autora destaca quais são os objetos

guardados pelas mulheres, diferente dos homens, que segundo ela, têm apreço por coleções como selos, miniaturas e outros, se importando com a quantidade:

As mulheres se retraem em matéria mais humilde: a roupa branca e os objetos. Ninharia, presentes recebidos em um aniversário ou uma festa, bibelôs trazidos de uma viagem ou de uma excursão, “mil nadas” preenchem vitrines, pequenos museus da lembrança feminina. As mulheres têm a paixão pelos estojos, pelas caixinhas e medalhões em que elas guardam seus tesouros: mechas de cabelo, flores secas, joias de família, miniaturas que, antes das fotografias, permitiam que se conservasse o rosto amado. Mais tarde, fotografias individuais ou de família, emolduradas ou reunidas em álbuns, estes herbários da lembrança, alimentam uma nostalgia indefinidamente enfraquecida.

As imagens/fotografias foram feitas por nós com a utilização da máquina fotográfica digital da própria pesquisadora. Os artefatos fotografados estão descritos no terceiro capítulo desta pesquisa.

2.3.6 Segunda conversa com Lucia Besen Koch

A segunda conversa aconteceu no MMM, no dia 30 de março de 2017. O objetivo era coletar o depoimento de Lucia Besen Koch com relação aos artefatos utilizados pela mãe que estão em exposição no museu. Novamente ela não autorizou a gravação em áudio da entrevista. Conversamos, porém, sobre cada artefato e as memórias que eles suscitavam e a conversa tornou-se muito agradável e descontraída, o contato com os artefatos nos propiciou maior interação e aproximação.

Os artefatos tiveram papel fundamental no andamento de nossa conversa, o que é compreensível tendo em vista o caráter identitário que eles possuem. Conforme afirma Bosi (2003, p.26): “Mais que uma sensação estética ou de utilidade eles nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade; e os que estiveram sempre conosco falam à nossa alma em sua língua natal”.

Os relatos obtidos na conversa foram anotados pela pesquisadora e utilizados na descrição dos artefatos no terceiro capítulo desta pesquisa.

Podemos destacar desse segundo encontro que ao conversamos sobre os artefatos, que fizeram parte do trabalho da parteira, mãe de nossa narradora, percebemos a narrativa sendo ampliada pelo contato com os

objetos. Em um movimento de “(re)viver” o passado, pois os objetos que são conservados tem essa função de nos remeter a lembranças de um passado que desejamos que permaneça conosco, tendo assim a possibilidade de ser rememorado. Diante deste contexto compreendemos que:

É por meio da cultura material e ou da materialidade humana e das narrativas que se concentra a passagem do tempo, assim à leitura é feita a partir das experiências acumuladas e representadas que se desdobram na memória, diante da imagem do presente. Desse modo, a educação pode contribuir para a compreensão das contradições presentes nos processos históricos e, sobretudo na construção desses diálogos, rupturas e confrontos (TAMANINI; PEIXER, 2007, p. 67).

Tivemos então a oportunidade de ouvir as lembranças que a narradora tem de cada artefato utilizado por sua mãe. As lembranças não são todas do fazer de parteira, elas se misturam também às memórias de infância de nossa narradora, que nos contou como ela via aqueles artefatos e como os adultos se referiam a eles (esta reflexão será ampliada nos capítulos finais).

Portanto, muito mais do que simples objetos de trabalho os artefatos da parteira guardam memórias da mulher, da trabalhadora, da agricultora familiar, sua família e das mulheres atendidas pela parteira.

2.3.7 A etnografia - Descrição dos Artefatos

Para realizar a descrição dos artefatos da parteira Maria Petry Besen, utilizamos como fonte: as lembranças de Lucia Besen Koch narradas para a pesquisadora; as fotografias e dados coletados durante observação no museu; e pesquisa bibliográfica complementar.

Optamos, assim como em toda essa pesquisa, por fazer uma descrição de cada um dos artefatos de forma sensível. Além dos dados de cada artefato, trouxemos relatos da narradora e informações históricas sempre que possível. Com a intenção de unir o que Halbwachs (2003, p.73) chama de:

(...) memória autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos apresentaria dele um panorama bem mais contínuo e mais denso.

A sensibilidade está no entendimento de que esses artefatos não são apenas objetos “frios” e “sem vida”, pelo contrário, eles guardam histórias que pretendemos contar, com auxílio de nossa narradora e com a pesquisa bibliográfica sempre que possível.

2.3.8 Visita ao Arquivo Histórico de Blumenau (AHB)

No dia 18 de julho de 2017, fomos ao AHB para pesquisar informações sobre o curso de parteira realizado por Maria Petry Besen e também sobre sua professora Minna Ernst. No arquivo, recebemos ajuda e orientação para pesquisa da Diretora de Patrimônio Histórico e Museológico Suely Petry (coincidentemente com o mesmo sobrenome da parteira que pesquisamos), que localizou um texto publicado na revista Blumenau em Cadernos de 2001 que contém o estatuto da Escola de Parteiras de Blumenau. Essa escola tinha como subdiretora Minna Ernst e foi fundada em 1930. Mais informações sobre o referido estatuto estarão no próximo capítulo.

Tivemos ainda a oportunidade de mostrar imagens do atestado recebido pela parteira e também de seus livros (o atestado e os livros estão descritos no próximo capítulo) para Suely Petry, que nos orientou informalmente quanto a escrita do livro de parteira, confirmando que se tratam de livros impressos em letra tipo gótica (explicaremos sobre a escrita gótica no próximo capítulo).

2.3.9 O processo de *transcrição*

Para análise dos dados coletados construímos um roteiro, conforme Apêndices B, com questões geradoras que remetem à educação popular, gênero e memória, utilizando os artefatos presentes no MMM como ponto de partida. Utilizamos a metodologia da História Oral que conforme Holanda e Meihy (2015, p.72) “(...) trata-se de centralizar os testemunhos como ponto fundamental, privilegiado, básico, das análises”, o que implica em formular entrevistas formais e não formais, observações detalhadas, quase que um exercício etnográfico, que sejam o centro da pesquisa.

Optamos pelo processo de *transcrição*, ou seja, “ato de recriação para comunicar melhor o sentido e a intenção do que foi registrado” (MEIHY; HOLANDA, 2015, p.136), tendo em vista que não foi possível, como descrito anteriormente, realizar entrevista gravada.

A escrita de um relato concedido por meio de entrevista sem gravação se dá apenas pelo que foi possível reter na memória da pesquisadora e suas anotações no diário de campo, feitas durante a conversa. Sendo assim, não foi possível realizar uma transcrição, processo no qual temos a fala na íntegra da entrevistada reproduzida pela linguagem escrita. Paul Thompson (1992, p. 293), defende a transcrição completa da entrevista: “A transcrição integral deve, pois, incluir tudo o que está gravado, com a possível exceção de digressões para verificar se o gravador está funcionando (...). Todas as perguntas devem constar dela”.

Em nossa pesquisa, porém, realizamos uma *transcrição*, ou criação de um novo texto a partir dos relatos coletados:

(...) O fazer do novo texto permite que se pense a entrevista como algo ficcional e, sem constrangimento, se aceita essa condição no lugar de uma cientificidade que seria mais postiça. Com isso, valoriza-se a narrativa enquanto um elemento comunicativo preñado de sugestões. (...) Nesse procedimento, uma atitude se torna vital: a legitimação das entrevistas por parte dos depoentes (MEIHY, 1991, 31).

A construção de um novo texto de caráter comunicativo, proposto por Meihy (1991), possibilita tratar o texto de forma criativa, mas também chama a atenção para as questões éticas envolvidas. O autor indica que a *transcrição* seja realizada em especial quando se trata de “história oral de vida”: “A transcrição se aplica mais ao gênero ‘história oral de vida’ do que a ‘história oral temática’. No primeiro caso, porque a história deve sempre aparecer por inteiro, torna-se automaticamente lógica a publicação do todo” (HOLANDA; MEIHY, 2015, p.136).

É preciso que seja feita uma devolutiva do texto à narradora, para que a nova escrita seja por ela aprovada. Ou seja, que o texto seja consenso entre narradora e pesquisadora garantindo a “honestidade de propósitos” (Meihy, 1991). Acreditamos na necessidade de consentimento da narradora e nosso compromisso é de que só seja divulgado o texto aprovado por ela. Para Holanda e Meihy (2015, p.136) “(...) a entrevista deve voltar ao narrador/entrevistado para que ele se reconheça nela, faça durante o ato de conferência a validação que lhe garante reconhecimento de si mesmo”. A narradora tem plena liberdade de alterar, mudar, subtrair ou adicionar qualquer

informação contida no texto que será apresentado nesta pesquisa.

2.4 Maria Petry Besen: parteira, agricultora, mãe, esposa, mulher⁵⁴.

Organizamos em forma de texto os relatos orais de Lucia Besen Koch, em ordem cronológica, referente à história de vida da mãe a parteira Maria Petry Besen (1918-1990), na Figura 3.

Figura 3 - Fotografia Curso de Parteira em Blumenau, 1940.



Legenda: Maria Petry Besen (à direita fotografia), colega de curso (à esquerda na fotografia) e a parteira Minna Ernest (sentada ao centro na fotografia).

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba, 2017.

Os relatos foram cedidos por meio de conversas informais em duas

⁵⁴ A ordem “parteira, agricultora, mãe, esposa, mulher” foi escolhida com a intenção de dar visibilidade às funções sociais antes das funções familiares exercidas pela mulher. Pois conforme a escritora nigeriana Chimamanda Ngizi Adiche (2017, p.41) “Nosso mundo ainda dá ao papel conjugal e maternal da mulher um valor maior do que qualquer outra coisa”.

ocasiões, uma no dia 06 de dezembro de 2016 na casa de Dona⁵⁵ Lucia e outra no dia 30 de março de 2017 no MMM. As conversas não foram gravadas, sendo assim os relatos são uma síntese dos acontecimentos relatados pela narradora e que foram possíveis de serem lembrados e registrados por nós, nestas ocasiões pela pesquisadora. O texto foi lido e aprovado pela narradora em 03 de novembro de 2017. O encontro aconteceu no MMM, repassamos todo o texto fazendo correções que a narradora sinalizou.

Seguem relatos de Lucia Besen Koch sobre a história de vida de sua mãe a parteira Maria Petry Besen:

Maria Petry Besen era filha de descendentes de imigrantes germânicos, provenientes da região onde hoje é a Bélgica. Quando a família de Maria veio para o Brasil teriam se instalado primeiramente na região de Biguaçu. Segundo Dona Lucia, a mãe tinha seis anos quando sua família saiu de Biguaçu com destino à Massaranduba. A família viajou duas semanas a cavalo com seis crianças até chegarem a Massaranduba.

Maria Petry Besen estudou por um ano em uma escola ao lado da igreja na comunidade de Massarandubinha, onde a família morava. Na escola o professor ensinava português, alemão e polonês. Segundo Dona Lucia a mãe contava que os alunos trabalhavam uma hora por dia para ajudar a construir a igreja.

Aos 18 anos Maria iniciou o curso de parteira em Blumenau. Naquele período três mulheres da comunidade haviam morrido durante o parto. Fato que motivou alguns homens da comunidade a procurarem uma família que tivesse moças, a fim de que uma delas fosse encaminhada para estudar e se tornar parteira. Em visita a casa do pai de Maria, esses homens a escolheram para ir a Blumenau fazer o curso de parto, dizendo que “ela seria uma boa parteira”. Dona Maria foi levada à Blumenau para fazer o curso com todas as despesas, por um ano de curso e os instrumentos que ela necessitava, pagos por algumas famílias da comunidade.

Segundo Dona Lucia, a mãe não sabia o que ia aprender em Blumenau,

⁵⁵ Utilizaremos ao longo do texto o termo “Dona” como forma de tratamento respeitosa, pela qual Lucia Besen Koch, nossa narradora, e a parteira Maria Petry Besen eram chamadas na comunidade onde vive.

“pensava que ia estudar para ser freira”. Isso porque estava sendo encaminhada para ficar na maternidade Santa Isabel, administrado na época pelas Irmãs da Divina Providência. Dona Lucia conta que quando a mãe participou do primeiro parto era solteira, e teria ficado muito assustada, e pensado em desistir do curso. Mas que depois do susto inicial se dedicou com muito amor à missão de parteira. Dona Maria tinha muito respeito pelas pessoas que tinham a enviado para Blumenau. Segundo Dona Lucia, ela se sentia escolhida.

O curso realizado na Maternidade Santa Isabel foi ministrado por Minna Ernst, parteira de renome em Blumenau, diplomada na Alemanha e Áustria em 1896, veio para o Brasil no ano de 1909, fez mais de 10 mil nascimentos, faleceu em 1947⁵⁶. A duração do curso foi de um ano e foi feito por Dona Maria e uma colega vinda da região de Biguaçu. Apenas as duas realizaram o curso no período. A colega fez o parto de uma das filhas de Dona Maria.

Sobre a parteira Minna Ernst, Dona Lucia conta que, ao concluir o curso de parto, ela teria pedido que Dona Maria fosse à igreja pedir ao padre uma benção, uma vez que a parteira era católica. O padre abençoou Dona Maria dizendo que em suas mãos nunca haveria de morrer nenhuma mulher. E assim aconteceu, Dona Lucia conta que a mãe acreditava muito nesta benção.

Dona Lucia guarda ainda hoje o crucifixo que Dona Maria ganhou do padre no dia que recebeu a benção para fazer os atendimentos como parteira. Dona Lucia conta que, o padre disse para ela “esse é o seu revolver”. Ou seja, a proteção nos momentos de dificuldade em seu ofício.

Dona Maria casou-se com Elias Besen e tiveram seis filhos e cinco filhas. Sobre o nascimento dos irmãos e irmãs, Dona Lucia conta que, quando a mãe estava grávida “era tudo muito discreto”. Eles não sabiam antecipadamente que a mãe estava grávida, no dia do parto ela e os irmãos ouviam gemidos na casa e então eram levados, geralmente pela tia avó, para um quarto da casa. A tia avó dizia para as crianças que os barulhos que ouviam eram gemidos de gatos em baixo da casa. As crianças dormiam e no outro dia “aparecia” um bebê.

⁵⁶ Conforme Revista o vale do Itajaí n°30 ano III Setembro de 1947 <http://arquivodeblumenau.com.br/wp-content/uploads/2017/03/2e.pdf>
Acesso em 29/05/2017.

Os partos de Dona Maria foram realizados por uma parteira de origem polonesa que morava na região, com auxílio de outra mulher, geralmente uma vizinha. Dona Lucia lembra neste momento, que havia outra parteira na região, que além de parteira também “fazia orações”.

Dona Lucia conta que o pai “fazia tudo em casa”, na ausência da mãe, ele fazia a comida e dava banho nas crianças, além de cuidar da lavoura. Quanto à compreensão e parceria do pai com relação ao trabalho da mãe, Dona Lucia atribui ao juramento que a parteira fez, e do qual o marido era cúmplice, no dever de atender aos partos. Conta também, que o pai auxiliava “ajudando a empurrar a barriga”, nos partos que aconteciam na casa deles, onde a parteira tinha um quarto reservado para o atendimento às gestantes.

Mesmo atendendo aos partos quando solicitada, Dona Maria continuava a trabalhar na roça. Dona Lucia conta que mesmo depois de atender a um parto, ao chegar em casa, a mãe se alimentava, pegava seu chapéu e a enxada e ia para a roça trabalhar. Dona Lucia conta que a mãe não conseguiu se aposentar como parteira, pois no atestado⁵⁷ que comprova a realização do curso de parteira, seu nome está “Maria Petry” e nos documentos feitos após o casamento constam “Maria Besen”.

Dona Lucia conta um relato emocionado, que certa vez a mãe ficou fora de casa por três dias a trabalho, no terceiro dia chovia muito e viu o pai na varanda de casa chorando. Ao perguntar por que o pai chorava, ele disse que não sabia o que tinha acontecido com a mãe. O pai preocupava-se com a segurança da parteira, por conta das histórias contadas dos assaltos sofridos por parteiras na época. Dona Lucia conclui a história contando que, naquela noite a mãe chegou, o pai e os filhos e filhas correram ao encontro dela com muita saudade.

Com relação à Dona Maria ter parado de atender aos partos, Dona Lucia diz isso aconteceu alguns anos depois que o Hospital Sagrado Coração de Jesus de Massaranduba⁵⁸ foi instalado. Os profissionais que lá trabalhavam, passaram a orientar as pacientes grávidas de que não poderiam fazer o parto com parteira e que o parto deveria ser feito no hospital. Dona Maria tinha bom

⁵⁷ Ver Figura 26 - Atestado de parteira de Maria Petry Besen.

⁵⁸ Hospital inaugurado em 1950 administrado pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Santíssima Trindade, hoje chama-se Centro Trinitário de Revitalização Revitacentri. Ver site oficial: <http://revitacentri.com.br/site/a-instituicao/> Acesso em 31/10/2017.

relacionamento com o primeiro médico a trabalhar no hospital, ele perguntava a opinião dela em casos difíceis. Mas após o médico sair do hospital, vieram outros médicos mais jovens e uma parteira freira, que não concordavam com a atuação de parteiras fora do hospital. Dona Lucia conta que a mãe desanimou de atender em função da desaprovação de seu trabalho pelos profissionais do hospital.

Dona Maria continuou consultando as mulheres da comunidade que a procuravam em casa, mesmo depois do derrame aos 55 anos. Após o derrame a parteira passou a não atender mais partos, mas continuou a auxiliar as mulheres da comunidade em atendimentos relacionados à saúde feminina. Dona Maria faleceu aos 72 anos.

2.4.1 Os saberes e fazeres da Parteira Maria:

As histórias das mulheres atendidas por Dona Maria eram tratadas com muita discrição pela parteira, Dona Lucia atribui ao juramento feito pela mãe ao término do curso de parto. As histórias que Dona Lucia conhece, das mulheres e partos atendidos pela mãe, ela soube por outras pessoas, porque a mãe não contava sobre seus atendimentos e partos que fazia.

Dona Lucia lembra que, quando ela retornava de um atendimento, o pai sempre perguntava como o parto tinha sido. Mas que as informações eram sempre muito discretas, a mãe não fazia muitos comentários, e os/as filhos/as não sabiam quem era a mulher atendida. Diz também que a mãe ia a cavalo ou de carroça para a casa onde a gestante a aguardava e que passava muito tempo longe de casa. A parteira geralmente passava dois dias na casa da gestante.

Dona Maria tinha um quarto na casa reservado para atendimentos, sendo assim, todos os seus instrumentos de trabalho ficavam lá e apenas ela tinha acesso. Os atendimentos feitos por Dona Maria eram tanto às mulheres grávidas antes do parto, quando às outras mulheres da região que tendo alguma enfermidade consultavam com ela antes de irem ao hospital.

Em atendimentos de partos difíceis, em que a vida da grávida estava em risco, Dona Maria rezava uma oração quando estava a caminho da casa da família que a aguardava. Segundo Dona Lucia, a mãe sabia qual parto poderia fazer ou não. Ela examinava a gestante e dizia se iria fazer o parto ou não, pois

havia casos em que ela acompanhava a mulher no hospital. Eram os casos em que a cesariana era necessária, ou que havia outra complicação no parto. Dona Lucia conta que “quando os bebês não nasciam bem”, Dona Maria encaminhava a mãe e o bebê para o Hospital da Vila Itoupava⁵⁹. No hospital Dona Maria, buscava com frequência injeções, comprimidos, antibióticos e vitaminas para os atendimentos que realizava.

Quando a parteira ia a festas e casamentos na região, levava sempre uma agenda onde anotava os partos que estavam programados, pois com frequência os casais a procuravam para agendar o parto que chamavam de encomenda; “encomendar bebê”.

Sobre os pagamentos dos serviços prestados pela parteira, Dona Lucia conta que, quando a família atendida era muito pobre, Dona Maria não cobrava, porque via que “a família não tinha nem para eles”. Muitos ofereciam o que tinham, como uma galinha ou um porco, entre outros animais e/ou alimentos produzidos pela família. Dependendo da situação ela aceitava, em outras ocasiões, as famílias ficavam devendo. Ela muitas vezes precisava voltar tempos depois à casa da família para cobrar. Em outros casos, as mulheres guardavam durante a gravidez o dinheiro para pagar o atendimento da parteira, e “no dia do parto tiravam da fronha o dinheiro” para pagar o trabalho de Dona Maria.

2.4.2 As memórias contidas nos artefatos:

Os instrumentos utilizados nos atendimentos e outros objetos de uso da parteira Maria Petry Besen estão expostos no Museu Municipal de Massaranduba. Os artefatos foram emprestados ao museu por Lucia Besen Koch, como citado anteriormente, filha da parteira e narradora destes relatos.

Dona Lucia conta que quando Dona Maria já estava idosa e não atendia mais a partos, os familiares perguntavam a ela com quem ficariam seus instrumentos de parto. A conversa era mais ou menos a seguinte:

“- Enquanto eu viver a mala fica aqui em casa - Dizia Dona Maria”.

“- E depois que a senhora não estiver mais aqui? – Perguntavam”.

⁵⁹ Hospital Misericórdia, fundado em 1923 na região de Vila Itoupava. “Naquela época, o Distrito possuía cerca de 1.000 moradores e era o centro das divisas dos municípios de Jaraguá do Sul, Pomerode, Massaranduba, Luís Alves e Gaspar”, conforme site oficial do hospital: <http://www.hmvi.com.br/#historico> Acesso em 01/06/2017.

“- Daí fica com a Lucia”.

“- E quando a Lucia não estiver mais aqui? – continuavam”.

“- Daí a Lucia é que sabe.”

Então Dona Lucia diz que não se desfez de nada que era da mãe. Diz que tem amor e carinho pelos artefatos, que estima e deseja preservá-los.

Dona Maria tinha dois livros técnicos⁶⁰ que foram utilizados em seus aprendizados durante o curso de parto. Dona Lucia conta que a mãe estudava muito nos livros e atribui aos estudos dela o conhecimento diferenciado que a mãe tinha, e com o qual pode ajudar tantas mulheres.

Os primeiros aventais⁶¹ que a parteira usava durante os atendimentos foram feitos por ela mesma, mais tarde a filha mais velha confeccionava para a mãe. O avental em exposição no museu foi feito pela filha. Dona Lucia conta que os aventais estavam sempre limpos, que nunca os viram sujos, porque a mãe ao chegar de um parto os lavava de imediato.

Dona Maria registrava os partos atendidos por ela em um livro/caderno⁶². Os registros eram feitos em alemão. Dona Lucia conta que a família falava alemão em casa, que a mãe falava português e alemão e preenchia o livro de registros conforme havia aprendido no curso de partos.

Dona Lucia conta que quando a mãe ia atender a um parto, ela “se lavava”, pegava a bolsa para ir à casa da gestante e ninguém mexia na mala, ela e os irmãos não sabiam que objetos estariam dentro da mala⁶³. A mãe dizia que “ia levar um bebê”, então ela e os irmãos acreditavam que o bebê estivesse dentro da mala. Mas segundo ela, nunca tiveram coragem de abrir a mala e conferir. Sendo assim, as crianças da casa não tinham acesso aos instrumentos de parto da mãe que eram guardados na mala.

Dona Lucia conta que Minna Ernst ensinou a mãe que nunca carregasse a mala ao viajar para um atendimento. Ela deveria dar às pessoas que viessem buscá-la, e ela iria caminhando atrás, nunca na frente. A mala então era levada por outra pessoa ou colocada na carroça. Segundo Dona Lucia, por segurança da própria parteira. Dona Maria foi alertada de que parteiras eram vítimas de

⁶⁰ Ver Figura 29 - Capa do Livro *Hebammenlehrbuch* e Figura 44 - Capa do Livro *Leitfaden für den geburthilflichen Operationskurs*

⁶¹ Ver Figura 11 - Avental (frente e costas)

⁶² Ver Figura 4 - Capa do Livro de Registros de Partos

⁶³ Ver Figura 10 - Montagem com fotos da mala

assaltos durante a viagem, por causa do dinheiro pago pelo parto que carregavam na mala.

2.4.3 Deixando marcas no território: Rua Maria Parteira

Dona Lucia conta que a rua onde fica o terreno que recebeu de herança não tinha nome, então ela decidiu homenagear a mãe colocando o nome da rua de “Maria Parteira”. Conta que as pessoas próximas perguntam: “por que Maria Parteira” e não “Maria Petry Besen”? Dona Lucia responde que o fato de ter sido parteira é o que diferencia a mãe das outras pessoas da comunidade. O nome da rua foi aprovado na câmara de vereadores da cidade em agosto de 2016.

Após a conclusão desse processo, analisamos quais reflexões são produzidas a partir da educação popular, das questões de gênero relacionados aos saberes e fazeres femininos das parteiras, tendo em vista a história de vida de Maria Petry Besen. Thompson (1992, p. 299) nos dá pistas de como podemos interpretar e articular a evidência coletada por meio de relato oral:

Em primeiro lugar, devemos considerar as opções que se pode fazer quanto ao modo e à forma de apresentação. Em seguida, como avaliar e testar nossa evidência. Em terceiro lugar, vem o cerne da questão, a interpretação: como relacionar a evidência que encontramos; como fazer para que a história ganhe sentido. E finalmente, como conclusão, olharemos mais para a frente, para o impacto que podemos esperar que a evidência oral tenha para a construção de história no futuro.

Seguindo os passos propostos por Thompson (1992), fizemos a apresentação da história oral de vida em forma de narrativa conforme o método de *transcrição* proposto por Meihy (1991) e Holanda e Meihy (2015). Avaliamos e testamos evidências ao longo do primeiro capítulo, ao considerarmos a história das parteiras e buscarmos informações sobre parteiras no Brasil e no Estado de Santa Catarina, confirmando que o processo de ensino-aprendizagem, relatado em diversas pesquisas sobre a mesma temática, que se assemelham aos relatos da história de vida da parteira Maria Petry Besen. Além disso, no capítulo 3 realizamos a descrição dos artefatos agregando relatos e acrescentando diferentes fontes bibliográficas pesquisadas que nos auxiliaram a entender a memória contida na cultura material

disponível nos artefatos. Procuramos assim encontrar sentido entre a história da parteira e de seus artefatos relacionando-os com questões de gênero e educação.

Conforme propõe Thompson (1992), na citação que consta na página anterior, pretendemos no capítulo 4 olhar para frente, para o impacto de que a história de vida tem para a construção da história no futuro levando em consideração os temas que nos propomos a investigar: Educação Popular e Gênero.

3. AO VESTIR O AVENTAL: CULTURA MATERIAL, MEMÓRIAS E INTIMIDADE

“Muitos idosos contam e recontam o passado, e isso não é também em vão. Contar e recontar são formas de ler o escrito, atualizar um tempo aparentemente passado”.
 Ângela Mucida (2009, p.39)

Quando pensamos em estudos sobre memória é preciso levar em consideração primeiramente o trabalho de Henri Bergson (1859-1941), filósofo francês que desenvolveu importante estudo sobre a memória individual. Eclea Bosi (2003, p.36-37) apresenta a teoria de Bergson, da seguinte forma:

(...) o que o método introspectivo de Bergson sugere é o fato da *conservação* dos estados psíquicos já visitados; conservação que nos permite escolher entre as alternativas que um novo estímulo pode oferecer. A memória teria uma função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo. Mais uma vez: a percepção concreta precisa valer-se do passado que de algum modo se compõe da totalidade da nossa experiência adquirida.

Ou seja, não entendemos o mundo apenas por meio da percepção, mas também por meio do passado que nos é possível rememorar quando somos estimuladas e estimulados no presente.

O autor Maurice Halbwachs (2003) nos provoca a pensar a memória coletiva e o movimento onde a memória individual sempre estaria influenciada por outros indivíduos. Para Halbwachs (2003, p. 69) “(...) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”.

Halbwachs (2003, p.99) diferencia a memória coletiva da memória histórica, afirmando que: “Se, por memória histórica, entendemos a sequência de eventos cuja lembrança a história conserva, não será ela, não serão seus contextos, que representam o essencial disso que chamamos memória coletiva”. Afirmar ainda que existem muitas memórias coletivas, mas apenas uma história e ainda que “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (p.106).

Somos motivadas então a pensar a memória e seu aspecto relacional, onde

as lembranças⁶⁴ sempre sofrem interferências das relações, ambiente e tempo. Segundo Halbwachs (2003, p. 69):

A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um tomando em separado, e em seu conjunto.

As lembranças podem se organizar de duas maneiras para Halbwachs (2003, p. 71): “(...) tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais”. O autor entende que o indivíduo influencia e participa dos dois tipos de memória: individual e coletiva.

Outro autor que nos auxilia a pensar a memória e as narrativas contadas através das lembranças é Joel Candau (2011, p. 66-67) para ele “a lembrança é, (...) algo distinto do acontecimento passado: é uma imagem (*imago mundi*), mas que age sobre o acontecimento (*anima mundi*), não integrando a duração e acrescentando o futuro do passado”. Essa reflexão nos ajuda a pensar na memória como atividade do presente, o que é lembrado é sempre resultado de uma ação do agora, e não exatamente o que aconteceu no passado, ou ainda, não pode ser exata quanto aos acontecimentos vividos no passado.

Candau (2011) nos ajuda a pensar também na questão chamada por ele de “totalização existencial”, quando se faz, por exemplo, uma narrativa de história de vida, sendo impossível a rememoração de todos os aspectos da vida do sujeito. Pois as narrativas sempre deixam à sombra alguns aspectos, além de também não conseguirem abarcar todos os acontecimentos do passado. A impossibilidade da totalidade dos fatos e acontecimentos vividos, por meio de uma narrativa que acontece no presente, é um ponto sempre importante de se pensar quando estamos dispostos a contar uma história de vida. O autor alerta para a incompletude da memória e sua característica contingencial, mas também destaca que a tentativa de totalização existencial busca dar sentido à vida. Sendo assim, o sujeito unifica os acontecimentos vividos e os torna coerentes, com a finalidade de que possam construir uma imagem satisfatória de si.

⁶⁴ Segundo Halbwachs (2003, p.93): “(...) a lembrança é uma imagem introduzida em outras imagens, uma imagem genérica transportada do passado”.

Diante das contingências da memória, a entrevista pode criar aspectos favoráveis ou não para determinada lembrança. Como pretendemos lidar com uma profissão que foi desvalorizada pela medicina ao longo do século XX, Pollak (1989) nos inspira a pensar sobre as memórias marginalizadas e subterrâneas, que segundo ele, estão em disputa com memórias do poder hegemônico. Segundo Pollak (1989, p.8):

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto.

Neste contexto, o caráter ideológico das lembranças narradas deve ser levado em consideração. Ecléa Bosi (2003, p. 22) nos chama a atenção para essa questão do caráter ideológico da memória: “É preciso sempre examinar matizando os laços que unem memória e ideologia⁶⁵; laços que antes da secularização moderna, amarravam a memória pública à memória coletiva”. A memória individual sofre a influência da ideologia do grupo dominante, sendo assim necessário estarmos atentas a essas nuances em nossas análises.

Bosi (2003, p.23) lembra que as instituições são instâncias interpretativas da História: “As instituições escolares reproduzem essas versões solidificando uma certa memória social e operando em sentido inverso ao da lembrança pessoal, tão mais veraz em suas hesitações, lacunas e perplexidades”. Porém, vale lembrar que não existem instituições sem ideologia, ou memória que não sofra influência ideológica. O que nos alerta a autora é que precisamos estar atentas a essas questões também.

Para entender a influência dos artefatos de trabalho da parteira, e como os objetos auxiliam no resgate de lembranças, recorreremos novamente à autora Ecléa Bosi (2003, 26), que traz o conceito de *objetos de memória* que seriam os objetos biográficos, aqueles que “envelhecem conosco, nos dão a pacífica sensação de continuidade”. Essa perspectiva nos auxilia na compreensão de aspectos importantes da pesquisa, pois investigaremos os artefatos de utilização da parteira durante quarenta anos, que estão em exposição do Museu Municipal de Massaranduba.

⁶⁵ Para Bosi (2003, p. 123-124): “A ideologia, (...) é uma consciência falsa, engendrada por uma forma de mercadoria. No processo de chegar à Verdade, atravessa-se a ideologia, mas como quem vence uma etapa”.

Os artefatos contam mais que a história de um trabalho feminino, são “biográficos”, têm aspectos que dizem respeito a quem pertenceram, e também aos que com ela conviviam. As histórias coletadas sobre os artefatos não são apenas do trabalho e suas atividades, mas também memórias da família da parteira e das mulheres por ela atendidas.

Quando a narradora rememora o trabalho da mãe e seus artefatos, como eram utilizados, como ela os adquiriu, por exemplo, ela pratica um ato de preservação dos artefatos da parteira e assim estabelece “elo com o passado” como diria Bosi (2003). Ou como explica Mucida (2009, p. 39): “Toda repetição guarda algo novo, mas faz-se necessário que o contador escute também suas histórias”.

Bosi (2003) nos proporciona refletir sobre as memórias que os objetos podem suscitar e assim seu potencial enquanto narradores de uma história. A autora chama a atenção para a diferença do objeto biográfico, destacado anteriormente, para o objeto de status, que ela exemplifica como: “(...) objetos que a moda valoriza, mas não se enraízam nos interiores ou têm garantia por um ano, não envelhecem com o dono, apenas se deterioram” (BOSI, 2003, p. 26). Entendemos que os artefatos descritos em nossa pesquisa, não são “objetos de status”, conforme a definição de Bosi (2003), pois envelheceram com a parteira e fizeram parte de história dela, de sua família e das mulheres que ela atendeu durante o seu trabalho. O mais importante desses artefatos são as memórias contidas neles. Tesoura, panos, seringas, fórceps, mala, livros, cadernos, contêm a vida de mulheres e seus descendentes.

Através da memória da cultura material e da narrativa de história de vida que trazemos nessa pesquisa, buscamos compreender as contribuições para o debate de gênero e educação. Entendemos que memória e educação estão intrinsecamente ligadas, pois acreditamos que na criação popular há sistemas complexos com os quais inclusive se recorda a memória da história de um povo (BRANDÃO, 2008). Um dos valores da narrativa é a sensibilização quanto ao desconhecido, sendo o ser humano inacabado e em processo contínuo de aprendizagem (FREIRE, 2011), acreditamos na contribuição da história de vida para as práticas educativas.

3.1 “Inventariando as memórias”: Os registros de partos

O livro de Registros dos atendimentos realizados pela parteira Maria Petry Besen foi o primeiro artefato com o qual tivemos contato e sem dúvidas é o que mais nos emociona. Trata-se de um caderno simples de folhas pautadas, com cerca de 60 páginas (algumas rasgadas), com 12 cm de largura por 20 cm de altura. De aparência gasta pelo tempo e pela quantidade de vezes que foi utilizado. Estão registrados nele a maioria dos partos atendidos pela parteira de 1940 até 1980. São 40 anos registrados do trabalho de uma parteira, mãe, esposa, mulher, tornando-se assim, um artefato de extrema importância para esta pesquisa.

“Sobre a quantidade de partos registrados, Dona Lucia conta que faltam muitos registros, mas que a mãe registrou a grande maioria dos partos. Ela justifica dizendo que ao chegar de um atendimento, muitas vezes a mãe, alimentava-se e ia ajudar na roça, deixando para outro momento o registro do parto realizado” (conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).

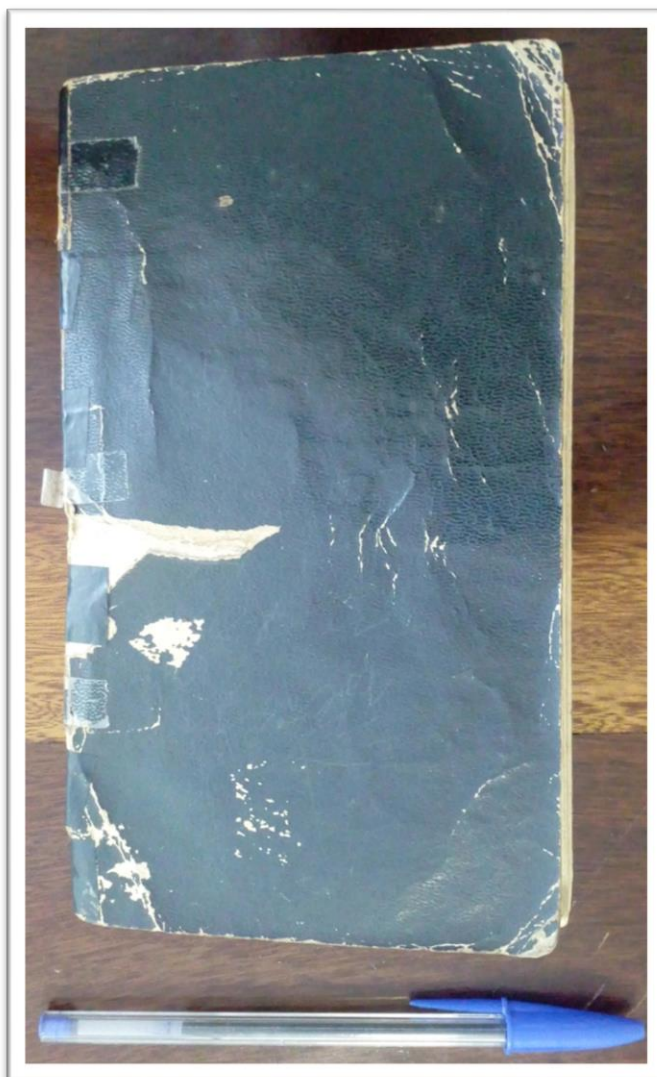
Percebemos no relato de Dona Lucia que a rotina de Dona Maria era dividida entre o ofício de parteira e o trabalho na roça, além das atividades domésticas. Essas múltiplas atividades precisam ser valorizadas e tiradas da invisibilidade que muitas vezes são colocadas. Vale lembrar conforme Saffioti (2013) que as mulheres em especial das classes trabalhadoras colaboraram economicamente com a renda familiar em atividades como o trabalho no campo, o comércio de produtos produzidos pela família, como artesanato e outras atividades. Compreender que o trabalho das mulheres em suas múltiplas tarefas é necessário para assim valorizarmos seus saberes e fazeres, pois conforme Eggert (2011, p.40):

(...) o trabalho é uma ação humana criadora de cultura discutida por Karl Marx (1969, 1979), fazemos a relação direta de que as mulheres produzem conhecimento, cultura e produtos, mas que, em grande medida, todas essas coisas ainda permanecem invisíveis.

Continuando a descrição do livro de registros, a capa é lisa de cor preta, sem inscrições, desgastada pelo tempo e manuseio, além de marcas de fita

adesiva na lombada, alguns rasgos e amassados nas pontas.

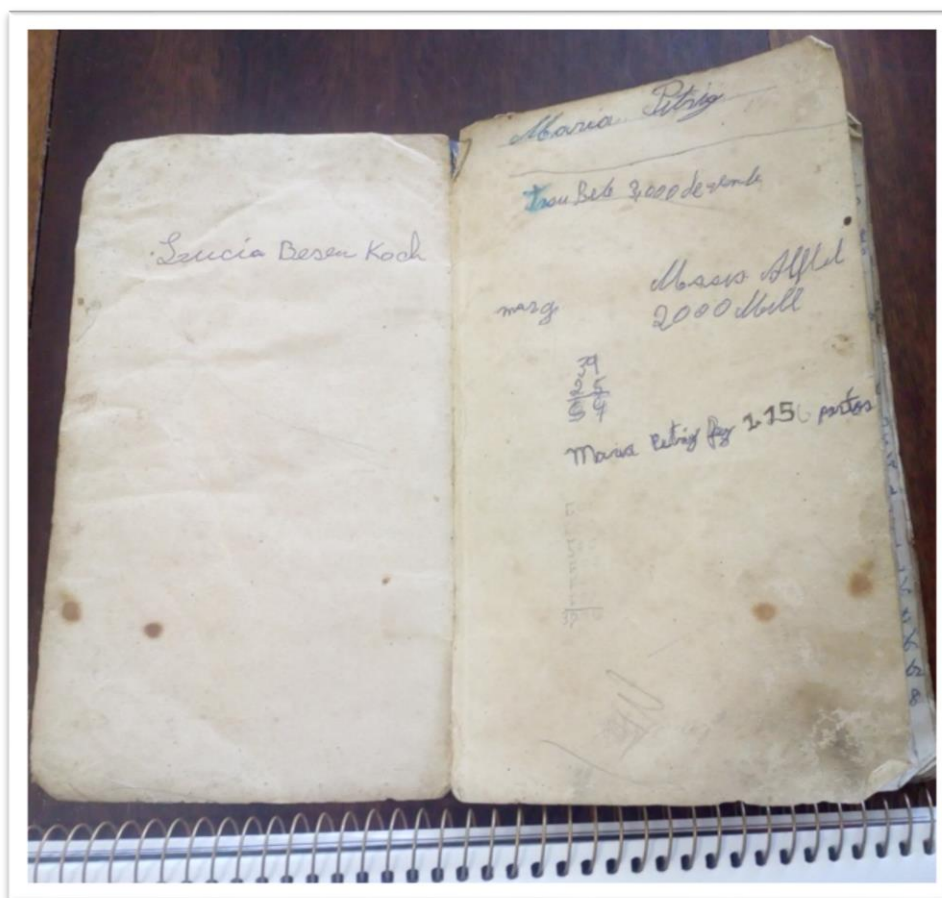
Figura 4 - Capa do Livro de Registros de Partos



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Na contracapa observamos o nome Lucia Besen Koch (filha da parteira), no lado esquerdo. Já no lado direito no alto está escrito “Maria Petry”, nome de solteira da parteira. Há também outras inscrições como números e outros nomes.

Figura 5 - Contracapa do Livro de Registros de Partos

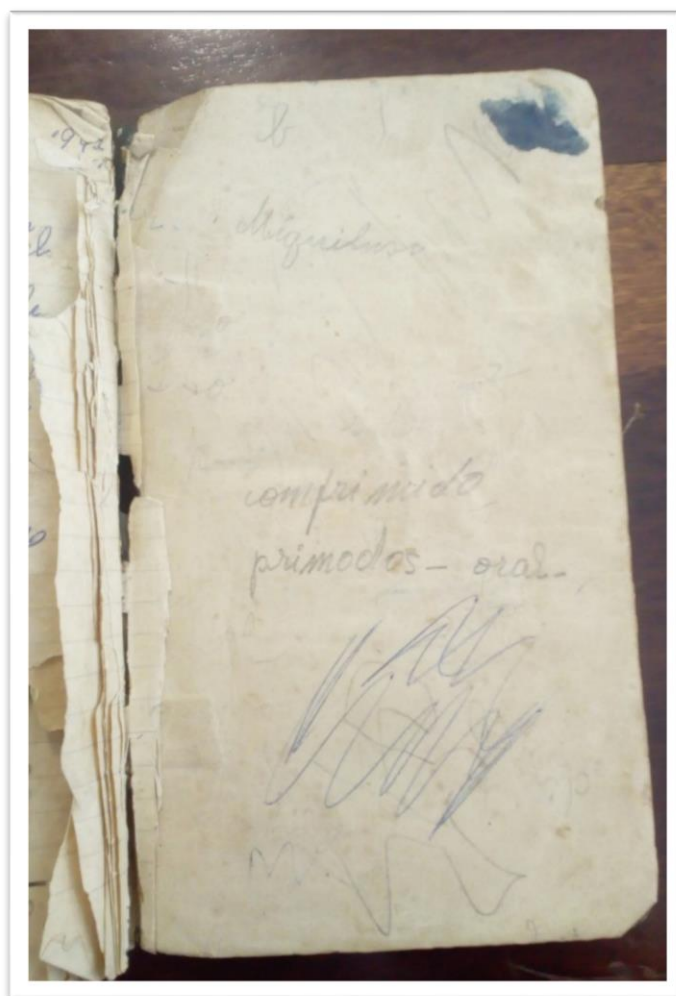


Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

São cinquenta e quatro páginas com registros de atendimentos aos partos na região de Massaranduba. Algumas páginas no final do livro estão rasgadas, e contém rabiscos, listas e outras informações. Há também uma página rasgada entre os registros do ano de 1964.

“Dona Lucia, em nossa segunda entrevista, diz que certa vez um homem a procurou, pois estava pesquisando histórias dos imigrantes da região, ele teria levado a página e não a devolveu” (conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).

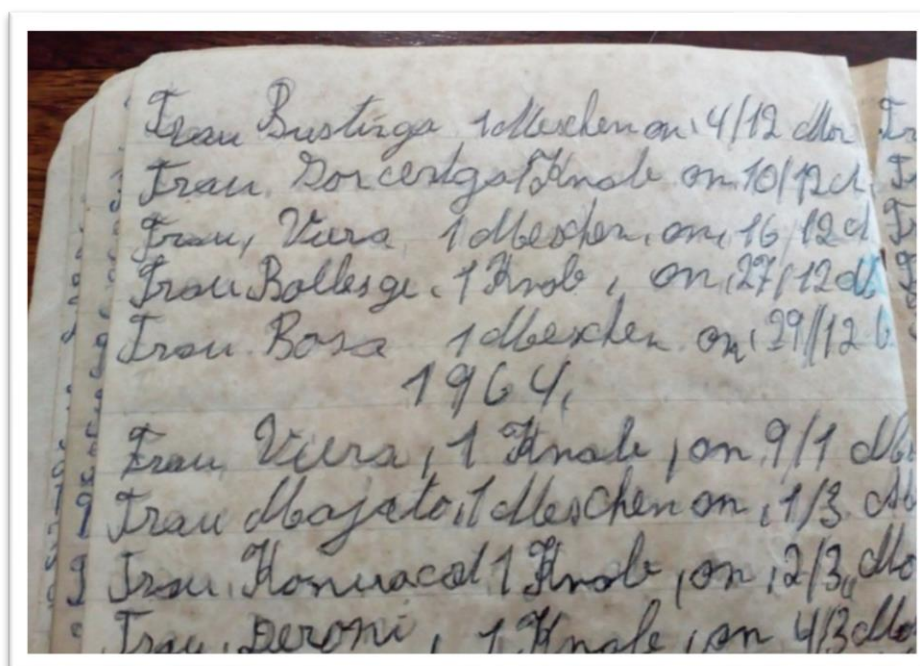
Figura 6 - Última página do Livro de Registros de Partos



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

O livro foi escrito originalmente a lápis, porém com o passar do tempo a escrita foi ficando apagada, gasta. Com a intenção de preservar os registros da parteira, o marido de Dona Lucia, reforçou a escrita à caneta (conforme imagem abaixo). Percebemos que a família da parteira tinha grande apreço pelos registros deixados por ela, sentiam orgulho dos registros ali contidos.

Figura 7 - Detalhe da página do Livro de Registros de Partos



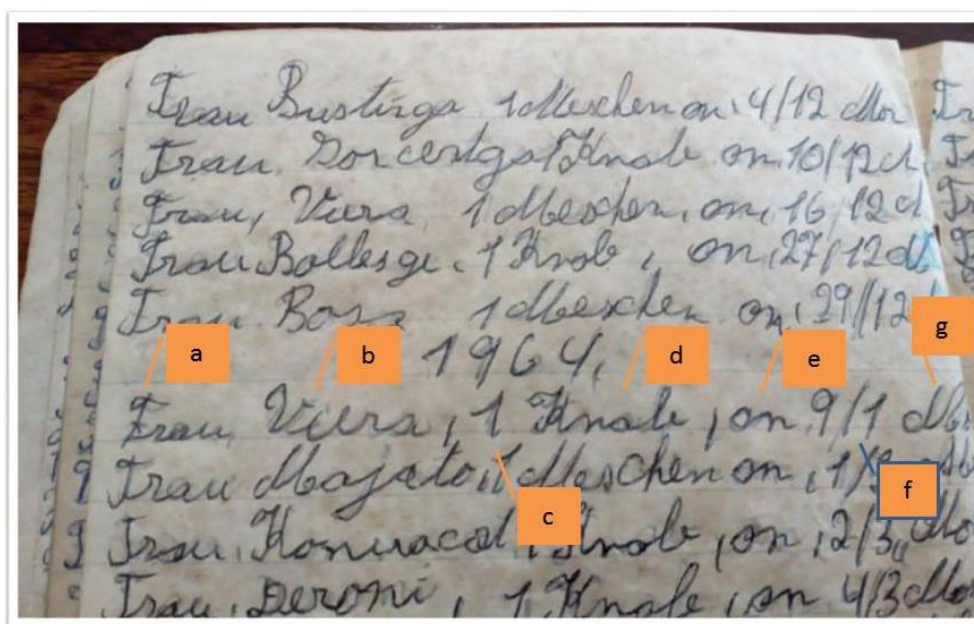
Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

“Dona Lucia me contou que a mãe escrevia da forma que aprendeu do curso de parto com a professora que era de origem alemã. A palavra Knabe, por exemplo, utilizada no livro de registros corresponde a menino em português. Toda forma de registro e palavras usadas foram aprendidas no curso”. (conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).

Sobre os registros contidos no livro, observamos que Dona Maria construiu ao longo dos anos uma lista, ou seja, uma sequência de informações escritas em alemão⁶⁶, conforme Figura 8, constando:

⁶⁶ As traduções contidas no capítulo foram realizadas pela pesquisadora de forma livre, com auxílio de Dicionários de Alemão/Português.

Figura 8 - Detalhe editado da página do Livro de Registros de Partos



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Conforme Figura 8, segue detalhamento dos registros:

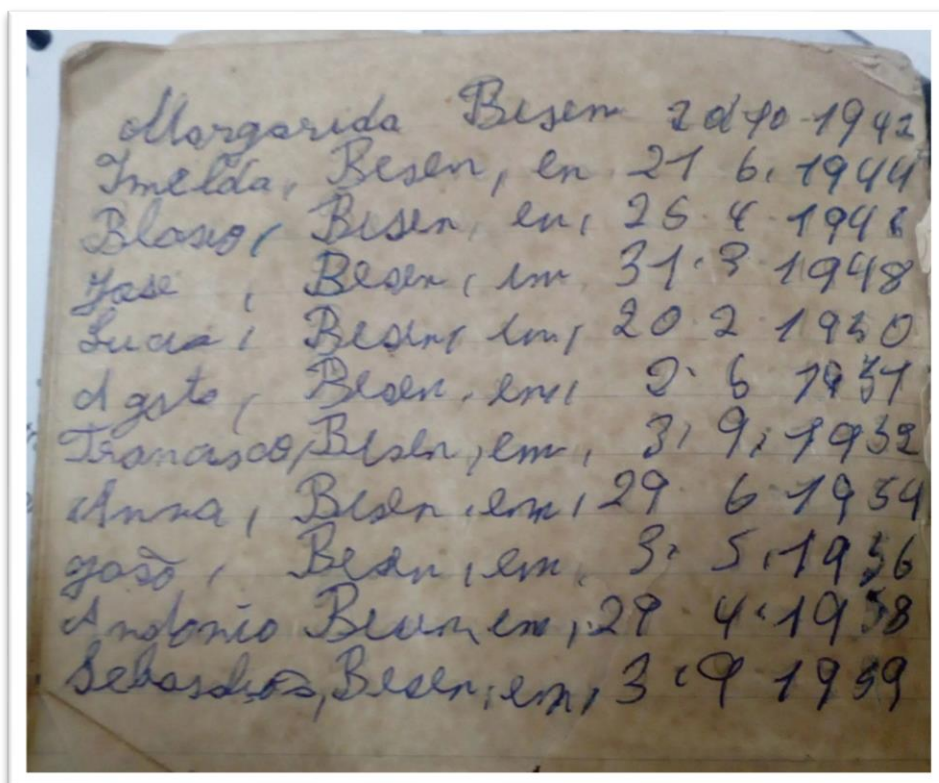
- a. Os registros iniciavam com a palavra “*Frau*”, que em português significa mulher, esposa, senhora.
- b. Seguido da palavra “*Frau*” era registrado o sobrenome da mulher atendida.
- c. O numeral “1” representa a quantidade de bebês nascidos. No caso de serem gêmeos, a parteira registrava o numeral “2”. Não observamos outro numeral, sendo assim, entendemos que ela não realizou partos com maior quantidade de recém-nascidos.
- d. Após o numeral, temos a referência ao sexo do bebê com a palavra “*Knabe*” que em português significa menino. Dona Maria escrevia “*Meschen*”, entendemos que como referência à palavra “*Mädchen*”, menina em alemão.
- e. Em seguida, observamos a palavra “*an*” que em português significa no, na, em.
- f. Os numerais que observamos na sequência são referência à data em que o atendimento aconteceu.
- g. Por último temos a abreviação das palavras em alemão “*Morgen*”,

“*Nachmittag*”, ou “*Nacht*”, que significam em português, na mesma ordem manhã, tarde e noite. Fazendo referência ao período do dia em que o atendimento ao parto aconteceu.

Observamos o cuidado e seriedade com que Dona Maria registrava seus atendimentos, de forma simples, criteriosa e com disciplina para registrar todos os atendimentos da mesma maneira. Um detalhe interessante ao observar os registros, percebemos que em uma das últimas páginas, onde já não temos mais registros de nascimentos atendidos por ela, apenas listas e observações, estão listados nomes e datas. Lucia conta que a mãe registrou naquela página os nascimentos dos próprios filhos e filhas, como uma forma de registro familiar:

Os arquivos privados, outro sócio da história, dizem mais? Sim, de outra maneira, na medida em que as mulheres se expressaram muito mais abundantemente neles, e até mesmo devido ao fato que, como secretárias da família, elas foram produtoras destes arquivos. Livros de anotações da casa em que mantêm os anais da família (PERROT, 2005, p.35).

Figura 9 - Detalhe do registro do nascimento de seus filhos e filhas na página do Livro de Registros de Partos



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Segue transcrição das informações contidas na página, em que Dona Maria registrou os nascimentos de seus filhos e filhas, conforme figura acima:

“Margarida Besen, 20 10 1942”

“Imelda, Besen, em 21 6 1944”

“Blasio, Besen, em, 25 4 1946”

“José, Besen, em, 31 3 1948”

“Lucia, Besen, em, 20 2 1950”

“Agata, Besen, em 2 6 1951”

“Francisco, Besen, em, 3 9 1952”

“Anna, Besen, em, 29 6 1954”

“João, Besen, em, 3 5 1956”

“Antonio, Besen em, 29 4 1958”

“Sebastião, Besen, em 3 9 1959”

Realizamos também um levantamento quantitativo das informações contidas no livro de registros. Fotografamos todas as páginas do livro de registros, então realizamos um contagem manual de cada linha preenchida no livro. Chegamos à quantidade aproximada de 1.260 partos atendidos, deles 34 de gêmeos, realizados no período de 1940 até 1980. Destacamos que nem todos os partos atendidos por Dona Maria foram registrados no livro, mas ela prezava por manter um registro contínuo. Porém algumas vezes por falta de tempo não registrava os partos no mesmo dia do atendimento, como já mencionado nesta escrita, além do ofício de parteira, Dona Maria trabalhava na roça, pois o trabalho da família era fruto da prática da agricultura familiar.

O livro de registros da parteira Maria é um documento que além registrar seu trabalho também registra a vida da comunidade, atividade que muitas vezes é impedida às mulheres. Mesmo na simplicidade dos registros, o livro se torna fonte de pesquisa produzida por uma mulher. Escrever e poder narrar os acontecimentos da vida é uma atividade importante que pode promover a rememoração de atividades e acontecimentos à beira do esquecimento.

3.2 “Era somente uma Mala”: a mala e seus segredos

Outro artefato importante na história da parteira foi a mala que utilizou para levar seus instrumentos de parto para os atendimentos que realizou é com certeza um item muito importante. Não sabemos como a mala foi adquirida pela parteira, mas sua filha acredita que provavelmente foi comprada em Blumenau ao término do curso de parto. Sobre a utilização de maletas por parteiras, a pesquisadora Réchia (2001, p.116) explica que: “a maleta simbolizava a familiaridade com certas práticas médicas”.

A mala é do modelo conhecido como “mala de médico” muito utilizada por médicos, médicas, farmacêuticos, farmacêuticas, enfermeiros, enfermeiras e parteiras, pois seu formato possibilita acomodar medicamentos e utensílios diversos. As dimensões da mala são 41 cm de comprimento, 25 cm de largura e 23 cm de altura. Feita de couro na cor marrom, possui alças na parte superior e fechadura de metal. A parte interior da mala é forrada em tecido xadrez nas cores marrom e bege. As partes metálicas estão enferrujadas e a parte externa apresenta desgaste, machas e partes rasgadas.

Figura 10 - Montagem com fotos da mala



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

“Dona Lucia conta que Mirna Ernst ensinou a mãe que nunca levasse a mala, no caminho do atendimento ao parto. Ela deveria dar às pessoas que viessem buscá-la e ela iria caminhando atrás, nunca na frente. A mala então era levada por outra pessoa ou colocada na carroça. Segundo Dona Lucia, por segurança da própria parteira. Ela foi alertada de que parteiras eram muitas vezes vítimas de emboscadas durante a viagem por causa do dinheiro que carregavam na mala. Dona Lucia conta que certa vez a mãe ficou fora por três dias a trabalho, no terceiro dia chovia muito e viu o pai na varanda chorando. Ao perguntar-lhe o que estava acontecendo, ele teria dito que não sabia o que teria acontecido com a parteira. Dona Lucia conclui a história contando que naquela noite a mãe chegou e todos correram ao encontro dela para abraçá-la com muita saudade” (conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).

A situação demonstra a preocupação com a segurança da parteira, por

conta das histórias de assalto contadas, mas destaca a precariedade de meios de comunicação e transporte na época. Podemos também entender como bastante raro uma mulher estar fora de casa por motivos de trabalho, além de que muitas vezes precisava fazer longos trajetos sozinha, o que também não era comum.

3.3 “Vestir o Avental” – não apenas pela assepsia

Dona Maria Petry Besen vestia avental durante os atendimentos às gestantes. Feito por Imelda Besen, filha mais velha da parteira, o avental é de tecido branco com mangas curtas e pregas na cintura. Possui ainda as iniciais da parteira bordadas a mão na cor azul. Perrot (2005, p.38) fala sobre a cumplicidade na confecção do avental feito nesse caso pela filha para a mãe:

O enxoval, cuidadosamente preparado nos meios populares, rurais sobretudo, é “uma longa história entre mãe e filha”. A confecção do enxoval é um legado de conhecimento e de segredos, do corpo e do coração, longamente destilados. O armário de roupa branca é ao mesmo tempo um cofre-forte e um relicário. A espessura dos lençóis, a finura das toalhas de mesa, as dobras dos guardanapos, a qualidade dos panos de pó têm sentido em uma cadeia de gestos repetidos e enfeitados.

“Dona Lucia conta que os aventais estavam sempre limpos, pois ela nunca os via sujos. Conta que a mãe ao chegar de um parto os lavava de imediato. Para que ficassem sem manchas ela lavava com sabão Rinso⁶⁷” (conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).

Além de afetividade envolvida no fazer e no vestir, a roupa tem caráter cultural presente no modo como é confeccionada, seu modelo e tecidos, e também como representação de gênero, Perrot (2005, p.38) explica que: “A roupa branca pertence à esfera do íntimo, as roupas, à esfera do público. Elas estão ligadas às aparências cujo cuidado é um grande dever das mulheres, sobretudo burguesas”.

Brandão (2008, p.32) destaca ainda os sentidos que envolvem o vestir e

⁶⁷ Chamava-se Rinso o primeiro sabão em pó brasileiro, que começou a ser fabricado em 1953, na Vila Anastácio, Zona Oeste de São Paulo. <http://vejasp.abril.com.br/cidades/primeiro-sabao-em-po-brasileiro-foi-fabricado-na-vila-anastacio/>. Acesso em 29/05/2017.

como utilizamos a roupa como meio de comunicação:

(...) as roupas que vestimos nos abrigam do frio e do calor. Mas os seus padrões, desenhos e cores servem também para nos dizermos a nós mesmo e aos outros: quem somos, em que lugar de nosso mundo achamos que estamos situados, do que gostamos, quem ou o que nos gerou, como sonhamos que poderíamos ser, em quais crenças da ciência, da filosofia, da arte ou da religião acreditamos.

Se não soubéssemos a quem pertence esse avental, saberíamos ao vê-lo que se trata de um que foi utilizado por uma mulher, em alguma atividade da área da saúde, feito artesanalmente e bem conservado. Ou seja, para além de um simples avental, percebemos neste artefato as interfaces entre cultura, educação e gênero.

Figura 11 - Avental (frente e costas)



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

3.4 “Os Panos que embrulhavam”: gestos e instrumentos

O pano utilizado pela parteira para envolver os instrumentos de parto foi o mesmo durante todos os anos de trabalho da parteira. O artefato é feito de algodão nas dimensões de 64 cm por 62 cm, possui detalhe em listras vermelhas na borda do tecido. Desgastado pelo tempo o tecido tem aparência surrada e possui manchas escuras e rasgos pequenos.

“O pano com listras vermelhas Dona Maria ganhou na maternidade quando fazia o curso e utilizava para embrulhar os instrumentos utilizados no parto.

Dona Lucia demonstrou como ela embrulhava os instrumentos, uma clara repetição do fazer da mãe”(conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).

Figura 12 - Pano



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Ao mostrar o pano utilizado pela mãe, Dona Lucia demonstra gestualmente como a parteira costumava embrulhar os instrumentos utilizados nos atendimentos, uma memória da infância enraizada. Podemos pensar o enraizamento da memória também através dos gestos que são repetidos no fazer relativo ao trabalho, ou como no relato, nos gestos observados desde a infância. Conforme Nora (*apud* Bosi, 2003, p.16), “A memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto”.

3.5 “As ferramentas...”: Instrumentos cirúrgicos.

Ao pensarmos sobre os instrumentos de trabalho da parteira Maria, nos lembramos da “caixa de ferramentas” de Rubem Alves (2004)⁶⁸. Neste texto o autor discute o que seriam coisas úteis e inúteis. “Todos os utensílios, ferramentas, são inventados para aumentar o poder do corpo. (...) As coisas da caixa de ferramentas, do poder, são meios de vida, necessários para a sobrevivência (...)” (ALVES, 2004).

Os instrumentos cirúrgicos utilizados nos atendimentos feitos pela parteira Maria Petry Besen foram adquiridos durante o curso de parteira. São oito instrumentos⁶⁹ de diferentes tamanhos e funções, conforme as ilustrações que seguem.

⁶⁸ Texto publicado no jornal Folha de São Paulo em 27/07/2004. Conforme site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u877.shtml>. Acesso em 19/07/2017.

⁶⁹ Não desenvolveremos nessa pesquisa as funções e modos de utilização de cada instrumento. Sugerimos a obra citada: MONTENEGRO, Carlos Barbosa; REZENDE FILHO, Jorge de. Obstetrícia, 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

Figura 13 - Instrumento obstétrico



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Na figura acima temos um tubo de 14,5 cm de comprimento e 0,5 cm de diâmetro. Visualizamos no instrumento apenas uma marcação com o número 18. O instrumento se trata de uma cânula de aspiração utilizada em procedimentos de curetagem (MONTENEGRO; REZENDE FILHO, 2013).

Figura 14 - Pinças



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

As pinças da Figura 14 são de diferentes tamanhos e possuem pontas com formatos e tamanhos também diferentes. A pinça menor possui 25 cm e ponta fina. A pinça do meio possui 26 cm de comprimento e ponta curvada. A pinça maior possui 27 cm e ponta mais larga comparada às anteriores. As pinças podem ser utilizadas em diferentes procedimentos, como por exemplo, a curetagem (MONTENEGRO; REZENDE FILHO, 2013).

Figura 15 - Cureta



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Na Figura 15, vemos os instrumentos chamados de “cureta”, formados de uma haste com uma argola em uma das extremidades. As três curetas possuem tamanhos diferentes de haste e de ponta. A cureta menor possui 27 cm e ponta com 1,5. As outras duas curetas possuem 30 cm, mas a cureta do meio tem ponta de 3 cm e a outra ponta com 2,5 cm. As três curetas possuem cabo com 10 cm.

Instrumentos de uso obstétrico, como os citados anteriormente, estão descritos na obra de Montenegro e Rezende (2013, p. 1.059), no capítulo que trata dos “Procedimentos para Interromper a Gravidez”, vemos na ilustração abaixo alguns instrumentos usados, com a seguinte legenda: *“Um exemplar de vela, tipo Hegar, para a dilatação instrumental do canal do colo; cureta romba e cortante, com e sem fenestração; pinça de ovo, tipo Kelly ou Munde”*.

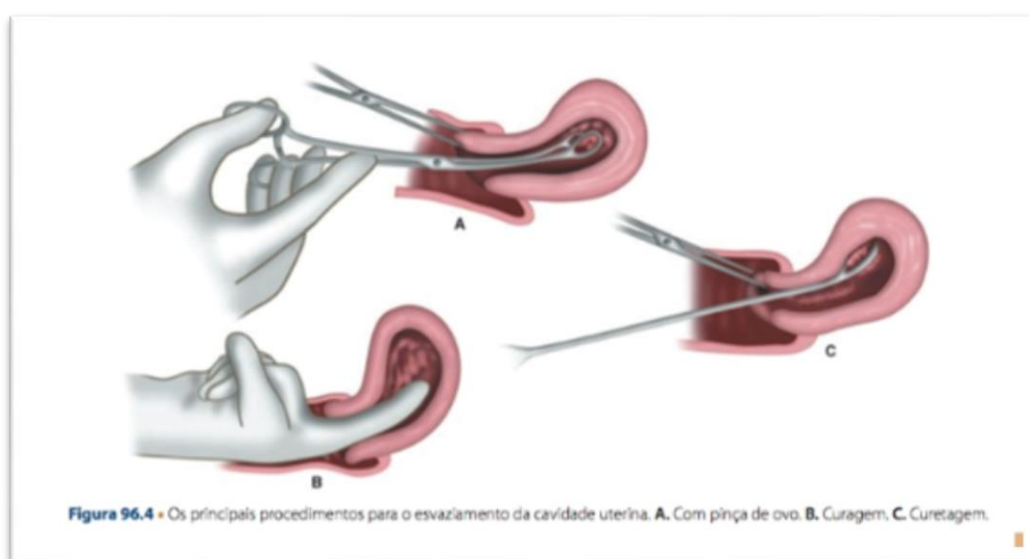
Figura 16 – Ilustração de Instrumentos Obstétricos



Fonte: MONTENEGRO; REZENDE FILHO, 2013, p. 1.059.

Percebemos a semelhança entre os instrumentos ilustrados no livro, conforme acima, e os utilizados pela parteira Maria. Na ilustração que segue temos o exemplo que como os itens são utilizados, com a seguinte legenda: “*Os principais procedimentos para o esvaziamento da cavidade uterina. A. Com pinça de ovo. B. Curagem. C. Curetagem*” (MONTENEGRO; REZENDE FILHO, 2013, p. 1.059).

Figura 17 - Ilustração referente utilização de instrumentos obstétricos



Fonte: MONTENEGRO; REZENDE FILHO, 2013, p. 1.059.

Nos instrumentos da parteira Maria Petry Besen, identificamos a gravação “Casa Lohner” subsidiária da empresa alemã Siemens⁷⁰ com sede no Rio de Janeiro/RJ (FIORAVANTTI, 2015).

Localizamos uma revista com propaganda dessa empresa que era representante de instrumentos médicos, e que tinha representação na cidade de Blumenau/SC. Esta informação corrobora com a hipótese de Dona Lucia, que não sabia afirmar onde a mãe havia comprado os instrumentos, mas que provavelmente teria sido na cidade de Blumenau/SC, onde realizou o curso.

⁷⁰ Siemens empresa alemã de tecnologia integrada que atua em vários setores como: energia, hospitalar, infraestrutura. Fundada em Berlim no ano de 1847, se estabeleceu no Brasil em 1905. Mais informações: <http://www.siemens.com.br/relatorioanual2016/pt/a-siemens-no-brasil/siemens-no-brasil.php#linhadotempo> Acesso em 10/07/2017.

Figura 18 - Propaganda Casa Lohner



Fonte: IPH – Hospital de Hoje, vol. 5, 4º trimestre, 1956.

“Dona Lucia conta que viu pela primeira vez os instrumentos depois de casada, a mãe teria lhe mostrado. Dona Lucia chama de ferramentas. Conta que a mãe mantinha as ferramentas sempre limpas e lavava as ferramentas no local onde atendia aos partos” (conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).

3.5.1 “Parto a Ferro”: Fórceps

O fórceps é um instrumento utilizado para extração do bebê no momento do parto nas seguintes dimensões: 36 cm de comprimento, cabo de 14 cm, alça

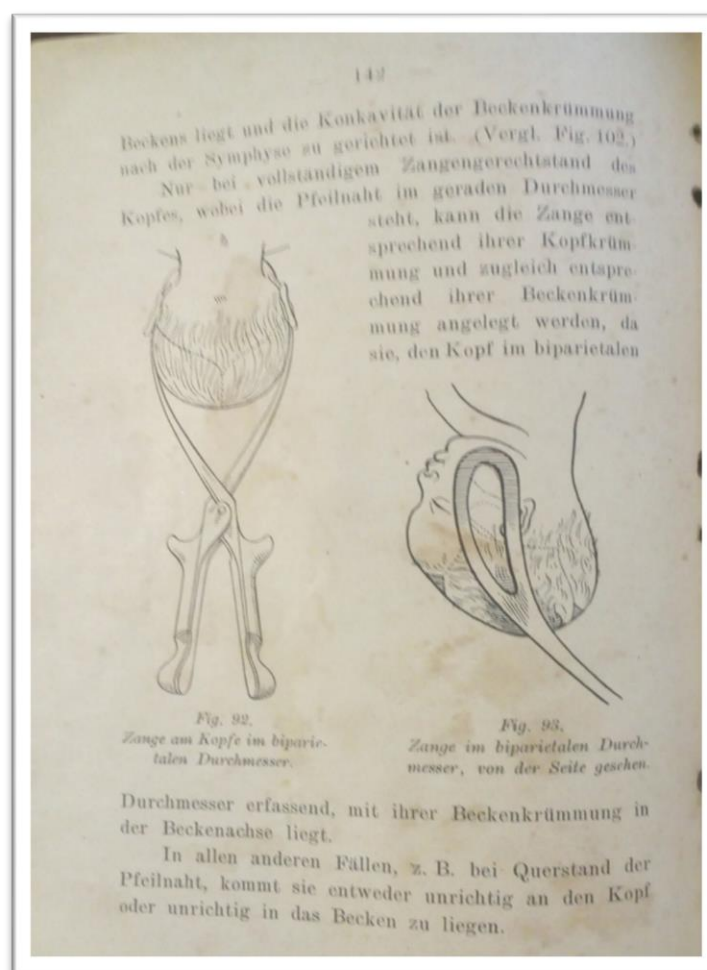
com 4,5 cm largura, conforme Figura 19:

Figura 19 - Fórceps



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Dona Lucia conta que era chamado “parto a ferro”, instrumento utilizado para auxiliar na retirada do bebê na hora do parto. Dona Lucia mostra o livro de parto da mãe onde constam ilustrações de como se deve utilizar o fórceps, as formas corretas e incorretas de utilização. (conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).

Figura 20 - Página 148 do livro *Leitfaden für den geburtshilfflichen Operationskurs*

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017

Sobre a história do fórceps, recorremos ao livro *Obstetrícia*, de Montenegro e Rezende Filho (2013, p.1.026) que traz informações sobre o instrumento de uso obstétrico com função de “apreender a cabeça fetal e extraí-la através do canal do parto”. Segundo os autores, 1.000 anos a.C., já havia referências a uma faca e um gancho usados em partos laboriosos, para perfurar e extrair o feto morto. Hipócrates⁷¹, 400 anos a.C., também teria feito referência a instrumentos para extração de feto morto. Porém sem evidências de que o artefato tenha sido utilizado para a retirada do feto vivo nesse período. Os

⁷¹ “Hipócrates (460-c. 377 a.C.) (...) foi grande sua influência nos preceitos obstétricos, compendiando e difundindo, reformados, os conhecimentos que a tradição recolhera e conservara. Separou a Medicina da Religião e seus aforismos, repositório dos conhecimentos de então, cuidam, entre outros aspectos, dos sinais de gravidez e do sexo do concepto, preconizam os esternutatórios no secundamento, ensinam a diagnosticar a morte do feto pelo exame das mamas da gestante, e neles se alude à diversidade das apresentações e posições e à existência de circulares do cordão” (MONTENEGRO E REZENDE FILHO, 2013, p.9).

autores contam ainda como teria sido inventado o fórceps, como conhecemos hoje, e como passou anos sendo utilizado apenas pela família que o inventou⁷².

Das diferentes modificações ocorridas no instrumento, destacamos o modelo utilizado pela parteira Maria Petry Besen. Trata-se do fórceps de Simpson, que foi descrito em 1848 por James Simpson. Segundo Montenegro e Rezende Filho (2013, p.1.028) “o fórceps de Simpson é, para nós, o instrumento símbolo, pois, fazendo parte da história, é ainda talvez o mais empregado nas maternidades brasileiras, o que o torna, mesmo, indispensável”.

Figura 21 – Ilustração de Fórceps de Simpson



Fonte: MONTENEGRO E REZENDE FILHO, 2013.

Conforme a pesquisadora Maria Cristina Oliveira Bruno (2009) “as coisas não têm paz”, porque a partir da experiência humana, elaboramos, alteramos, melhoramos ou descartamos os artefatos que utilizamos. É através da “curiosidade epistemológica” (FREIRE, 2011) que a ciência e também o artesão aperfeiçoam seus artefatos.

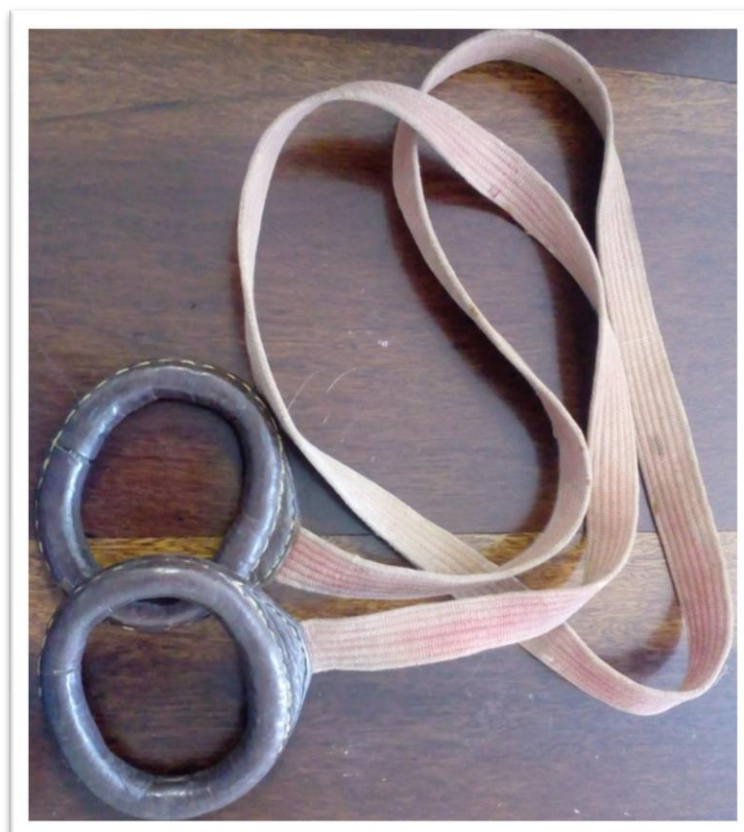
⁷² “Diz a história que o fórceps foi inventado pelo cirurgião-barbeiro Peter Chamberlen (Peter I), francês que habitava a Inglaterra e viveu de 1560-1631, tendo sido parteiro da Rainha Ana. Seu pai, William Chamberlen, fugira da França pela perseguição sofrida por Catarina de Médici. Peter I faleceu precocemente, mas tinha um irmão, Peter II (1572-1626), também cirurgião-barbeiro, que teve um filho, Peter III (1601-1683), médico, parteiro da corte inglesa, que estudou em Pádua, Oxford e Cambridge. Peter III teve três filhos: Hugh, Paul e John, também médicos. Durante essas gerações os Chamberlen utilizaram o fórceps, mantendo-o, porém, em segredo ... Em 1693, em Amsterdã, Hugh Chamberlen vendeu o fórceps a Henri Van Roonhuysen, e, segundo conta-se, entregou apenas um dos ramos. A alavanca de Van Roonhuysen passou a outras mãos pelo seu filho Rogier, que a vendia a colegas, tendo sido amplamente utilizada na Holanda” (MONTENEGRO E REZENDE FILHO, 2013, p.1026).

O exercício da curiosidade a faz mais criticamente curiosa, mais metodicamente 'perseguidora' do seu objeto. Quanto mais a curiosidade espontânea se intensifica, mas, sobretudo, se 'rigoriza', tanto mais epistemológica ela vai se tornando (FREIRE, 2011, p. 84-85).

3.6 “Muita força para nascer”: instrumento auxiliar

Um dos instrumentos utilizados pela parteira Maria Petry Besen era uma faixa feita de tecido firme e resistente (Figura 22). As extremidades da faixa possuem uma argola, provavelmente metálica, revestida de couro marrom. Outros tipos de cordas passadas por portas e traves em que as gestantes se penduravam serviam de apoio para que a gestante segurasse no momento de fazer a “força do parto”. Diferentes objetos e técnicas eram usados para o mesmo fim como banquinhos baixos, gamelas, o colo do marido ou de uma mulher forte (DEL PRIORE, 2014).

Figura 22 - Faixa



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

*“Dona Lucia conta que esse instrumento era utilizado amarrado às grades da cama e a grávida segurava nas alças para fazer força na hora do parto”
(conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).*

A questão da dor como característica do parto ficou marcada em especial por questões religiosas. Nas imagens de sofrimento ao dar à luz justificava-se o “pecado original⁷³”. A forma de lidar com a dor possuía implicações culturais dependendo da crença religiosa da mulher, bem como da comunidade em que estivesse inserida (DEL PRIORE, 2014).

3.7 “A bacia virou... foi deixada virar...”: bacia esmaltada

Bacia esmaltada nas cores verde e branca. A bacia era utilizada na hora do parto em diferentes funções, dependendo da necessidade, como: lavar instrumentos; lavar as mãos; dar banho no (a) bebê; recipiente onde colocavam placenta antes do descarte.

⁷³ O pecador original é explicado muitas vezes por meio da citação bíblica do Gênesis em que Deus disse à mulher: “Multiplicarei as dores de tuas gravidezes, na dor darás à luz filhos (...)” (Gn, 3, 16).

Figura 23 - Bacia esmaltada



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017

Há objetos que possuem diferentes utilidades, aos quais recorreremos nas mais diversas situações. A bacia enquanto artefato do ofício de parteira nos remete as mais diversas utilidades possíveis, desde recipiente onde se coloca água quente, suporte para transporte de outros utensílios, recipiente para descarte de utensílios utilizados durante o atendimento e até mesmo apoio para o momento da saída do bebê.

3.8 “Garantindo a segurança” – Seringa de vidro

As seringas utilizadas pela parteira Maria eram de vidro com ponta de metal e agulha, diferentes das utilizadas hoje feitas em plástico, e descartáveis. As seringas eram transportadas em uma caixa de metal, com suporte para a seringa.

A caixa de metal tem as seguintes dimensões: 16 cm de comprimento, 5 cm de largura e 3,5 cm de altura.

Figura 24 - Estojo com seringa de vidro



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017

A seringa que aparece na Figura 24 possui 11 cm. Na seringa, em letras douradas, está marcado o nome do fabricante, a empresa “Becton, Dickinson Cirúrgicos S/A”⁷⁴. A seringa possui também ponteira em metal dourado e agulha. Dona Maria utilizava a seringa na aplicação de medicamentos.

“Dona Lucia conta que a mãe mantinha em casa uma pequena farmácia com remédios adquiridos em Blumenau ou do Hospital da Vila Itoupava. Eram vitaminas, injeções e medicamentos utilizados nos atendimentos realizados por ela”. (conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).

Muitas comunidades afastadas dos grandes centros e sem acesso ao sistema público de saúde recorriam (e ainda hoje recorrem) a parteiras, curandeiras e benzedadeiras para tratamentos de saúde. Preparar um medicamento, pomada ou unguento, ou ainda saber aplicar uma injeção em locais sem assistência à saúde é um saber valorizado e necessário em diversas comunidades. Brandão (2002, p. 111) trata dos saberes populares de curandeiros e curandeiras, segundo o autor:

⁷⁴ Becton, Dickinson Cirúrgicos S/A, conforme: <http://www.bd.com/brasil/historia.asp>
Acesso em 29/05/2017.

Tipos diversos de agentes populares de cura – alguns deles ligados a grupos religiosos, outros não – articulam entre si modelos e alternativas de tratamento dos males do corpo e do espírito, que uma mesma racionalidade popular de conhecimento a respeito das trocas entre o homem a quem recorrer em cada caso.

3.9 “Um corte necessário à vida” – as tesouras

Duas tesouras de metal estão entre os artefatos da parteira Maria Petry Besen, uma com 14,5 cm ponta reta e outra com 13 cm e ponta curva. Utilizadas para várias funções, mas no caso de uma parteira o ato de cortar o cordão umbilical que liga a mão ao bebê é a função mais simbólica do artefato.

“Ao mostrar as tesouras utilizadas pela mãe, Dona Lucia, mostra como a mãe fazia para cortar o cordão umbilical, imitando os gestos da parteira ela conta que com a pinça ela pressionava o cordão próximo à barriga do bebê, media um espaço de alguns centímetros e com a tesoura cortava o cordão”
(conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).

Figura 25 - Tesouras



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Sabemos que os instrumentos foram bastante utilizados, em alguns é

possível perceber a passagem do tempo e a intensidade de sua utilização em seu desgaste. Um exemplo é a tesoura de ponta reta na imagem da Figura 25, pois está arredondada e seus detalhes desgastados. Para Bosi (2003, p. 26): “Quanto mais voltados ao cotidiano mais expressivo são os objetos: os metais se arredondam, se ovalam, os cabos de madeira brilham pelo contato com as mãos, tudo perde as arestas e se abrandam”.

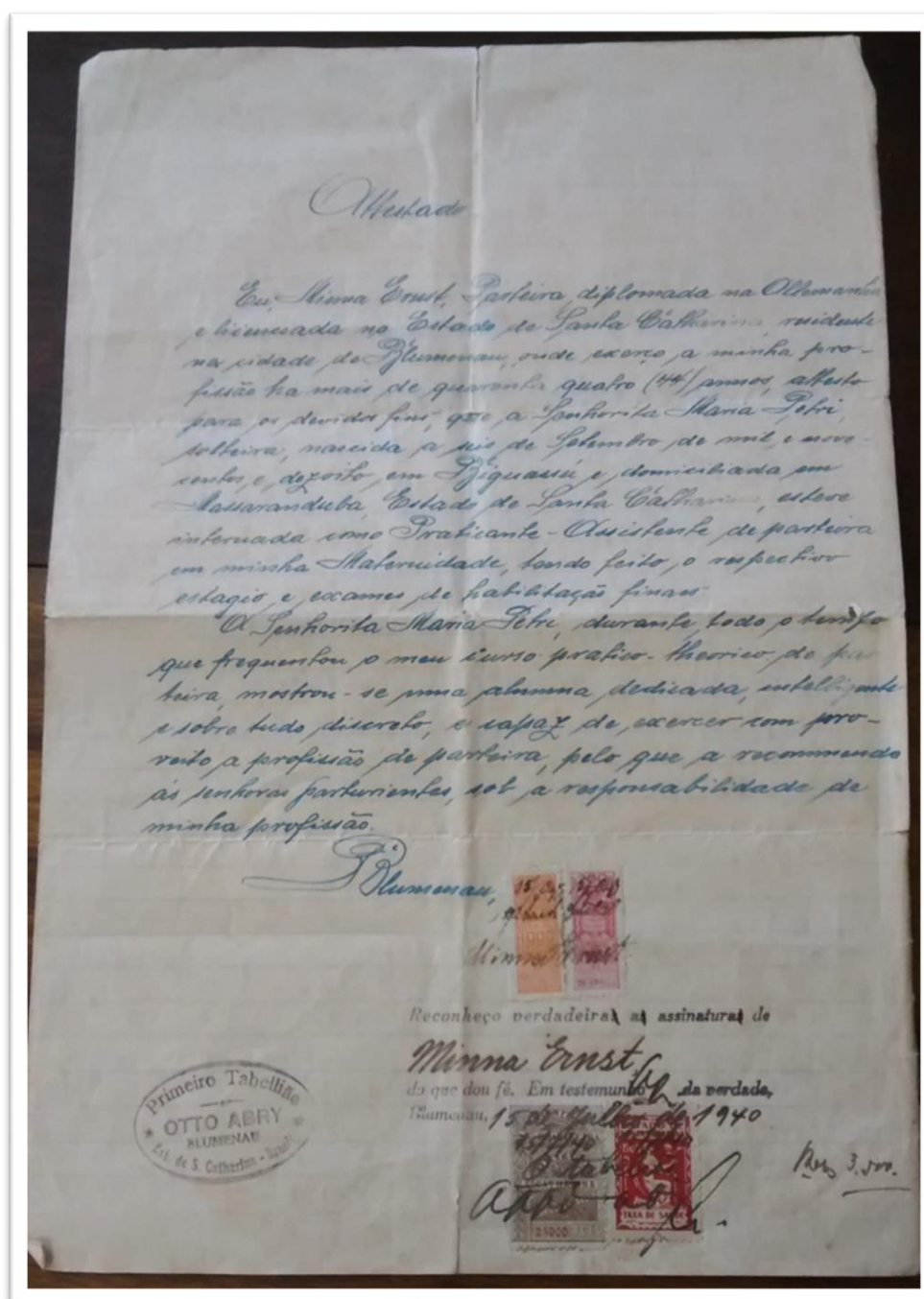
3.10 “O Anúncio”: O Atestado

Outro importante documento preservado pela família da parteira Maria Petry Besen foi o Atestado que comprova sua participação no curso de parteira oferecido por Minna Ernst na Maternidade de Blumenau. Mina Ernst foi parteira de renome em Blumenau diplomada na Alemanha e Áustria em 1896, veio para o Brasil no ano de 1909, fez mais de 10 mil nascimentos, faleceu em 1947⁷⁵. O atestado está escrito em uma folha de papel pautada, escrita em português à mão, na cor azul e letra cursiva. No atestado constam a assinatura de Minna Ernst e o reconhecimento da assinatura com carimbos e selos do primeiro tabelião Otto Abry⁷⁶ de Blumenau.

⁷⁵ Conforme Revista o vale do Itajaí nº30, ano III, Setembro de 1947. <http://arquivodeblumenau.com.br/wp-content/uploads/2017/03/2e.pdf> Acesso em: 29/05/2017.

⁷⁶ Fundado em 1861, sendo o primeiro titular o Sr. Victor von Gilsa, passando por outros titulares até 1919 quando passou para o Sr. Otto Abry. Conforme: <http://margarida.org.br/institucional/historico-da-serventia/> Acesso em 29/05/2017.

Figura 26 - Atestado de parteira de Maria Petry Besen.



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017

Segue transcrição do Atestado, conforme Figura 26:

“Atestado”

“Eu, Minna Ernst, Parteira diplomada na Alemanha e licenciada no estado de Santa Catarina, residente na cidade de Blumenau, onde exerço

minha profissão há mais de quarenta e quatro (44) anos, atesto para os devidos fins, que a Senhorita Maria Petry, solteira, nascida a seis de setembro de mil e novecentos e dezoito, em Biguaçu e domiciliada em Massaranduba, estado de Santa Catarina, esteve internada como Participante-Assistente de parteira em minha Maternidade, tendo feito o respectivo estágio e exames de habilitação finais.”

“A Senhorita Maria Petry, durante todo o tempo que frequentou o meu curso prático-teórico de parteira mostrou-se uma aluna dedicada, inteligente e, sobretudo, discreta e capaz de exercer (palavra não identificada) a profissão de parteira pelo que a recomendo às senhoras parturientes, sob a responsabilidade da minha profissão.”

“Blumenau, (data não identificada)”

“Minna Ernst”

Ao pesquisarmos sobre a realização do curso de parteira, que se refere o atestado acima, localizamos no AHB o Estatuto da Escola de Parteiras de Blumenau, que foi publicado no Jornal A Cidade em 12 de abril de 1930⁷⁷.

Segundo o Estatuto, a Escola de Parteiras foi fundada em 20 de maio de 1930. A finalidade era “manter um curso de obstetrícia para pessoas do sexo feminino, devidamente habilitadas”. Percebemos neste trecho a consonância com os demais cursos de parteira realizados na época que eram voltados especificamente às mulheres, conforme já citado no primeiro capítulo dessa pesquisa.

Quanto aos requisitos de matrícula no curso, eram exigidas as aprovações em exames de Língua Portuguesa e Aritmética. Eram também exigidos os seguintes documentos: Requerimento assinado pela candidata, ou procurador, dirigido ao Diretor da Escola; Certidão de boa conduta; Atestado médico de que não sofre de moléstia contagiosa; Certidões de pagamento da taxa de inscrição.

Quanto à realização do curso, o Estatuto prevê a duração de um ano com as seguintes cadeiras: Anatomia da bacia da mulher e noções de embriologia; Noções de fisiologia e patologia; Noções de microbiologia; Clínica

⁷⁷ Conforme Revista Blumenau em Cadernos, Tomo XLII, nº5/6, maio/junho, 2001.

obstétrica. O artigo 36º dispõe da obrigatoriedade das aulas práticas: “Os professores do curso se obrigam a ministrar às alunas toda a matéria das respectivas cadeiras, levando-as semanalmente, aos hospitais de Blumenau, para aulas práticas”. Neste item percebemos que as aulas práticas poderiam acontecer em diferentes hospitais da cidade.

Assinam o Estatuto: Dr Francisco Kübel (diretor); Minna Ernst (subdiretora); Carlos Techentin⁷⁸ (secretário-tesoureiro) e Joh. D. Heuer (subsecretário).

Figura 27–Reportagem sobre instalação da Escola de Parteiros de Blumenau



Fonte: Jornal O Estado (1930).
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

⁷⁸ Carlos Techentin, professor nascido na Alemanha em 1886, veio para o Brasil em 1908. Foi professor com habilitação em português, história, geografia e aritmética. Leva o seu nome a Escola de Educação Básica “Carlos Techentin” localizada em Blumenau. Conforme: Revista Blumenau em Cadernos, Tomo VI, nº7, 1963, p.141.

Na Figura 27 temos um recorte do jornal O Estado⁷⁹ de 21 de maio de 1930, página 6, onde temos a divulgação da instalação da Escola de Parteiros de Blumenau. O texto faz referência à Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre⁸⁰, que teria sido modelo para a escola instalada em Santa Catarina. A escola gaúcha foi citada pela pesquisadora Neli Sílvia Andreazzi Canassa (2005) em sua dissertação de Mestrado em Enfermagem, utilizada como referência no primeiro capítulo deste trabalho.

3.11 “Além da experiência de vida”: Os Livros técnicos

Fazem parte dos artefatos da parteira Maria Petry Besen dois livros técnicos publicados em língua alemã. Os livros foram adquiridos pela parteira durante o curso de parto. Vale ressaltar que para a descrição destes livros, faremos a tradução livre do título e informações de capa, contra capa, sumário, algumas ilustrações e outras informações que entendemos como relevantes para a compreensão do artefato.

“Dona Lucia conta que a mãe estudava muito nos livros e atribui aos estudos o conhecimento diferenciado que ela tinha e que assim pode ajudar tantas mulheres. Ao mostrar-me o livro da mãe durante a entrevista, Dona Lucia lembra, ao ver as ilustrações, não apenas histórias contadas pela mãe, mas também de situações vividas na infância, faz também comparações do passado com o presente. Através do contato com o livro várias histórias foram contadas”. (conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).

Os livros da parteira Maria Petry Besen foram publicados no início do século

⁷⁹ Jornal “O Estado” fundado em 1915 em Florianópolis esteve em circulação até 2009. Conforme: <https://ndonline.com.br/cem-anos-oestado/> Acesso em 19/07/17.

⁸⁰ A escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre criada em 1907, foi fechada em 1932. A criação da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre ocorreu pela reunião entre o corpo docente da Congregação da Escola Livre de Farmácia e o corpo docente do Curso de Partos que acontecia nas dependências da Santa Casa da Misericórdia. A Faculdade tinha por fim ensinar as matérias constituintes dos cursos de medicina, farmácia, odontologia e obstetrícia, e conferir diplomas aos seus alunos de doutor em medicina, farmacêutico, cirurgião-dentista e parteira. O curso de obstetrícia era ministrado exclusivamente para o sexo feminino. Conforme: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escifargupa.htm> e <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escmecipa.htm> Acesso em 15/10/17.

XX na Alemanha. Descreveremos os livros separadamente conforme segue:

3.11.1 “Afinal temos o que ensinar” - Manual da Parteira

O primeiro livro que observamos trata-se de um manual de parteira, publicado em 1928 na Alemanha. Escrito em língua alemã e com letras em formato gótico. A escrita gótica representa uma tipografia muito utilizada em impressos na Alemanha até o início de século XX e também no Brasil por influência da imigração germânica. Existem vários tipos góticos como *Fraktur*, *Rotunda*, *Textura* e *Schwabacher*, cada tipo gótico foi desenhado em épocas distintas (STRAUB, 2002).

Para realizar a tradução do livro seria necessário conhecimento além de conhecimento em língua alemã, também familiaridade com alfabetos do tipo gótico. Infelizmente não temos conhecimento suficiente em língua alemã para realizar uma tradução profissional como merece o artefato. Conversamos com Suely Petry do AHB que nos confirmou a informação de que se tratava da escrita gótica. Para realizar a tradução das palavras que são significativas para a nossa compreensão com relação ao artefato, buscamos em dicionários físicos e on-line. Além disso, utilizamos uma tabela com o alfabeto gótico, para identificarmos as palavras em língua alemã.

Durante o período de graduação em Letras, ao cursarmos disciplinas de Tradução em Língua Inglesa e Espanhola, mesmo não sendo específicas de Língua Alemã, de certa forma essas disciplinas auxiliaram a conhecer ferramentas adequadas para tradução. Outra experiência interessante, que recordamos ao iniciarmos esse trabalho de descrição, foi que no período do ensino fundamental em escolas públicas de Joinville, na década de 1990, não recordamos a data exata, era realizada uma atividade de contra turno em que os alunos e as alunas aprendiam a escrever o alfabeto gótico. Aprendíamos a desenhar as letras góticas como forma de exercício da escrita, de forma lúdica. As lembranças dessa atividade realizada na infância/adolescência auxiliaram nessa atividade de descrição, pudemos reconhecer algumas letras que treinamos na escola.

Destaco, porém que utilizamos para a transcrição uma tabela com alfabeto gótico para conferência de cada letra. Consultamos site da tradutora Helena

Remina Richlin⁸¹ que tem experiência como tradutora do AHJ, em especial em alfabeto gótico. No site encontramos a imagem abaixo com o alfabeto gótico que mais se assemelhou com o livro da parteira, conforme segue:

Figura 28 - Alfabeto gótico

1. Alphabet. — 1. The German alphabet consists of twenty-six letters:

GERMAN LETTERS	ROMAN EQUIVALENTS	GERMAN NAME	GERMAN LETTERS	ROMAN EQUIVALENTS	GERMAN NAME
A	a	ah	N	n	enn
B	b	bay	O	o	oh
C	c	tsay	P	p	pay
D	d	day	Q	q	koo
E	e	eh	R	r	air
F	f	eff	S	s	ess
G	g	gay	T	t	tay
H	h	hah	U	u	oo
I	i	ee	V	v	fow
J	j	yot	W	w	vay
K	k	kah	X	x	ix
L	l	ell	Y	y	ipsilon
M	m	emm	Z	z	tset

1

Fonte: <https://traduccionyletragotica.blogspot.com.br/2014/10/letra-gotica.html> . Acesso em 20/07/17.

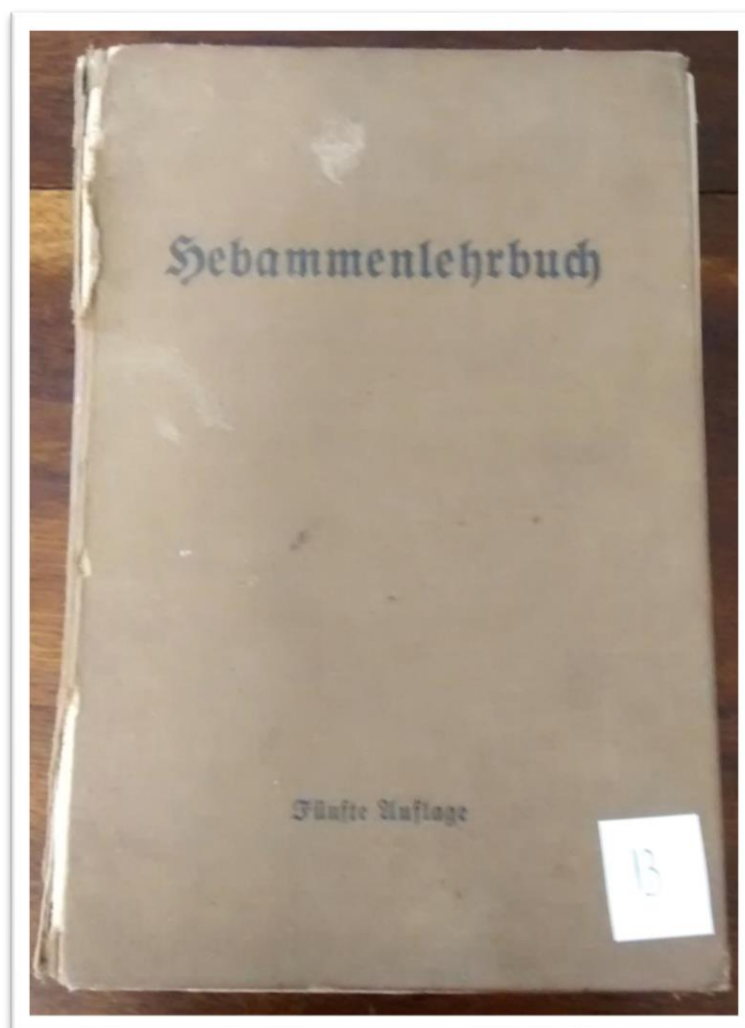
Iniciamos o trabalho de transcrição utilizando auxílio da imagem acima, transcrevemos a capa do livro: título “*Hebammenlehrbuch*”⁸² em português “*hebamme*” significa parteira e “*lehrbuch*” significa manual, portanto Manual de Parteira, em uma tradução aproximada. Ou seja, entendemos que essa não é uma tradução exata, literal ou livre de erros, mas foi o mais próximo que

⁸¹ Site: <https://traduccionyletragotica.blogspot.com.br/2014/10/letra-gotica.html> Sobre a tradutora Helena Remina Richlin ver também: <https://ndonline.com.br/joinville/especiais/helenarichlindesvendasegredosdoalfabetogoticoetrazaluzoconteudododocumentosecartas> Acesso em 20/07/17.

⁸² O livro está disponível em pdf e pode ser comprado no site da editora através do link: <https://www.springer.com/gp/book/9783662426845> A disponibilização do exemplar digital do livro “*Hebammenlehrbuch*” faz parte do projeto de digitalização de obras de relevância histórica e científica da editora Springer, que possui publicações desde o início de 1842. <https://www.springer.com/> Acesso em 31/05/2017.

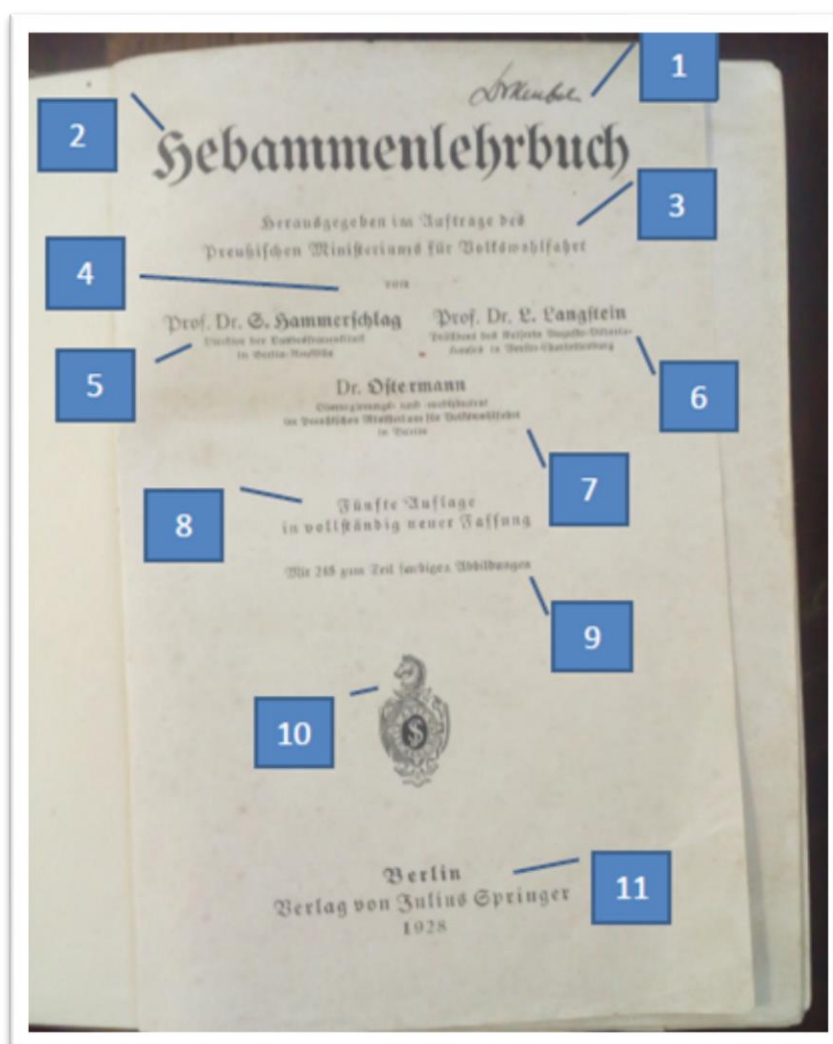
conseguimos chegar para compreensão do texto.

Figura 29 - Capa do Livro *Hebammenlehrbuch*



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

O manual possui capa dura, em tecido na cor marrom, com escrita na cor preta. Podemos perceber desgaste, manchas e rasgos na parte superior e inferior da lombada. Estão impressas na capa a palavra em alemão “*Hebammenlehrbuch*” (citada anteriormente) e as palavras “*Fünfte Auflage*”, em português: quinta edição (em uma tradução aproximada). Observamos ainda a etiqueta fixada pelo MMM com o numeral “13” identificando o artefato. O manual possui 275 páginas nas seguintes dimensões: 13 cm de largura por 20 cm de altura. No miolo do manual as páginas são de textura fina e coloração amarelada com algumas manchas.

Figura 30 - Contracapa do Livro *Hebammenlehrbuch*

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Na contra capa, podemos observar, na parte superior da página, uma assinatura (1) na cor preta de autoria e significados não identificados. Os demais itens, identificados com números em cor azul na imagem acima foram feitos por nós para facilitar a transcrição, conforme Tabela 5:

Tabela 5 – Transcrição da Contracapa do Livro *Hebammenlehrbuch*

Transcrição	Alemão	Português
2“ <i>Hebammenlehrbuch</i> ”	<i>habamme; lehrbuch</i>	Parteira; manual.
3“ <i>Herausgegebenim Anflagedes Preufbifchen Minifteriums für Bolfswohlfahrt</i> ”	a) <i>Herausgeben</i> b) <i>im</i> c) <i>Anflage</i> d) <i>des</i> e) <i>Preubiscn</i> f) <i>ministerium</i> g) <i>für</i> h) <i>wohlfahrt</i> (não encontramos a expressão completa: <i>Bolfswohlfahrt</i>)	a) publicar; publicação b) no/na c) edição d) do/da e) relativo à <i>prussiano</i> f) ministério g) para/por h) bem-estar
4“ <i>von</i> ”	<i>Von</i>	de
5“ <i>Prof. Dr. S. Hammerfchlag</i> ”, “ <i>Direftor der Lanbesfrauenflinit in Berlin-Reufbun</i> ”		não encontramos tradução ou palavra similar
6“ <i>Prof. Dr. L. Langftein</i> ”, “ <i>Praftbent der Kalferin Augufte-Biftoria Laufes in Berlin-Chartottenburg</i> ”		não encontramos tradução ou palavra similar
7 “ <i>Dr. Oftermann</i> ”, “ <i>Oberreglerunws und mebljlnatratim Preublftchen Minifterium fur Bolfswohlfahrt in Berlin</i> ”		não encontramos tradução ou palavra similar
8 “ <i>Fünfte Anflage in vollftändigneuer Faffung</i> ”	a) <i>Fünfte Anflage</i> b) <i>in</i> c) <i>vollftändig</i> d) “ <i>neuer</i> ” (ou <i>neu</i>) e) <i>Faffung</i>	a) quinta edição b) em/para c) integral/completo d) novo e) não encontramos tradução ou palavra similar
9“ <i>Mit 245 zum Teil farbigen Abbildungen</i> ”	a) <i>Mit 245</i> b) <i>zum Teil</i> c) <i>farbigen</i> ” (ou <i>farbig</i>) d) <i>Abbildungen</i>	a) com 245 b) parcialmente c) colorido d) retrato / ilustração / gravura
10 “ <i>ALLE – WACH – ZYNR</i> ”	a) <i>Alle</i> b) <i>Wach</i> c) <i>Zynr</i>	a) todos b) desperto/vivo c) não encontramos tradução ou palavra similar.
11 <i>Berlim “Berlagvon Julius Springer” 1928</i>	a) <i>Berlim</i> b) <i>Verlag von</i> c) <i>Julius Springer</i> d) <i>1928</i>	a) <i>Berlim</i> b) Editora de c) <i>Julius Springer</i> (nome do fundador da Editora) d) <i>1928</i>

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

Em uma tradução aproximada do item “3” temos a seguinte frase: “Publicado pela edição do Ministério Prussiano de Bem-Estar”. Informação que nos leva a crer que o livro possivelmente fazia parte de uma política de saúde do governo alemão.

Nos itens 5, 6 e 7 temos os nomes, função ou cargo ocupado pelos autores/as do livro e a cidade da ocupação. Buscamos na internet informações sobre os referidos autores e encontramos apenas informações sobre o “*Prof. Dr. S. Hammerfchlag*”⁸³. Sigfrid Hammerschlag (1871–1948), foi o primeiro diretor do Hospital ou Clínica da Mulher a “*Frauenklinik*” em Berlim de 1910 até 1933, quando foi demitido por ser de origem judaica. O hospital era também, escola de formação para parteiras, tendo sido formadas nos primeiros 10 anos de funcionamento cerca de 500 parteiras. Era membro da Liga para os Direitos Humanos (*Liga für Menschenrechte*). Morreu no dia 16 de maio de 1948 exilado no Irã.

Figura 31 - Placa em memória do Prof.º Sigfrid Hammerschlag.



Fonte: Imagem do site <https://www.gedenktafeln-in-berlin.de/nc/gedenktafeln/person/alph/H/person/16/> Acesso: 05/07/2017.

A placa na imagem acima está localizada no Hospital da Mulher em Neukölln, Berlim, tendo sido colocada em 16 de janeiro de 1993. O hospital foi fechado em 2011.

Segue transcrição das informações contidas na Figura 31:

⁸³ Sobre o médico Sigfrid Hammerschlag (1871–1948) mais informações no site: <http://www.luise-berlin.de/bms/bmstext/9809porc.htm> Acesso em 31/05/2017.

Tabela 6 - Transcrição da Placa em memória do Profº Sigfrid Hammerschlag

Transcrição: Alemão	Português
<i>Hier lebte und praktizierte</i>	Aqui viveu e praticou
SIGFRID HAMMERSCHLAG	SIGFRID HAMMERSCHLAG
16.1.1871 - 16.5.1948	16.1.1871 – 16.05.1948
<i>Professor für Geburtshilfe und Gynäkologie</i>	Professor de Obstetrícia e Ginecologia
<i>Von 1910 bis 1933 Direktor</i>	De 1910 a 1933 Diretor
<i>der Brandenburgischen Frauenklinik und</i>	Hospital da Mulher de Brandemburgo e
<i>Hebammenlehranstalt Berlin-Neukölln</i>	Escola para parteiras Berlin-Neukölln
<i>Wegen seiner jüdischen Herkunft</i>	Por causa de suas origens judaicas
<i>1933 aus dem öffentlichen Dienst entlassen</i>	demitido em 1933 do serviço público
<i>emigrierte 1934 nach Persien</i>	emigrou em 1934 para a Pérsia

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

Seguindo a impressão na contra capa vemos a frase “*Mit 245 zum Teil farbigen Abbildungen*”(9). Podemos então traduzir de forma aproximada a frase como: Com 245 ilustrações parcialmente coloridas.

Na parte inferior da contra capa temos a ilustração em que observamos a cabeça de um cavalo como brasão com moldura e em forma circular as palavras “*ALLE – WACH – ZYNR*” (10), em português: “*Alle*” significa todos; “*Wach*” significa desperto/vivo; e “*Zynr*” não encontramos tradução aproximada ou palavra similar. No centro da moldura temos uma monograma com as letras “*S e J*”, símbolo da editora⁸⁴.

A última impressão que temos na página é a indicação do local e data da publicação. A palavra “*Berlin*” está centralizada na página. Abaixo temos a referência à editora responsável pela publicação: “*Berlag von Julius Springer*”. Os últimos dados constantes na contra capa são os numerais “1928” que indicam a data que a obra foi publicada.

A editora “Julius Springer”, hoje “*Springer Nature*” continua em funcionamento. A fundação da editora ocorreu em 10 de maio de 1842, quando Julius Springer fundou sua livraria e editora em Berlim. Em 1904, a editora começou a expandir suas publicações no campo da medicina. Springer ganhou destaque internacional na área das ciências naturais, publicando uma tradução da obra “Investigação sobre Substâncias Radioactivas” de Marie Curie. Em

⁸⁴ O famoso arquiteto de Berlim, Martin Gropius, forneceu o primeiro esboço do logotipo, que representa a paixão de Julius Springer e seus filhos pelo xadrez. Logotipo da editora, que tinha sido criado em 1881 e desenhado por Martin Gropius (1824-1880). Realizado o lema “crescendo o tempo todo, JS das iniciais” e o ano de fundação, 1842. Tudo foi organizado em todo o cavaleiro do jogo de xadrez. Conforme: <http://www.springer.com/br/about-springer/company-information/history> Acesso em 05/07/2017.

1913, Springer era a segunda maior editora alemã, com um total de 379 títulos⁸⁵.

Finalizando a observação e descrição da contracapa do Manual da Parteira, não encontramos tradução para algumas palavras no Dicionário de Alemão⁸⁶, seria preciso um dicionário gótico ou o auxílio de um tradutor ou uma tradutora de alemão gótico. Nosso objetivo é coletar informações básicas de identificação, como título autor ou autora, publicação e temas abordados, para isso acreditamos que uma tradução livre feita com instrumentos como dicionário básico de alemão é suficiente. Porém, indicamos que para um estudo detalhado da publicação é necessário tradução do livro feita por profissional qualificado.

O sumário do manual é uma das partes importantes para o entendimento de quais conteúdos a publicação dispõe. Sendo assim, optamos por destacar nesta descrição os capítulos que constam no sumário. Conforme segue:

⁸⁵ As atividades da editora sofreram abalos com a Segunda Guerra Mundial, a família Springer teve que transferir seu negócio para seu amigo de confiança Tönjes Lange. Um dos membros da família Ernst Springer morreu no campo de concentração Theresienstadt. Em 1944, outro familiar Fritz Springer, com 94 anos de idade, tirou a vida para escapar da deportação. Com o fim da guerra, os netos do fundador voltaram a investir no negócio editorial. Porém, a primeira sede da empresa estava localizada na Reichpietschufer 20, no oeste de Berlim, lado soviético. Em 1958, a empresa mudou-se para sua localização atual, Heidelberger Platz. A Springer Nature é hoje uma editora científica com 13 mil funcionários em mais de 50 países. Conforme site oficial: <http://www.springer.com/br/about-springer/company-information/history> Acesso em 05/07/2017.

⁸⁶ Consultamos o dicionário KELLER, Alfredo J. Michaelis: dicionário escolar alemão: alemão-português, português-alemão São Paulo: Editora Melhoramentos; 2002. E também os dicionários on-line: <http://www.linguee.com.br/portugues-alemao/> e <https://www.langenscheidt.de/>.

Figura 32 - Primeira página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

13	Inhaltsverzeichnis.	12	14
	Vorwort		III
15	Erster Hauptabschnitt.		
	A. Bau und Einrichtungen des menschlichen Körpers.	16	
	Knochen und Gelenke		1
	Weichteile		6
	Körperoberfläche, Körperhöhlen, innere Organe		9
	Brusthöhle, Brustorgane		13
	Bauchhöhle, Bauchorgane		17
	Schädelhöhle, Gehirn, Rückenmark		21
	Innere Absonderung		23
	Zellaufbau der Gewebe		23
	Blut und Lymphe		24
	Stoffwechsel		25
	Besonderheiten des weiblichen Körpers:		
	Das weibliche Becken		26
	Die weiblichen Geschlechtsteile		30
17	Die weiblichen Brüste		35
	B. Allgemeine Krankheitslehre.		
	Krankheitsursachen und Krankheitsverlauf		36
	Krankenbeobachtung, Krankheitserscheinungen und Untersuchungsverfahren		37
	Körperwärme, Fieber, Fiebertmessung		37
	Puls		40
	Atmung, Husten		40
	Andere Krankheitserscheinungen		41
	Krankenpflege		45
	Wichtige ansteckende Krankheiten		50

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Faremos então a transcrição dos títulos principais dos capítulos, para entendermos que temas contém o manual. Ele nos servirá de apoio para compreendermos que tipo de ensinamentos se fazia necessário para uma parteira na época.

Segue tabela com a transcrição da primeira página do sumário, conforme Figura 32:

Tabela 7 - Transcrição da Primeira página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

Transcrição	Alemão	Português
12. “ <i>Inhaltsverzeichnis</i> ”	<i>Inhaltsverzeichnis</i>	Sumário / índice
13. “ <i>Borwort</i> ”	<i>Vorwort</i>	Prefácio
14. “ <i>Seite</i> ”	<i>Seite</i>	Página
15. “ <i>Erjter Hauptabjchnitt</i> ”	a) <i>Erjter (ou Erste)</i> b) <i>Hauptabjchnitt</i>	a) primeiro b) parte/subparte
16. “ <i>A. Bau und Berrichtungen des menjchlichen Kurpers</i> ”	a) <i>Bau</i> b) <i>und</i> c) <i>Berrichtungen</i> d) <i>des</i> e) <i>menjchlichen (ou menschlich)</i> f) <i>Kurpers (ou Körper)</i>	a) estrutura b) mais c) tomar conta/ atender d) da e) humano f) corpo
17. “ <i>Allgemeine Kranlheitslehre</i> ”	a) <i>Allgemein</i> b) “ <i>Kranlheit</i> ” e “ <i>lehre</i> ”	a) geral b) “doença” e “lição/ensino”

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

A partir da tradução aproximada da frase “*A. Bau und Berrichtungen des menjchlichen Kurpers*” (16) podemos entender que a primeira parte do capítulo trata da estrutura e funcionamento do corpo humano e segunda parte “*Allgemeine Kranlheitslehre*” (17) refere-se ao ensino sobre as doenças.

Figura 33 - Segunda página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

— VIII —		Seite
Desinfektion am Krankenbett, Schlußdesinfektion		57
Krankheitsbedingte Krankheiten		60
Geschlechtskrankheiten		60
Besondere Unterleibskrankheiten		64
Besondere Hilfestellungen:		
Das Abnehmen des Harns (Katheterisieren)		68
Die Einspritzung unter die Haut		69
Der Darmentlauf		70
Scheidenpülung		71
Blädet		72
Die Anwendung von Wärme und Kälte		73
Leetungsgüsse		74
Hilfestellung bei der Partuse		75
Wundheilung und Wundkrankheit		76
Entstehung und Verlauf von Wundkrankheit		78
Wundschutz und Desinfektion		84
Abzug: Erste Hilfe bei Unglücksfällen		84
Zweiter Hauptabschnitt.		
Erster Teil.		
A. Die regelmäßige Schwangerschaft.		
Eileitung, Verrichtungen der weiblichen Geschlechtsorgane		87
Befruchtung und Entwicklung des Eies		90
Endgültige Gestaltung des Fetus		96
Die Frucht in den einzelnen Schwangerschaftsmonaten		102
Die reife Frucht		105
Veränderungen des mütterlichen Körpers in der Schwangerschaft		109
Erkennung der Schwangerschaft		112
Zeitrechnung der Schwangerschaft		116
Verhaltensmaßregeln für Schwangere		121
B. Die geburtsbillige Untersuchung.		
Aufnahme der Vorgeschichte		130
Befragung der Schwangeren		132
Leitung		133
Untersuchung durch das Gehör		141
Die innere Untersuchung		144
Kosmarmuntersuchung		149

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Segue tabela com a transcrição da segunda página do sumário, conforme
Figura 33:

Tabela 8 - Transcrição da Segunda página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

Transcrição	Alemão	Português
18. “Zweiter Hauptabchnitt”	a) Zweiter b) Hauptabchnitt	a) segundo/a b) parte/subparte
19. “Erster Teil”	a) Erster (ou Erste) b) Teil	a) primeiro/a b) parte
20. “A. Die regelmäßige Sdjwangerfchaft”	a) Die b) regelmäßig c) Schwangerschaft	a) o b) regular c) gravidez
21. “B. Die geburtshilffliche Unterfuchung”	a) Die b) geburtshilffliche c) Untersuchung	a) o b) obstétrico c) investigação

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

A partir da tradução aproximada da frase “A. Die regelmäÙige Sdjwangerfchaft” (20) podemos entender que a primeira parte do segundo capítulo trata da gravidez e segunda parte “B. Die geburtshilffliche Unterfuchung” (21) trata da investigação obstétrica.

Figura 34 - Terceira página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

IX	
22	Hebammenfache 150 Hebammen und Kräfte 153 Hebammen 155 C. Die regelmäÙige Geburt. 157 Die treibenden Kräfte 157 Der Geburtsweg 160 Der Fruchtfortschritt 161 Verlauf der Geburt in Hinterhauptlage 161 Die Öffnungszeit 162 Die Austreibungszeit 165 Die Nachgeburtszeit 169 Geburtsmechanismus bei Hinterhauptlage 171 Allgemeine Darstellung 171 Erste (linke) Schädellage, 1. Unterart 175 Zweite (rechte) Schädellage, 1. Unterart 176 Schädellage, 2. Unterart 177 Leitung der regelmäÙigen Geburt durch die Hebammen: Vorbereitung 178 ÄuÙere Untersuchung 179 Innere Untersuchung 180 Gebärmutter 180 Geburtsbett 180 Lagerung der Treibenden 181 Überwachung der kindlichen Herzklänge 183 Taumelschub 184 Verhalten nach Geburt des Kopfes 187 Geburt der Schultern 187 Abnabelung 189 Überwachung der Gebärmutter 191 Ablauf der Nachgeburtszeit 191 Crebischer Handgriff 193 Untersuchung der Nachgeburt 193 Tod des Neugeborenen 195 Untersuchung auf MiÙbildungen 195 Augenbehandlung 196 Versorgung der Entbundenen 197 D. Das regelmäÙige Wochenbett. 198 Vorgänge bei der Wöchnerin 198 NüÙbildung 199 Wochenfluss 200 NüÙdrüsen 201
23	

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
 Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Segue tabela com a transcrição da terceira página do sumário, conforme Figura 34:

Tabela 9- Transcrição da Terceira página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

Transcrição	Alemão	Português
22. "C. Die regelm Gerburt"	a) Die b) regelmäßige c) Geburt	a) o b) regular c) parto/nascimento
23. "D. Das regelmäßige Waschenbett"	a) Das b) regelmäßige c) Wochenbett	a) o b) regular c) puerpério

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

A partir da tradução aproximada das palavras da frase "C. Die regelm Gerburt" (22) podemos entender que a terceira parte do segundo capítulo trata do parto normal e quarta parte "D. Das regelm Waschenbett" (23) trata do puerpério ou período pós-parto.

Figura 35 - Quarta página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

Vorgänge der Schwangerschaft	203
Entbindung	207
Wochenbett	211
Erhaltung einer reibungsgegangenen Geburt	214
Erhaltung eines reibungsgegangenen Kindes	215
24	
Zweiter Teil.	
A. Regelwidrigkeiten in der Schwangerschaft.	
Erkrankungen, die mit der Schwangerschaft in innerem Zusammenhang stehen	217
Erbrechen	217
Speichelfluß	218
Körperschwäche	218
Quenstschmerzen	219
Erkrankungen, die durch die Schwangerschaft entscheidend beeinflusst werden können:	219
Erkrankungen	221
Krankheiten	222
Chorea	223
Tuberkulose	224
Angewandte Geburtshilfe	224
Erkrankungen	225
Krankheiten	225
Erkrankungen mit besonderen Auswirkungen auf die Schwangerschaft:	225
Krankheiten	227
Erkrankungen (Brust)	228
Gallenblaserkrankungen	229
Neigung zu Blutungen	229
Nieren- und Harnkrankheiten	229
Unfälle	229
Regelwidrigkeiten der Gebärmutter:	
Erkrankungen	230
Erkrankungen	232
Erkrankungen	233
Erkrankungen	237
Regelwidrigkeiten des Fetus:	
Erkrankungen außerhalb der Gebärmutter	239
25	

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Segue tabela com a transcrição da quarta página do sumário, conforme Figura 35:

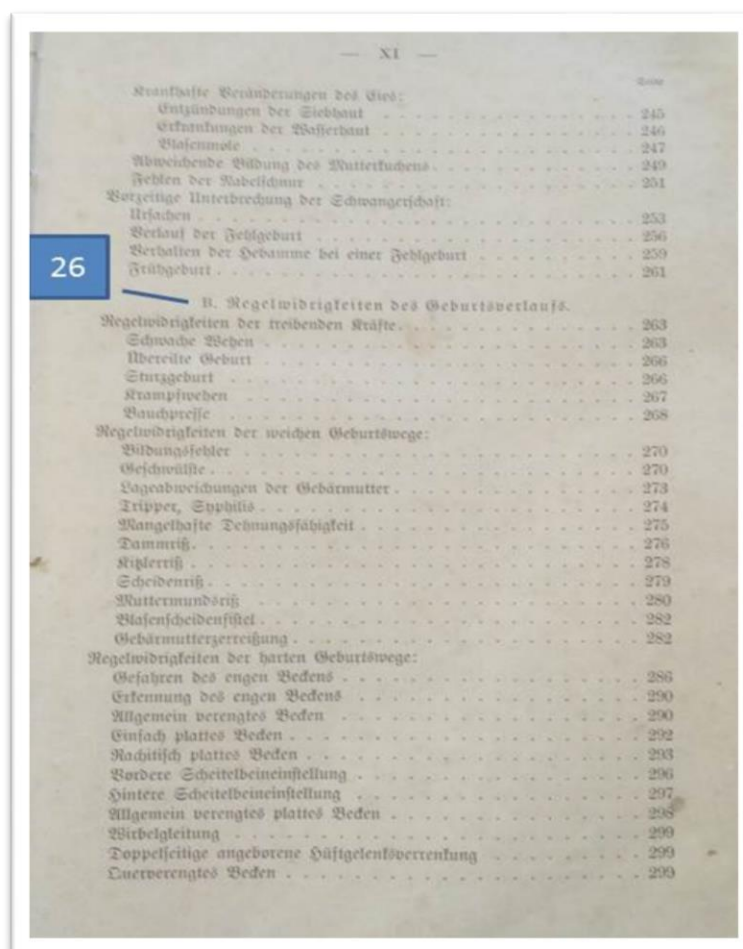
Tabela 10 - Transcrição da Quarta página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

Transcrição	Alemão	Português
24. "Zweiter Teil"	a) Zweiter b) Teil	a) segundo/a b) parte
25. "A. Regelwidrigkeiten in der Schwangerjchaft"	a) Regelwidrigkeiten b) in der c) Schwangerschaft	a) anomalias, irregularidades b) na c) gravidez

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

A partir da tradução aproximada podemos entender que a segunda parte, em sua primeira subdivisão "A. *Regelwidrigkeiten in der Schwangerjchaft*" (25) trata das anomalias na gravidez.

Figura 36 - Quinta página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*



— XI —	
Krankhafte Veränderungen des Uterus:	
Entzündungen der Ziehhaut	245
Entzündungen der Harnhaut	246
Blasenmole	247
Abweichende Bildung des Mutterkuchens	249
Reißen der Nabelschnur	251
Vorzeitige Unterbrechung der Schwangerschaft:	
Uterus	253
Verlauf der Fehlgeburt	256
Verhalten der Gebärmutter bei einer Fehlgeburt	259
Frühgeburt	261
B. Regelwidrigkeiten des Geburtsverlaufs.	
Regelwidrigkeiten der treibenden Kräfte:	
Schwache Wehen	263
Überreife Geburt	266
Sturzgeburt	266
Krampfwehen	267
Knäuelwehen	268
Regelwidrigkeiten der weichen Geburtswege:	
Bildungsfehler	270
Geschwülste	270
Lageabweichungen der Gebärmutter	273
Tripper, Syphilis	274
Mangelhafte Dehnungsfähigkeit	275
Dammriss	276
Rißriss	278
Scheidenriss	279
Muttermündriss	280
Nasenriss	282
Gebärmuttergerissung	282
Regelwidrigkeiten der harten Geburtswege:	
Gefahren des engen Beckens	286
Erkennung des engen Beckens	290
Allgemein verengtes Becken	290
Einfach plattes Becken	292
Nachisch plattes Becken	293
Vordere Scheitelbeineinstellung	296
Hintere Scheitelbeineinstellung	297
Allgemein verengtes plattes Becken	298
Wirbelgleitung	299
Doppelseitige angeborene Hüftgelenkverrenkung	299
Querverengtes Becken	299

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Segue tabela com a transcrição da quinta página do sumário, conforme Figura 36:

Tabela 11 – Transcrição da Quinta página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

Transcrição	Alemão	Português
26 “B. Regelwidrigkeiten des Geburtsverlaufs”	a) <i>Regelwidrigkeiten</i> b) <i>des</i> c) <i>geburt verlaufs</i>	a) anomalias, irregularidades b) do/da c) parto/nascimento/evolução/progressão

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

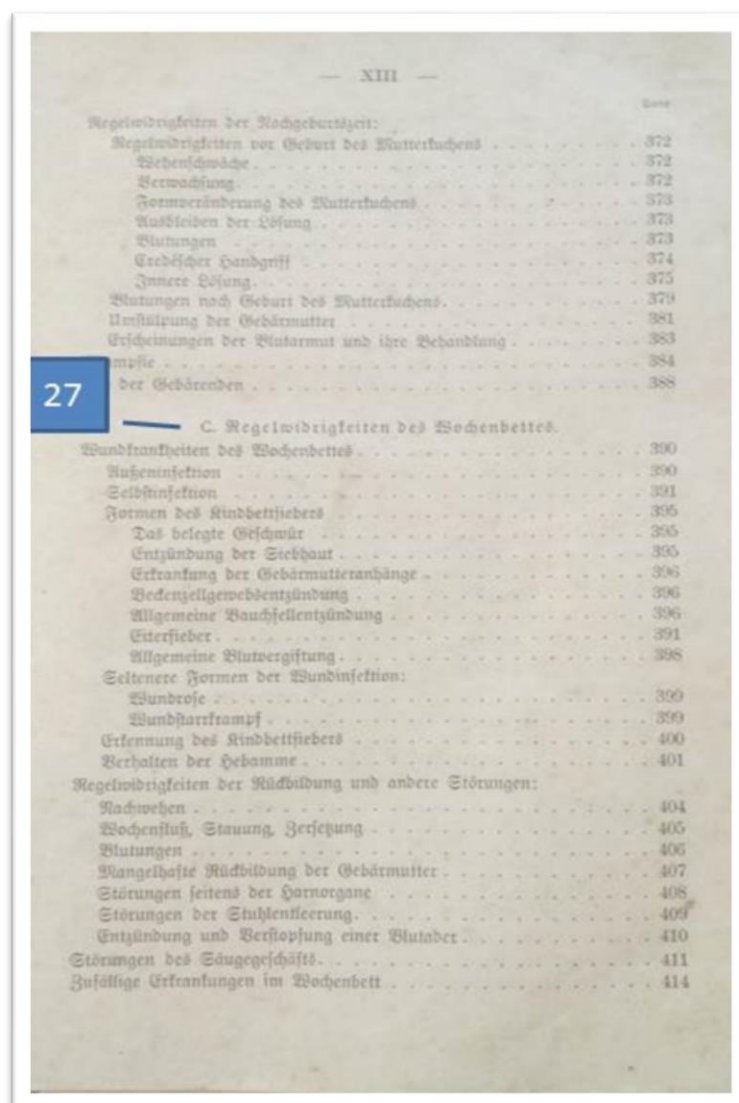
A partir da tradução aproximada podemos entender que a segunda parte do capítulo, “B. *Regelwidrigkeiten des Geburtsverlaufs*” (26) trata das anomalias na evolução do parto.

Figura 37 - Sexta página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

— XII —		
Schrägenengtes Becken		300
Verkrümmung der Wirbelsäule		301
Knochenweichungsbecken		302
Knochengeschwulstbecken		303
Weites Becken		304
Regelwidrigkeiten seitens des Kindes:		
Abweichende Stellung des Kopfes		304
Regelwidrige Haltung des Kindes		305
Strechlagen, Vorberhauptslage		307
Stirnlage		308
Gesichtslage		309
Das Vorliegen und der Vorfall kleiner Teile		311
Das Vorliegen und der Vorfall der Nabelschnur		313
Regelwidrige Lagen des Kindes:		
Beckenendlagen		316
Erste Steißlage		318
Zweite Steißlage		319
Fußlagen		321
Gefahren der Beckenendlage		321
Verhalten der Hebamme		323
Lösung der Krone		326
Entstellung des Kopfes		327
Querlage		330
Verstümmelte Querlage		331
Auflage Wendung auf den Kopf		335
Rechtungsschwangerschaft		336
Regelwidrige Fruchtentwicklung:		
Übergröße des Kindes		342
Verkrüppelungen		343
Mißbildungen		344
Geburtsschädigungen des Kindes		351
Verletzungen		351
Störungen der Sauerstoffversorgung		351
Scheintod des Neugeborenen		354
Verblutung des Kindes		357
Folgen des Kindstodes		360
Regelwidrigkeiten der Eihäute und des Fruchtwassers:		361
Der vorzeitige Blasensprung		362
Der verspätete Blasensprung		363
Regelwidrigkeiten seitens des Mutterluchens:		
Vorzeitige Lösung des Mutterluchens bei regelmäßigem Sitz		364
Der vorliegende Mutterluchens		366

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Na sexta página do sumário não temos nenhum subtítulo.

Figura 38 - Sétima página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*


— XIII —

Regelwidrigkeiten der Nachgeburtlichkeit:		
Regelwidrigkeiten vor Geburt des Mutterkuchens		372
Nebenbeschwerden		372
Hervorwucherung		372
Formveränderung des Mutterkuchens		373
Ausleiden der Eihäute		373
Blutungen		373
Erweichter Handgriff		374
Innere Lösung		375
Blutungen nach Geburt des Mutterkuchens		379
Umschlingung der Gebärmutter		381
Erscheinungen der Placentarut und ihre Behandlung		383
Empfehlungen		384
der Gebärenden		388
 27 C. Regelwidrigkeiten des Wochenbettes.		
Wundkrankheiten des Wochenbettes		390
Außeninfektion		390
Selbstinfektion		391
Formen des Kindbettfiebers		395
Das belegte Geschwür		395
Entzündung der Steißhaut		395
Erkrankung der Gebärmutteranhänge		396
Beckenzellgewebsentzündung		396
Allgemeine Bauchfellentzündung		396
Eiterfieber		391
Allgemeine Blutvergiftung		398
Seltenerer Formen der Wundinfektion:		
Wundrose		399
Wundstarrkrampf		399
Erkennung des Kindbettfiebers		400
Verhalten der Hebammen		401
Regelwidrigkeiten der Rückbildung und andere Störungen:		
Nachwehen		404
Wochenfluß, Stauung, Verstopfung		405
Blutungen		406
Mangelhafte Rückbildung der Gebärmutter		407
Störungen seitens der Hornorgane		408
Störungen der Stuhlfleerung		409
Entzündung und Verstopfung einer Blutader		410
Störungen des Saugegeschäftes		411
Zufällige Erkrankungen im Wochenbett		414

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Segue tabela com a transcrição aproximada da quinta página do sumário, conforme Figura 38:

Tabela 12 – Transcrição da Sétima página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

Transcrição	Alemão	Português
27 “C. Regelwidrigkeiten des Wochenbettes”	a) Regelwidrigkeiten b) des c) Wochenbett	a) anomalias, irregularidades b) do/da c) puerpério

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

A partir da tradução aproximada podemos entender que a terceira parte do capítulo, “C. Regelwidrigkeiten des Wochenbettes” (27) trata das anomalias

no puerpério.

Figura 39 - Oitava página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

28	— XIV —		29
	Dritter Hauptabschnitt.		
	I. Der normal geborene Säugling.		
	Vorgänge in den ersten Lebenstagen	416	
	Entwicklung des gesunden Säuglings	419	
	Die Ernährung des gesunden Säuglings:		
	Natürliche Ernährung	426	
	Anlegen des Kindes	427	
	Zeit und Zeitpunkt der Mahlzeiten	429	
	Trinkmengen und Nahrungsbedarf	430	
	Dauer des Stillens, Abstillen	431	
	Ernährung durch eine Amme	433	
	Stilleschwierigkeiten von Seiten des Kindes	435	
	Zweimilcherernährung	435	
	Künstliche Ernährung	441	
	Technik der künstlichen Ernährung	443	
	Zusammensetzung und Menge der Milchmischungen	446	
	Beitrag, Vitamine	448	
	Der Stuhl des normalen Säuglings	448	
	Pflege und Umwelt	448	
	Allgemeines	449	
	Reinlichkeit	450	
	Baden und Reinigen des Säuglings	452	
	Trocknen und Pudern	453	
	Kabelpflege	454	
	Kleidung	458	
	Bett	460	
	Zimmer	461	
	Nacht, Luft, Sonne, Abhärtung	463	
	Muskelübung und Gymnastik	464	
	Erziehung	465	
	Ruhe und Behaglichkeit	466	
30	II. Der frühgeborene Säugling.		
	Begriffsbestimmung	466	
	Zeichen der Frühgeburt	467	
	Pflege und Ernährung der Frühgeborenen	470	
31	Entwicklung und Gefährdung der Frühgeburt		
	III. Der kranke Säugling.		
	Allgemeines	471	
	Beobachtung	471	
	Befichtigung des Neugeborenen	472	

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Segue tabela com a transcrição da quinta página do sumário, conforme Figura 39:

Tabela 13 – Transcrição da Oitava página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

Transcrição	Alemão	Português
28. “Dritter Hauptabchnitt”	a) dritter b) hauptabschnitt	a) terceira/o b) parte/ secção
29. “I. Der normal geborene Säugling”	a) Der b) normal c) geborene d) Säugling	a) o/a b) normal c) nascido/a d) criança/bebê
30. “II. Der früh geborene Säugling”	a) Der b) früh c) geborene d) Säugling	a) o/a b) precoce/adiantado c) nascido/a d) criança/bebê
31. “III. Der kranke Säugling”	a) Der b) kranke c) Säugling	a) o/a b) doente c) criança/bebê

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

A partir da tradução aproximada podemos entender que a terceira parte trata do recém-nascido, nascido normalmente no item “I. Der normal geborene Säugling”. O item “II. Der frühgeborene Säugling” (30) refere-se aos bebês pré-maturos, e o item “III. Der kranke Säugling” (31) das doenças em recém-nascidos.

Figura 40 - Nona página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

— XV —		Seite
Krankheitszeichen		473
Krankheitsverhütung		478
Spezielles		481
Die angebotene Sphäris		481
Nabelkrankheiten		482
Darmlösungen Neugeborener		484
Starrkrampf		485
Eitrige Augenentzündung des Neugeborenen		486
Milchdrüsenentzündung		487
Krankheiten der Haut:		488
Ansteckende Hautkrankheiten		488
Schäbblasen		488
Wundrose		488
Nichtansteckende Hautkrankheiten		489
Erkrankungen der Mundschleimhaut		490
Erkrankungen der Atmungsorgane		491
Erkrankungen des Magen-Darmkanals:		492
Durchfall		492
Erbrechen		493
Störung des Gedeihens		494
Englische Krankheit		495
Krämpfe		497
32. Ansteckende Krankheiten des Säuglingsalters		498
IV. Mutter- und Säuglingsfürsorge		
Allgemeines		500
Aus der Statistik der Säuglingssterblichkeit		502
Todesursachen		506
Einrichtungen		508
Fürsorge für Haushalt und Wochenbett		508
Säuglingsfürsorge		510
Anhang: Dienstplanweisung für die im preussischen Staatsgebiet tätigen Hebammen		
Gebammen		513
Vordrude		530
Die innere Wendung bei Luerlage		536
33. Zusammenstellung und Erklärung wichtiger Fremdwörter		540
Sachverzeichnis		544

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Segue tabela com a transcrição da quinta página do sumário, conforme Figura 40:

Tabela 14 – Transcrição da Nona página do Sumário do Livro *Hebammenlehrbuch*

Transcrição	Alemão	Português
32. "IV. Mutter – und Säuglings fürf orge"	a) Mutter b) und c) Säuglings d) fürf orge ou sorgen für	a) mãe b) e c) criança/bebê d) tomar conta / preocupação / cuidado
33. "Sachvezeichnis"	a) sach b) verzeichnis	a) assuntos b) lista

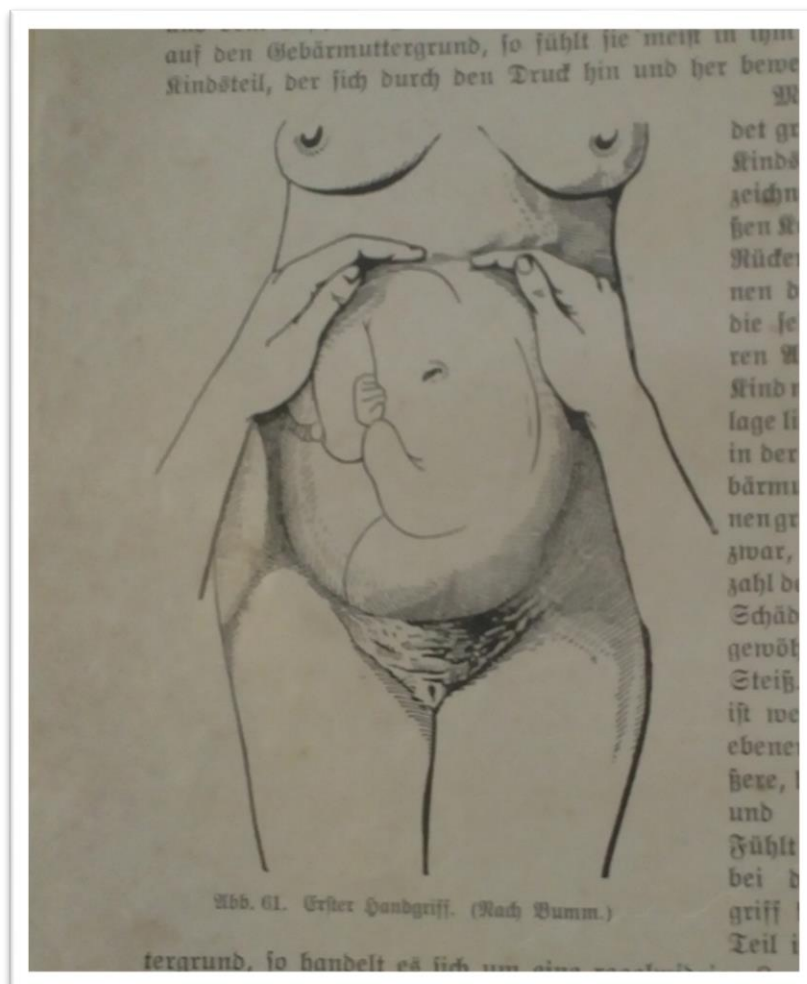
Fonte: Pesquisadoras, 2017.

A partir da tradução aproximada podemos entender o item "IV. Mutter – und Säuglings fürf orge" (32) trata dos cuidados com a mãe e o recém-nascido. O

subtítulo “*Sachvezeichnung*” refere-se à lista de assuntos.

Além do sumário já transcrito, o manual contém ilustrações, listas, gráficos e tabelas. Destacamos algumas para esta descrição, pois entendemos que auxiliam no entendimento do contexto de trabalho da parteira no século XX.

Figura 41 - Ilustração na página 134 do Livro *Hebammenlehrbuch*



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

A Figura 41 foi retirada da página 134 do manual, temos o desenho do corpo de uma gestante e a indicação da posição das mãos da parteira, representando também a posição do bebê com a cabeça para baixo.

Segue tabela com a transcrição, conforme Figura 41:

Tabela 15 – Transcrição da legenda da Ilustração na página 134 do Livro *Hebammenlehrbuch*

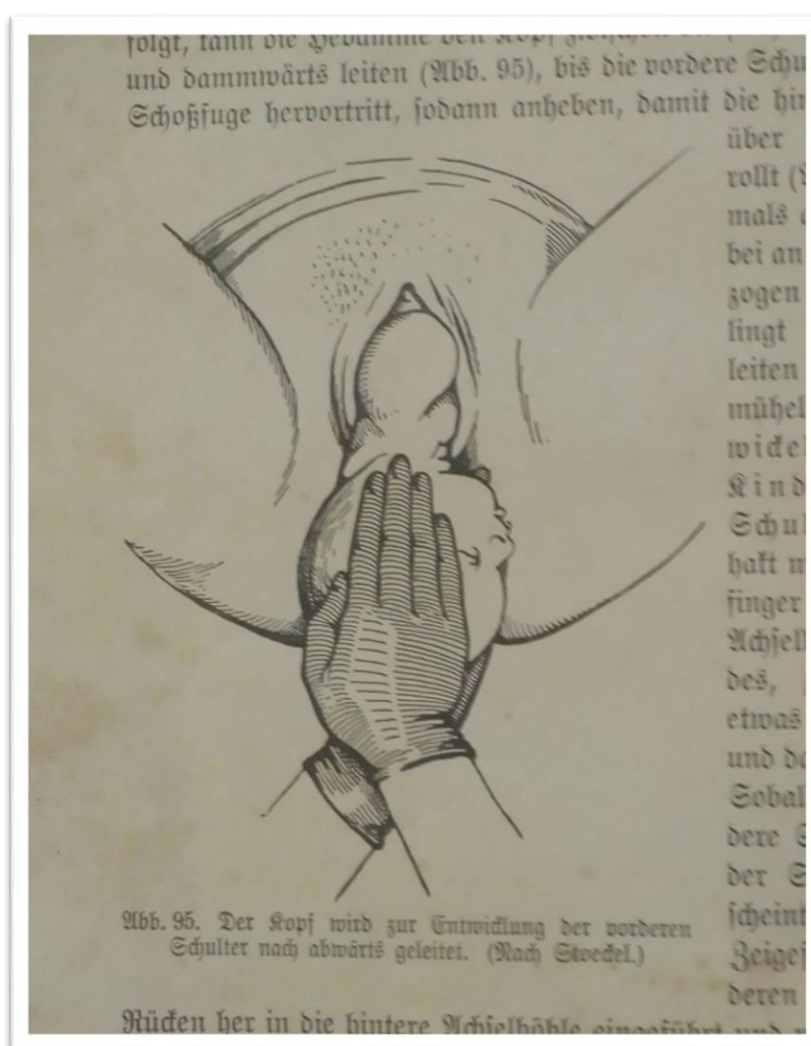
Transcrição	Alemão	Português
“ <i>Erfter Handgriff. (Nadh Bumm)</i> ”.	a) <i>Erfter</i> (não encontrado) ou <i>Erste</i> b) <i>Handgriff</i> . c) <i>nach</i> d) <i>Bumm</i> (não encontrado)	a) primeiro / melhor b) manejar / alça com a mão c) para / após / depois d) não encontrado

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

“Durante a entrevista com Dona Lucia no museu, ao mostrar as imagens contidas no manual, ela mostra a imagem acima e lembrando-se da fala da mãe, que em conversas com a filha mostrava o livro e dizia que essa é a posição correta para o nascimento do bebê” (conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).

Quando Dona Lucia, ao pegar o livro da mãe, rememora conversas em que a parteira, mesmo sem a intenção de ensinar a partejar, explica qual a posição correta para o nascimento do bebê, temos um exemplo de como a educação está imbricada nas relações, ou como diria Brandão (2007 p.7) “ninguém escapa da educação” para o autor “a educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensina-e-aprender (idem, p.26)”. Ou seja, percebemos que a educação está presente em conversas simples, mesmo sem a intencionalidade de transmissão de conteúdo teórico-prático.

Figura 42 - Ilustração na página 188 do Livro *Hebammenlehrbuch*



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

A ilustração na Figura 42, também foi indicada por Dona Lucia como a forma correta para a retirada do bebê no momento do parto. Destacado da página 188, do manual, o desenho mostra a posição do parto e o/a recém-nascido/a no momento do nascimento, sendo segurado/a na cabeça pelas mãos da parteira.

Segue tabela com a transcrição, conforme Figura 41:

Tabela 16 - Transcrição da legenda da Ilustração na página 188 do Livro *Hebammenlehrbuch*

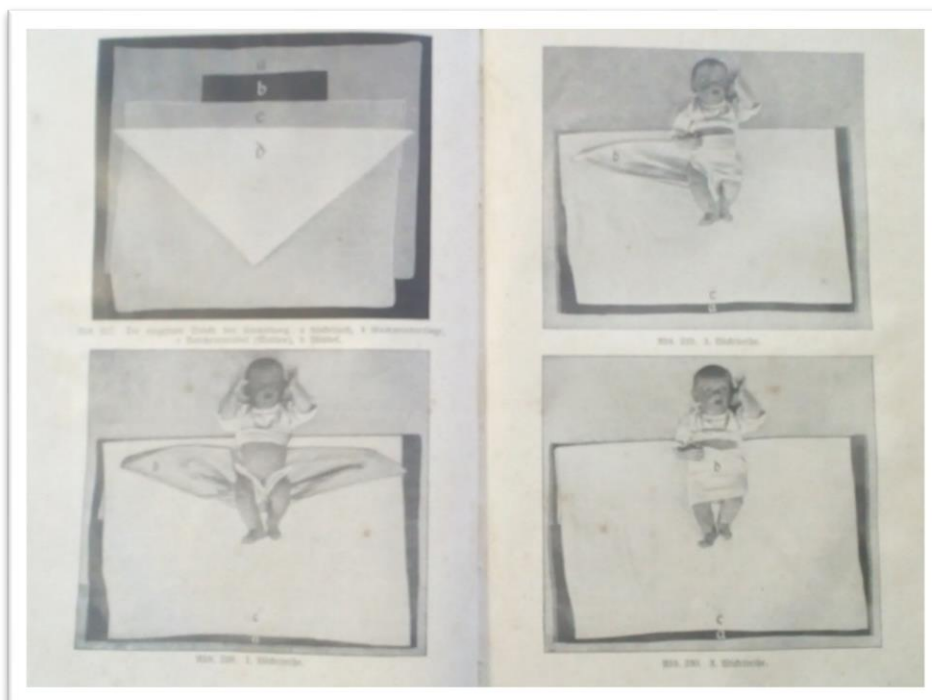
Transcrição	Alemão	Português
<i>“Der Korpf wird zur Ertwicklung der vordenen Schulter nach abwärtz geleitet”</i>	a) Der b) Kopf c) wird(não encontrado) ou werden d) zur e) Entwicklung f) der g) vorderen h) Schulter i) nach j) abwärtz k) geleitet	a) o/a b) cabeça c) ficar / ser / virar d) para / ao e) desenvolvimento f) o/a g) frente h) ombro i) para / após / depois j) para baixo / abaixo k) dirigido

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

A partir da tradução aproximada podemos entender que a frase *“Der Korpf wird zur Ertwicklung der vordenen Schulter nach abwärtz geleitet”* (34) trata da posição da cabeça do recém-nascido que deve acompanhar a posição dos ombros.

Outra ilustração mostrada por Dona Lucia é a Figura 43, onde vemos o passo a passo de como vestir o(a) bebê recém-nascido(a).

Figura 43 - Ilustração do Anexo do Livro *Hebammenlehrbuch*



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
 Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

“Dona Lucia nos conta que a figura mostra como vestir o bebe após o nascimento. Disse que lembra que os irmãos menores eram vestidos da forma indicada na figura” (conversa com Lucia Besen Koch em 30 de março de 2017).

Ao recordar de sua infância e de como a mãe fazia para vestir os irmãos e irmãs, Dona Lucia gesticula, imita os movimentos da mãe ao envolver um ou uma bebê nos tecidos. Uma “memória-hábito” que está marcada no corpo, que é possível ser lembrada através dos gestos. Para Bosi (2003, p.49):

A memória-hábito adquire-se pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos ou palavras. Ela é (...) um processo que se dá pelas exigências da socialização. Trata-se de um exercício que, retomado até a fixação, transforma-se em um hábito, em um serviço para a vida cotidiana.

Brandão (2007, p.18) também fala dos gestos e do aprendizado pela repetição, quando diz que: “A criança vê, entende, imita e aprende com a sabedoria que existe no próprio gesto de *fazer a coisa*”.

Foi através do contato com a imagem no livro que Dona Lucia rememorou a infância, pode compartilhar a experiência vivida por ela e a lembrança de como a mãe cuidava dos irmãos e irmãs mais jovens. Bergson (*apud* BOSI, 2007, p.38) explica que “é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde”.

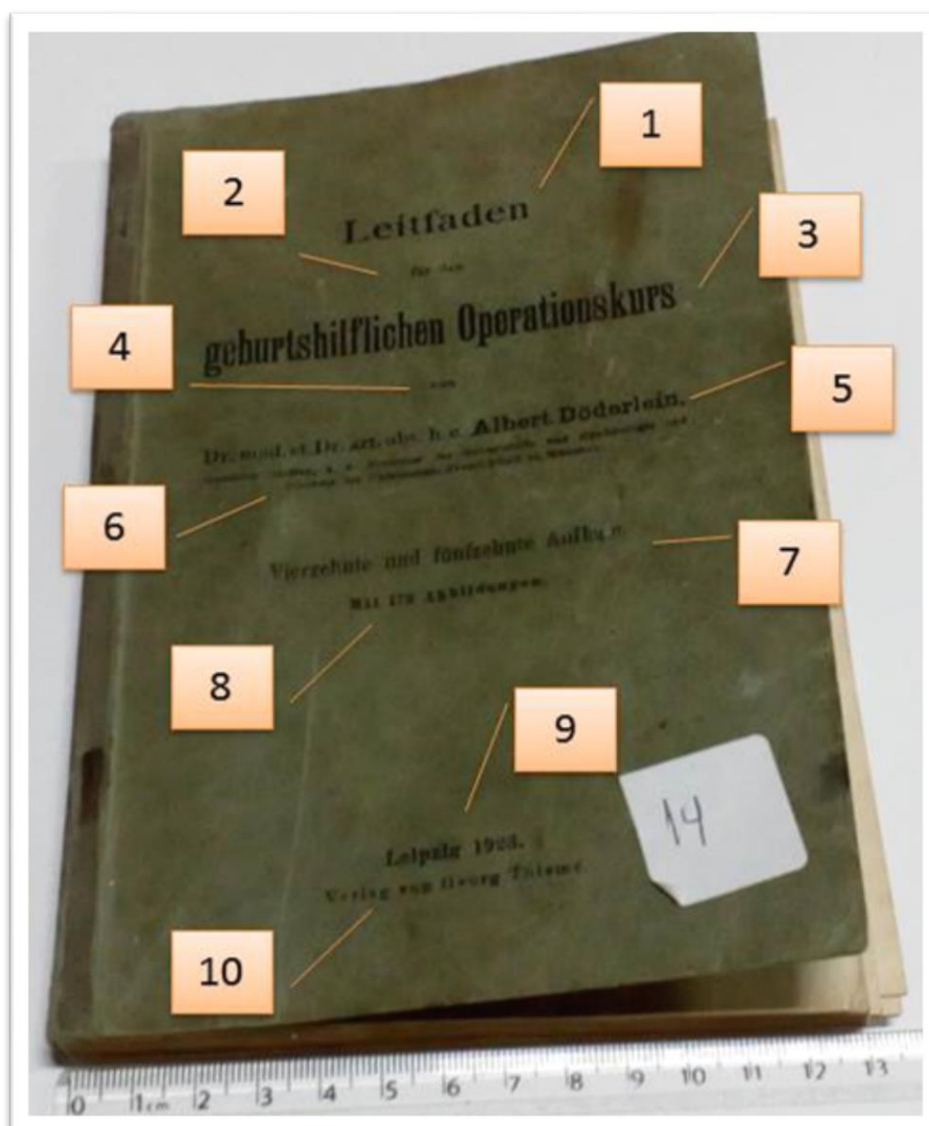
As ilustrações selecionadas e descritas acima mostram o cuidado com a gestante, técnicas durante o parto e cuidados com o recém-nascido. Atividades que fazem parte do trabalho como parteira. Por meio da entrevista com Dona Lucia, percebemos que essas ilustrações não apenas constavam nos livros, mas fizeram parte da prática da parteira Maria Petry Besen.

3.11.2 “Os saberes médicos”: Manual para Operações Obstétricas

O segundo livro que descreveremos trata-se de um manual de obstetrícia em alemão publicado em 1923. A publicação, diferente da anteriormente descrita, não é impressa em alfabeto gótico. O livro possui capa em papel na cor verde escura, com escrita na cor preta, encontra-se em bom estado de conservação, não possui rasgos ou desgastes. Observamos etiqueta fixada

pelo MMM com o numeral “14” identificando o artefato, conforme figura abaixo. O livro possui as seguintes dimensões: 13 cm de largura por 20 cm de altura. Contém 555 páginas.

Figura 44 - Capa do Livro *Leitfaden für den geburtshilfflichen Operationskurs*



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Segue transcrição das informações contidas na capa, conforme Figura 44:

Tabela 17 - Transcrição da Capa do Livro *Leitfaden für den geburthilfflichen Operationskurs*.

Transcrição	Português
1 – Leitfaden	roteiro, manual
2 –für den	para o / a
3 –geburthilfflichen Operationskurs	Cirurgias Obstétricas
4 –Von	De
5 - Dr. med. et Dr. art. obs. h.c. Albert Döderlein ⁸⁷	Referente ao nome do médico responsável pelo manual – Dr. Albert Döderlein
6 - Geheimer Hofrat, o. ö. Professor der Geburtshilfe und Gynäkologie und Direktor der Universitäts – Frävenklinik in Münehem	Referente ao cargo que o autor ocupava na Universidade - Hospital da Mulher em Munique.
7 –Vierzehnte und fünf zehnte Auflage	XIV e XV edição
8 - Mit 173 Abbildungen	com 173 ilustrações
9 - Leipzig 1923	Referente à cidade em que o manual foi publicado e ano. – Leipzig 1923
10 - Verlagvon Georg Thieme ⁸⁸	Editado por Georg Thieme

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

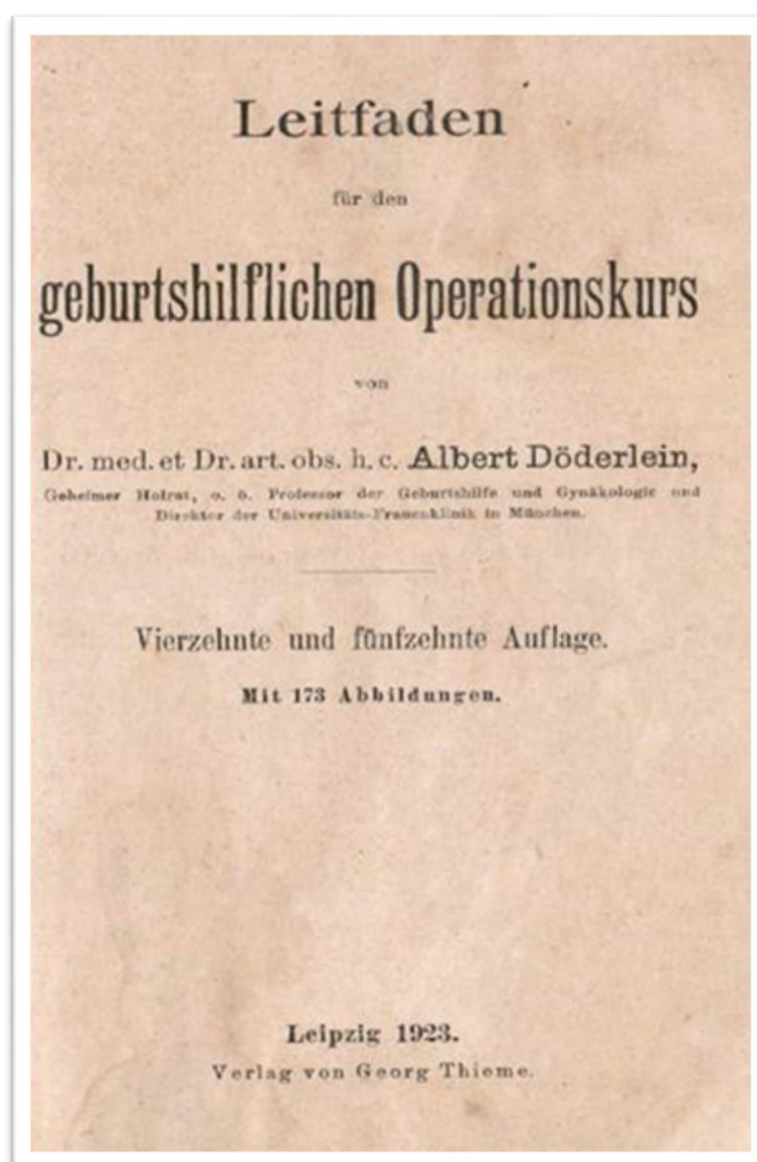
Diante da tradução aproximada das primeiras palavras que formam o título, os itens “1” a “5”, podemos entender que o título do livro em português seria: Manual para Operações Obstétricas, entendendo “operações” como toda atividade de intervenção obstétrica, não apenas cirúrgica, optamos pelo título Manual de Cirurgias Obstétricas.

A contracapa do livro é igual a capa, como podemos observar na figura 45, sendo assim optamos por não realizar transcrição das informações nela contidas.

⁸⁷ O médico alemão Albert Siegmund Gustav Döderlein, nasceu em 1860 em Augsburg e faleceu em 1941 em Munique. Foi professor de Ginecologia e Obstetrícia na Universidade de Leipzig entre 1887 à 1897, na Universidade de Tuebingen de 1897 à 1907 e na Universidade de Munique de 1907 até 1934. Conforme site da Universidade: http://research.uni-leipzig.de/catalogus-professorum-lipsiensium/leipzig/Doederlein_790/ Acesso em 31/05/2017. Possui quatro livros publicados e sua obra encontra-se disponível na Biblioteca Nacional da Alemanha, conforme site da instituição: <https://portal.dnb.de/opac.htm?method=simpleSearch&cqlMode=true&query=idn%3D119081822> Acesso em 06/07/2017.

⁸⁸ Georg Thieme fundou sua editora em 1886 em Leipzig, publicando livros e revistas da área médica. Em 1944 a sede da editora foi destruída em um bombardeio, então as atividades da editora foram transferidas para Stuttgart. A editora continua em funcionamento. Conforme site: <https://www.thieme.de/de/index.htm> Acesso em 31/05/2017.

Figura 45 - Contracapa do livro *Leitfaden für den geburtshilflichen Operationskurs*



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Assim como no livro apresentado anteriormente, faremos a transcrição dos títulos principais dos capítulos que compõe a obra. Com a intenção de entendermos que temas contêm o livro.

Figura 46 - Primeira página do sumário do livro *Leitfaden für den geburtshilfflichen Operationskurs*

Inhaltsübersicht.	
I. Kapitel.	
Haltung und Lage der Frucht	Seite 1—21
Normale und abnorme Haltung	1—3
Einteilung der Lagen	3—5
Klinische Wertigkeit der einzelnen Lagen	5—9
Beschreibung des Kopfes und der Einteilung des Beckens	10—11
Abbildung der einzelnen Lagen	11—21
II. Kapitel.	
Geburtsmechanismus	22—85
Beckenkonstruktion und Geburtskanal	22—25
Die Drehungen des vorangehenden Teiles	26—27
Form und Umfang des Kopfes bei den verschiedenen Kopflagen	28—29
Mechanismus bei:	
Hinterhauptslagen	30—37
Rempfg Geburt	37—39
Vorderhauptslagen	39—47
Gesichtslagen (Kinn vorn)	47—55
" (Kinn hinten)	56—57
Stirnlagen	57—60
Beckenendlagen	60—67
Querlagen	67—72
Pathologische Einstellung bei engem Becken	73—77
Zusammenfassendes über die Diagnostik der Kindeslage	78—85
Übersicht der geburtshilfflichen Operationen	86
III. Kapitel.	
Die Wendung	88—128
Geschichtliches	88
Wendung in Schädellage	91—94
" Fußlage	94—102
Führung der inneren und der kombinierten Wendung auf den Fuß	102—117
Gefahren der Wendung	117—123
Anhang:	
Umwandlung der Gesichts- und Stirnlagen in Hinterhauptslagen	124—128

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Na primeira página do sumário, conforme Figura 46 temos a seguinte transcrição:

Tabela 18 – Transcrição da Primeira página do sumário do livro *Leitfaden für den geburtshilfflichen Operationskurs*

Transcrição	Tradução
11 – Inhaltsübersicht	Conteúdo
12 – I Kapitel	1º Capítulo
13 – Seite	Página
14 – Haltung und Lage der Frucht	Porte e Posição do Fruto
15 – II Kapitel	2º Capítulo
16 – Geburtsmechanismus	Mecanismos de Nascimento
17 – Übersicht der geburtshilfflichen Operationen	Visão geral da cirurgia obstétrica
18 – III Kapitel	3º Capítulo
19 – Die Wendung	As mudanças

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

Figura 47 - Segunda página do sumário do livro *Leitfaden für den geburtshilfflichen Operationskurs*

21	VIII	20
	IV. Kapitel.	Seite
	Die Zangenoperation	129—186
	Geschichtliches	129—130
	Vorbedingungen und Indikationen	130—139
	Rau und Anlegen der Zange	139—156
	Ausführung der Zangenoperation bei:	
	Hinterhauptslagen	156—157
	Vorderhauptslagen	157—160
	der Anwendung der Zange zur Umwandlung einer	
	Vorderhauptslage in Hinterhauptslage und bei	
	tiefem Querstand	161—170
	Kielland-Zange	170—172
	Gesichtslagen	172—176
	Hochstand des Kopfes	176—180
	Die Gefahren der Zangenoperation	180—186
22	V. Kapitel.	
	Manuelle Extraktion	187—217
	Geschichtliches	187
	Bei Fallage	189—190
	Bei Steißlage	190—198
	Armlösung	198—200
23	Entwicklung des Kopfes	201—208
	Zange am nachfolgenden Kopf	206—208
	Verfahren bei nach hinten gerichtetem Rücken	208—213
	Die Gefahren der Extraktion	213—217
	VI. Kapitel.	
24	Die zerstückelnden Operationen	218—255
	Geschichtliches	218—219
	Perforation	218—224
	Kephalothrypsie	224—227
	Kranioklasie	228—229
	Kranio-Kephaloklasie	230—238
	Kleidotomie	239
	Dekapitation, Exenteration und Dissectio foetus	239—255
25	Dekapitation bei Längslagen	252—255
	Anhang.	
	Der Kaiserschnitt und die beckenverweiternden	
	Operationen	256—275
27		26

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Massaranduba.
Fotografia/imagem: Pesquisadoras, 2017.

Na segunda página do sumário, conforme Figura 47, temos a seguinte transcrição:

Tabela 19 – Transcrição da Segunda página do sumário do livro *Leitfaden für den geburtshilflichen Operationskurs*

Transcrição	Tradução
20 - IV Kapitel	4º Capítulo
21 - Die Zangenoperation	Operação de Pinça
22 - V Kapitel	5º Capítulo
23 - Manuelle Extraktion	Extração Manual
24 - VI Kapitel	6º Capítulo
25 - Die zerstückelnden Operationen	As operações de fragmentos (?)
26 – Anhang	Apêndice
27 - Der Kaiserschnitt und die beckenerweiternden Operationen	As operações de cesariana e de pelve

Fonte: Pesquisadoras, 2017.

As descrições contidas neste capítulo contribuíram para as reflexões da pesquisa e, conforme objetivos específicos dão suporte para um processo de conservação que salguarde memórias que por muitas razões são invisibilizadas pela história. Neste caso, a temática já indica a condição da mulher e de um saber e fazer que por razões múltiplas foi usurpado pela medicina ocidental masculinizada. Conforme as pesquisadoras Lopes e Leal (2005, p.113):

(...) é importante ressaltar que o caráter sexuado das práticas formais e ou informais de saúde e sua hierarquização não resultam unicamente do fato de que elas se vinculam ao exercício da medicina, mas também de que elas fazem parte de um sistema mais geral que associa o sexo (gênero) e classe social para confortar o poder masculino.

Nessa perspectiva reforçamos nosso entendimento de que a memória material assim como as histórias de vida podem nos auxiliar a desnaturalizar preconceitos. Através dos artefatos descritos nesse capítulo observamos quão intrinsicamente estão ligadas as questões de gênero e educação que tomam forma através da cultura material.

4. AO CORTE DA TESOURA: A CIÊNCIA QUE DIVIDE

“O opressivo e sufocante era o que podemos chamar de educação negativa, que decreta não o que se pode fazer, e sim o que não se pode fazer”.
Virginia Woolf (2016, p.54)

Diante dos diversos desafios que a pesquisa nos apresenta, procuramos auxílio em teorias que nos ajudam a entender as questões que compõem este trabalho, tais como: histórias das parteiras, gênero e saberes e fazeres feminino, educação e memória.

Primeiramente realizamos um levantamento teórico para dar sustentação ao trabalho, utilizando-se de referencial bibliográfico específico sobre as histórias das parteiras no Brasil: histórias de vida relevantes para o contexto brasileiro e do Estado de Santa Catarina e história dos cursos de parto que aconteceram no Brasil e em Santa Catarina. Utilizamos estudos realizados anteriormente por pesquisadoras como: Maria Lúcia de Barros Mott e Anayansi Correa Brenes, além de artigos científicos, dissertações e teses relacionadas à temática. Os trabalhos utilizados foram citados no segundo capítulo desta pesquisa. Neste capítulo finalizamos as análises relacionando questões teóricas de Educação Popular, Gênero e Cultura Material com a história de vida da parteira Maria Petry Besen.

4.2. A Educação que divide

Relacionamos o ofício das parteiras com a Educação e suas interfaces, pois compreendemos a educação na perspectiva de Paulo Freire (2015) que defende que o saber se dá na interação dialógica “homens-mulheres-mundo”. Ele nos chama a valorizar os saberes populares, os saberes prévios que são gerados pela prática e problematização da realidade.

Podemos entender a questão da relação dialógica em Freire a partir do que nos diz Torres (2006, p 16): “A relação dialógica tem como características a colaboração, a unidade, a organização, a síntese cultural, enquanto que, na relação antidialógica, prevalecem a conquista, a divisão, a manipulação, a invasão e o colonialismo cultural”. Sabemos, portanto, que uma relação dialógica nos provoca a uma educação humanizada, tanto para quem está no

papel de professor e professora, quanto para quem está no papel de aluno e aluna.

Os autores Fischer e Lousada (2008, p.377-378) explicam como é possível dialogar com o saber popular, na perspectiva freireana:

Respeitar os saberes de “senso comum” ou produzidos na experiência existencial não é limitar o ato educativo a esse saber, mas dialogar com ele, problematizá-lo tendo em vista a elaboração de um saber relacional, como síntese articuladora entre os saberes apreendidos na escola da vida com os apreendidos na vida da escola. Assim o respeito a esses saberes se inscreve num campo mais amplo no qual são produzidos, ou seja, no campo do contexto cultural que é incapaz de ser “lido” competentemente se for diluída a identidade cultural dos educandos e ignorada a questão de classe, elemento de difícil captação em alguns contextos em função da contemporânea complexificação do tecido social.

Diante dessas concepções, utilizamos o referencial teórico da Educação Popular que entende e valoriza os saberes adquiridos pela experiência e pela educação não formal, sendo aquela que acontece em diversos ambientes formativos coletivos, não apenas em escolas. Ao longo desta dissertação as questões relacionadas à educação foram inseridas conforme os assuntos foram desenvolvidos. Queremos neste capítulo acrescentar discussões não exploradas anteriormente, mas que dialogam com a temática. Além disso, entendemos que nossa discussão sobre Educação Popular nesta pesquisa tem a intenção de provocar leitores e leitoras quanto à utilização de histórias de vida que motivem práticas educativas. Através da Educação Popular entendemos que é possível trabalhar com histórias, ofícios, saberes e fazeres popular como temas geradores em diferentes atividades pedagógicas.

Dialogando entre saberes científicos e populares é possível trazer o debate sobre os saberes das parteiras como fonte de pesquisa para o campo da Educação. Streck *et. al.* (2014) destacam a principal característica da Educação Popular, sendo ela a utilização do saber comunitário como matéria-prima para o ensino. Ou seja, a possibilidade de aprender a partir do conhecimento do sujeito e seu cotidiano.

O que motiva a Educação Popular é também o que nos motiva como pesquisadoras: “O desejo por uma sociedade incluyente está estritamente relacionado ao fazer educativo do educador popular, que, ao despertar processos de construção de autonomia, projeta esse ideal” (STRECK, *et.*

al.2014, p.86).

A força da educação é percebida quando “(...) a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto constroem tipos de sociedades” (BRANDÃO, 2007, p.11).

Freire (2015) entende a educação como “prática libertadora”, sabemos que sua luta por essa libertação se justifica principalmente no caso das mulheres e das crianças das classes empobrecidas. A educação, que vivemos hoje, não tem permitido a liberdade transformadora por ele idealizada. No que diz respeito às mulheres, a educação ainda auxilia na reprodução de um papel feminino previamente estabelecido socialmente. Sabemos que as mulheres têm buscado quebrar essas barreiras e ingressando em áreas nunca antes exercidas por elas, mas isso ainda acontece com estranhamentos e enfrentamentos.

No que se refere à história de vida da parteira Maria Petry Besen, o enfrentamento entre o saber médico hospitalar, desmotivou sua atuação como parteira, sabemos que as relações de poder são muitas vezes desiguais. Dona Maria teve instrução para tornar-se parteira em ambiente hospitalar, não aprendeu o seu ofício, apenas pela experiência, como as parteiras ditas práticas ou tradicionais. Mesmo assim, em comparação ao atendimento realizado nos hospitais, muitas parteiras, assim como Dona Maria, tiveram sua experiência e diploma desvalorizados. Conforme transcrição na página 74: *Dona Lucia conta que a mãe desanimou de atender em função da desaprovação de seu trabalho pelos profissionais do hospital.*

O olhar androcêntrico⁸⁹ não ocorre apenas na história, como tratado anteriormente, ocorre também na educação. Por isso, propomos nesta pesquisa olhar as perspectivas da educação e de gênero, porque entendemos que estão ligadas e queremos caminhar como diz Freire (2011) em direção a uma educação que rejeite qualquer forma de discriminação.

Vários filósofos e pensadores da educação contribuíram para perpetuação do olhar androcêntrico na escola. O exemplo mais marcante para nós é o

⁸⁹ “O termo androcentrismo provém do grego *andrós* e refere-se à concepção ou saber supostamente neutro articulador do discurso social e lógico-científico, sem considerar ou desvalorizando o ponto de vista das mulheres” (ROSA, 2012, p.37).

filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)⁹⁰ que expressou um posicionamento divergente em seu entendimento do que deveria ser a educação para o homem, da educação para a mulher, “porque em Rousseau, a mulher é considerada um ser humano menor” (STRECK, 2008, p. 46).

Em sua obra *Emílio ou da Educação*⁹¹, Rousseau propõe uma educação para a cidadania para o personagem Emílio (STRECK, 2008). Já a personagem Sofia deve receber uma educação mínima para que possa educar os filhos e filhas que venha a ter, deixa claro que a mulher deve ser educada para o lar e servir ao homem (ROSA, 2012). Segundo Rousseau (1995 apud Streck, 2008, p.50) “Oferecei sem escrúpulos uma educação de mulher às mulheres, fazei com que gostem dos trabalhos de seu sexo, com que tenham modéstia, saibam zelar por seu lar e cuidar da casa (...)”.

Streck (2008, p. 49) analisa que: “No assunto de gênero, o revolucionário Rousseau toma decididamente o lado conservador”. Rousseau teve conhecimento das lutas das mulheres de sua época (início do movimento feminista na França), mas não incluiu a mulher em seu “ideal educação para o homem” e muito menos teve a mulher igualdade em seu *Do Contrato Social*⁹².

As obras de Rousseau influenciaram reformas tanto sociais como educacionais, onde a personagem Sofia foi se tornando modelo de educadora, tendo ela sido preparada para ser a educadora de seus filhos:

Baseado em Rousseau, Napoleão Bonaparte criou escolas femininas onde se enfatizava o papel materno. (...) Também no Brasil, de profissão eminentemente masculina, o magistério, aos poucos, vai se tornando uma profissão feminina (STRECK, 2008, p.55).

O exemplo da obra de Rousseau reforça que é preciso um olhar atento às questões de gênero na educação. É preciso um olhar cuidadoso para que a educação não seja limitadora e sim libertadora. Limitadora na perspectiva de não perpetuar preconceitos e estereótipos. Libertadora entendendo a possibilidade de autonomia de homens e mulheres. Para Freire (2011, p. 37) “A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade

⁹⁰ Rousseau é um autor muito utilizado no campo da Educação, compreendemos o valor de sua obra no que diz respeito à autonomia e emancipação humana. Porém, nessa pesquisa percebemos a necessidade de fazer a crítica quanto à posição do autor em relação à educação da mulher.

⁹¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

⁹² ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social: princípios do direito político*. São Paulo: Editora Pillares, 2013.

do ser humano e nega radicalmente a democracia”.

Sobre homens e mulheres, Freire (2011, 37) diz que a natureza do ser humano é “natureza entendida como social e historicamente constituindo-se, e não como um a priori da história”. Sendo assim, a educação de homens e mulheres não deveria limitar nenhum dos dois a papéis previamente estabelecidos.

Percebemos que o saber e o fazer feminino estão ligados ao entendimento construído socialmente do que é papel da mulher ou não. Sendo assim, ao desenvolvermos atividades pedagógicas com histórias de vida como a da parteira Maria Petry Besen, podemos abrir caminho para essas discussões. Partindo da vida, do mundo, do real, para a discussão do ideal, do que entendemos como cuidado, como saber, como fazer. Discussões necessárias no âmbito da educação principalmente quando pensamos em estudantes das áreas da saúde e da educação, áreas de maioria feminina, que muitas vezes utilizam o discurso do dom da mulher em cuidar, em educar, um entendimento construído socialmente como feminino.

Segundo Brandão (2002, p.111):

Qualquer mulher de uma aldeia de camponeses possui na sua memória de mulher o mapa não só dos segredos caseiros dos inúmeros recursos rústicos de cura, como também dos inúmeros tipos de curandeiros, raizeiros, farmacêuticos populares, rezadores e benzedoras a quem recorrer em cada caso.

Entendemos, portanto, que a utilização de histórias de vida como temas geradores em práticas educativas podem suscitar discussões que contribuam para promoção do pensamento crítico no combate a perpetuação de preconceitos.

4.2 O Gênero que divide

Buscamos compreender as questões de gênero que envolvem a instrução e o trabalho feminino, para isso buscamos apoio em: Simone de Beauvoir (2016), Joan Scott (1995), Heleieth Saffioti (2013, 2015), Michelle Perrot (2001, 2005), Edla Eggert (2006, 2010, 2011) entre outros e outras autores e autoras.

Em nossa pesquisa entendemos gênero como “categoria para análise histórica” a partir da perspectiva de Scott (1995, p.86), “o gênero é um

elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. A partir desse conceito podemos pensar na importância do saber das mulheres com relação ao parto, condição biológica apenas da mulher. Um saber ancestral com diferenças dependendo da cultura, mas que era compartilhado no ambiente feminino e que proporcionava prestígio e certo poder às parteiras, considerando aqui o conhecimento como forma de poder e autonomia.

Entendendo o conhecimento como forma de poder, podemos perceber também que o poder está sempre em disputa. Relacionando a história de vida da parteira Maria Petry Besen, percebemos que após a criação do hospital na cidade de Massaranduba seu conhecimento que até então era reconhecido e prestigiado pelas mulheres da comunidade passou por descrédito, por influência de alguns profissionais da saúde. Uma vez que as mulheres recebiam a orientação de que não poderiam mais realizar o parto em domicílio. Não foi possível nessa pesquisa buscar referência na legislação de saúde e regulamentos de vigilância sanitária estaduais, ficando como indicativo para futuras produções.

Ao refletirmos sobre as questões relativas aos saberes e seu reconhecimento ou não, somos provocadas a questionar o eterno na história, repensando questões já cristalizadas ou tidas como normais, que excluíram as mulheres em diversos momentos e espaços. Para Perrot (2001, p.187) “(...) o que importa reencontrar são mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história”.

Tendo em vista a história de vida de Dona Maria, percebemos que o fato de ela ter sido enviada para fazer o curso de parto pelas pessoas da comunidade onde vivia, sem entender ao certo de que se tratava, ela encarou seu ofício com responsabilidade e comprometimento com a comunidade. Não como obrigação, mas como missão. Percebemos também que seu ofício não cobria suas despesas, mas auxiliava no orçamento familiar que vinha majoritariamente da agricultura. Era sim uma “mulher em ação”, mas com as características particulares das famílias do interior, que vivem do campo, que pouco acesso tiveram à educação, saúde pública, transporte, lazer, essas pessoas

encontravam na comunidade o auxílio de que precisavam. Foi o comprometimento que teve com a comunidade através de seu ofício que torna essa história de vida uma história que auxilia o “movimento da história”, auxilia o entendimento da história, da mulher, das famílias camponesas, das comunidades que formam nossa história.

O ato de escrever a história foi por muito tempo exclusivo dos homens que escreveram a partir de sua perspectiva, poder e ação. Às mulheres restou o papel de coadjuvantes da história. “Célebres – piedosas ou escandalosas – as mulheres alimentam as crônicas da ‘pequena’ história, meras coadjuvantes da História” (PERROT, 2001, p.185).

Rosa (2012, p. 25) corrobora com essa reflexão, para ela:

Falar de mulheres é falar de exclusão, marginalidade e opressão, pois nossas histórias são marcadas por olhares repressivos. As mulheres foram consideradas, na história, ótimas servas, cortesãs e belas escravas, mas raramente reconhecidas e valorizadas como seres humanos.

A pesquisa pode então nos auxiliar a entender esses processos de dominação e exclusão vividos pelas mulheres ao longo da história, levando sempre em consideração o papel de reprodução que as instituições desempenham.

No caso da história de vida da parteira Maria, percebemos a influência da dominação masculina em diferentes situações. Destacamos aqui a situação em que ela é escolhida para fazer o curso de parto, citado anteriormente. Quando homens da comunidade vão a casa dela e em conversa com seus pais decidem levá-la para outra cidade para aprender o ofício de parteira, temos aqui um exemplo de que a decisão em diversos acontecimentos da comunidade estava nas mãos exclusivamente dos homens. Como dito anteriormente, Dona Maria compreendeu o acontecimento como um compromisso comunitário ao qual ela não entendia como obrigação. Lembramos que em muitas comunidades alguns homens tinham o poder de decidir o que seria melhor não apenas para sua família, mas também para a comunidade.

Vale ainda ressaltar que a influência das instituições na vida das pessoas, em especial das mulheres, no que diz respeito à exclusão e dominação, perpassa pela questão da hegemonia. Esse termo foi trabalhado especialmente

pelo italiano Antônio Gramsci (1891-1937). O conceito de hegemonia, então:

É a fase estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em partido, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano universal, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011, p.131).

Sendo assim, a hegemonia é uma ação de classe, o exercício de poder de uma classe sobre a outra. Quando uma classe impõe seu projeto político por meio do embate e da força, mantendo assim o controle hegemônico. Para Gramsci, uma classe se torna hegemônica não só através do poder coercitivo, pela força, mas também utilizando de consenso e persuasão. A elaboração do sistema de ideias que visa o convencimento da classe dominada caberia, segundo Gramsci, aos intelectuais, chamados por ele de “intelectuais orgânicos”.

Wayne e Apple (2011, p.102), nos auxiliam a refletir a questão de hegemonia social e sua inserção nas práticas cotidiana, pois “de acordo com Gramsci, a hegemonia social assume um sentido de universalidade por que ela é com frequência comunicada como ideologia do senso comum, muito embora seja uma expressão do poder das elites dominantes”.

Para Minayo (2000, p.82) “O conceito de hegemonia permite analisar as relações entre as classes também fora do terreno da produção econômica e trabalhar com os aspectos de direção cultural e política”.

Pensando no âmbito da pesquisa, o excerto acima nos ajuda a problematizar a questão do trabalho das parteiras, que até o início do século XX, era “hegemônico”, ou seja, a grande maioria das mulheres realizavam seus partos com auxílio dessa profissional. Após o discurso médico e higienista ganhar força no Brasil, acusando as parteiras de charlatanismo e imprudência, além de culpá-las pelas altas taxas de mortalidade dos recém-nascidos, hoje temos um discurso totalmente inverso, quando o “hegemônico” é o parto hospitalizado.

Percebemos que o parto domiciliar é hoje uma questão que tem motivado mulheres que optam por um atendimento humanizado que respeite as escolhas da mulher, mas essa questão não será desenvolvida nessa pesquisa. Entendemos que essa retomada da necessidade de muitas mulheres por uma relação íntima e respeitosa no momento do parto, solicitando auxílio de outras mulheres, terapeutas, médicas, enfermeiras obstétricas entre outras, demonstra certa desconexão com essa ideia, anteriormente mencionada como hegemônica do parto hospitalizado.

Vale ainda destacar a questão da opressão vivida pelas mulheres e como entendemos as relações que permitem a manifestação dessa opressão. As pesquisadoras Eggert e Silva (2010, p.60) contribuem nesse sentido, segundo elas:

(...) para entender a opressão das mulheres é necessário examinar as estruturas de poder da sociedade, sendo estas identificadas como a estrutura de classes capitalista, aliada à ordem hierárquica do mundo masculino e do feminino do patriarcado. Dessa forma, o patriarcado capitalista, enquanto sistema hierárquico explorador e opressor, recorre de opressão sexual e de classe.

Entendemos então, que a opressão feminina se dá a partir do sistema patriarcal capitalista, sendo assim não podemos deixar de lado a questão de classe que permeia as disputas de poder em que as mulheres estão inseridas.

Um conceito muito interessante analisado por Eggert e Silva (2010) é o da “*madresposa*”, com base na obra da antropóloga mexicana Marcela Lagarde y de los Rios (2005)⁹³, que trata do conjunto de papéis sociais exercidos pela mulher, mãe e esposa. As autoras destacam a múltipla jornada de trabalho exercida pelas mulheres, que são de ordem produtiva e reprodutiva: “Produtiva enquanto jornada pública de trabalho, sendo assalariada ou não, e ainda a jornada privada de trabalho reprodutiva nos lares” (EGGERT e SILVA, 2010, p.60). Sendo que, a jornada de trabalho reprodutiva, que se dá no espaço privado, é a jornada doméstica entendida pela sociedade patriarcal como própria do sexo feminino, portanto naturalizada.

As autoras ainda trazem a discussão da procriação, também como atividade naturalizada, na qual a mulher, sendo ela o ser com possibilidade de gestar

⁹³ A obra citada pelas autoras Eggert e Silva (2010) é: LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. *Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4ª ed. México, UNAM, 2005.

uma nova vida, é preparada desde a infância para cumprir esse papel. “Em torno da procriação se constituiu a maternidade como uma experiência natural, fundamental e existencial para todas as mulheres” (EGGERT e SILVA, 2010, p.61). Para Perrot (2001, p. 177):

É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas ‘espécies’ com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que a fala), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”.

Mesmo tendo acesso ao mundo do trabalho, o trabalho feminino ocorre em sua maioria em espaços precários e com grande diferença salarial em comparação ao trabalho masculino⁹⁴. Além disso, a não superação da violência doméstica e o feminicídio são indícios de que a opressão feminina é um tema que necessita de discussão, principalmente no campo da Educação. Pois, conforme Eggert e Silva (2010, p. 64-65): “(...) a manutenção de lógicas de controle são ensinadas para as meninas e para os meninos, a fim de serem adultos que estejam coesos na sociedade heterossexual entendida como normal”.

4.3 O Artefato que divide

No capítulo terceiro desta dissertação, fizemos a descrição dos artefatos da parteira Maria Petry Besen, a partir da narrativa de sua filha Lucia Besen Koch e também de fontes bibliográficas por nós pesquisadas. Buscamos a partir daí compreender os entrelaçamentos entre a cultura material e os saberes e fazeres da parteira. Para tanto buscamos apoio de pesquisadores e pesquisadoras que auxiliaram nessa tessitura: Pedro Paulo Funari, Eclea Bosi, Verena Alberti, Elizabete Tamanini, Maria Cristina Oliveira Bruno.

Pretendemos destacar aqui questões que envolvem mais do que um determinado artefato, e sim o acesso aos artefatos, à escrita e à leitura. Ter a possibilidade de contar a sua própria história por meio da arte, dos artefatos de um ofício e/ou de uma narrativa de vida, foi por muito tempo direito apenas de

⁹⁴ Sobre esse tema sugerimos a leitura do artigo: CHIES, Paula Viviane. *Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho*. Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010.

uma elite que tinha acesso a instituições como Museu, Galerias de Arte, Arquivos e Escola. Inspiradas na afirmação de Mucida (2009, p.34) quando diz “escrever é atualizar o tempo das memórias, dando-lhes outros sentidos”, acreditamos que ao possibilitar acesso e mais ainda identificação com os acervos museológicos por pessoas que até então não foram retratadas por essas instituições, é possível fazer novas leituras da nossa história e assim dar outros sentidos a histórias e artefatos até então marginalizados. Dialogando com estas questões ressalta Tamanini (2016, p.158):

Um museu visto enquanto instituição que preserva pesquisa e divulga conhecimentos de diferentes sociedades em distintos processos históricos, necessariamente transmite discursos e representações a partir de sua compreensão sobre cultura, organização e seleção da memória, em especial o que se privilegia para ser preservado. Vale dizer que memória, identidade e educação podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo, logo esta Instituição é fonte de dialogias.

Foi a partir da valorização do saber e do fazer da parteira Maria cultivada por sua família, em especial sua filha Lucia Besen Koch, que pudemos desenvolver essa pesquisa. Ao disponibilizar por meio de empréstimo os artefatos da mãe para o Museu, Dona Lucia, permitiu que esses artefatos, antes acessível apenas aos familiares e amigos, fossem a partir de então disponíveis também a comunidade, se deslocando do espaço privado para o espaço público constituindo assim parte da memória coletiva, acessível ao diálogo, ao confronto e ao patrimônio cultural comunitário.

As características do Museu Municipal de Massaranduba tornaram possível a exposição dos artefatos da parteira, uma vez que o museu se propõe a trabalhar com acervos emprestados por famílias da região. O Regimento interno estabelecido pelo Museu Municipal de Massaranduba diz que, do desenvolvimento dos objetos:

IV – a política de aquisição do acervo fundamenta-se na aquisição de objetos que sejam historicamente referentes ao município de Massaranduba e região, tais como: fotografias antigas, representando aspectos e vista gerais da cidade, e de seus logradouros e equipamentos urbanos, fotos e objetos de moradores da cidade, valorizando as diversas culturas, enfim, artefatos que são testemunhas da história do município e região (MASSARANDUBA, DECRETO, nº3084/2015).

Ao entender como parte do acervo, fotografias e objetos de moradores da

cidade e que valorizem as diversas culturas, podemos entender que o museu não valoriza apenas artefatos de elite, mas sim das pessoas comuns que vivem e trabalham no município, assim como Dona Maria, parteira e agricultora.

Uma história interessante nos foi contada por Ivone, coordenadora do Museu, que ilustra a importância do acervo do museu em representar a comunidade do município. Ivone nos contou que em uma das atividades educativas promovidas pelo Museu, acolheu crianças da educação infantil do município. Uma das crianças a visitar o Museu foi o neto de Dona Lucia, nossa narradora, que ao ver os instrumentos de parto da bisavó, a parteira Maria, disse aos colegas de turma: “Essas coisas aqui são da casa da minha vó!”.

Acreditamos que possibilitar às crianças identificação com o acervo museológico, tornando-as pertencentes aquela cultura, aquele município, é uma das atividades mais importantes que a relação Museu/Escola pode promover. Daí a importância do museu como espaço não formal de educação. Uma vez que o Museu tem realizado atividades pedagógicas em visitas agendadas pelas escolas do município em que atendem estudantes da educação infantil ao ensino médio.

Outro fator importante, senão essencial, é a proximidade que percebemos da coordenadora do Museu com as pessoas da comunidade. Entendemos que o olhar do profissional, da profissional tanto da área da educação quanto da área da cultura (Museu, Arquivo, Biblioteca) para os artefatos da cultura popular podem promover maior acesso e identificação da comunidade com os acervos museológicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: REGISTRANDO O NASCIMENTO

As mulheres aprenderam a acreditar que a palavra é do homem, e o silêncio é delas.

Graziela Rinaldi da Rosa (2012, p. 25)

Acreditamos na necessidade de superação da afirmativa de que a palavra é do homem (ROSA, 2012), podemos, e devemos, educar nossas meninas e nossos meninos hoje na perspectiva de que palavra é direito de todos e de todas. Contar a história de mulheres que por tanto tempo foram invisibilizadas e desvalorizadas pelo preconceito, pelo machismo, pelo pensamento androcêntrico, é nosso dever enquanto pesquisadoras em Educação. Assim como, não é mais possível dar continuidade a práticas educativas que não questionem o conteúdo do ensino, nas diferentes modalidades, de forma crítica visando a justiça social.

Em nosso movimento dialógico com as referências e fontes pôde-se perceber a complexidade presente nas análises sobre a memória social ou coletiva, evidenciada a partir dos registros, vestígios e fragmentos, considerados conceitualmente como bens culturais de uma dada sociedade. Dai a busca por vozes e artefatos invisibilizados por inúmeras razões conforme discutido no decorrer desta escritura. Em uma sociedade e numa era que tende ao esquecimento, é ainda mais imperativo expandir as fronteiras das práticas culturais anteriormente marginalizadas, e sobremaneira problematizar as representações das diferentes desigualdades sociais.

Contudo a reflexão posta também por este estudo está no desafio de se estudar tais temáticas e das mesmas estarem presentes no contexto da educação popular. O século XX, que assiste à consolidação desta nova forma de fazer história e de se compreender a memória, serve de contexto para a ampliação do conceito de documentos que retira do texto a exclusividade de se caracterizar como tal. Outros suportes, outras formas de expressão, outras fontes, passam a ser valorados como documentos. A imagem trazida por uma fotografia ou um filme, a emoção de ouvir vozes sem escutas, a força emanada de um objeto, a mensagem advinda do som de uma melodia passam a ser merecedores de procedimentos de análise, interpretação, classificação,

guarda, conservação e sobretudo de práticas educativas.

No caminhar dessa pesquisa contamos, por meio do olhar da Educação Popular, aspectos da história da parteira Maria Petry Besen, e discutimos questões que envolvem memória e gênero. Percebemos ao longo desse processo o potencial (pensado a partir de Freire) que a história de vida tem como prática educativa no sentido da promoção de “temas geradores” (FREIRE, 2015) que possam suscitar debates sobre cultura, gênero e educação em diferentes modalidades de ensino.

Nossos caminhos, nessa escrita, foram orientados quase sempre pelos objetivos, reconhecemos que em muitas vezes fugimos deles, mas buscamos dar conta da provocação contida “*a priori*”. Temos o entendimento de que o objeto, o artefato, e a memória são realidades que às vezes podem ser as únicas fontes sobreviventes de significados; estes por sua vez, permitem evocar o passado, pois é resultante de um processo cultural e estimula a comunidade a dialogar com o seu cotidiano, sendo ponto de partida para análises, críticas e tomada de decisões. Assim o uso ético de histórias de vida como temas geradores em práticas educativas podem suscitar discussões que contribuam para promoção do pensamento crítico no combate a perpetuação de preconceitos.

No desenvolvimento dessa pesquisa, o primeiro capítulo “Educação Popular, Memória, História e Saberes: O ‘fazer-se’ das mulheres e parteiras como práticas de herança cultural”, apresentou aspectos históricos sobre as mulheres parteiras e o desenvolvimento do seu ofício ao longo do tempo, em especial no Brasil e no estado de Santa Catarina. Trouxemos um olhar para os cursos de parto, voltados à instrução de parteiras, seu surgimento no Brasil e transformações no século XX. Além disso, a partir da bibliografia pesquisada, apresentamos um recorte da história de parteiras e cursos de parto em Santa Catarina. Deixando aqui nesta escrita, um pouco deste percurso tenso entre o que as mulheres sabiam ao longo de sua construção enquanto sujeito de saber fazer do partejar e naquilo que a “certificação ocidental masculinizada” se inicia a prescrever como o correto, o científico em tempos de modernidade anunciada.

O segundo capítulo “Abrindo a mala: a escolha dos instrumentos de pesquisa” descreve os passos da pesquisa, escolhas e caminhos que

seguimos. Buscamos um olhar metodológico qualitativo trazendo para o diálogo, a contribuição da História Oral em interface com a leitura da cultura material presente em um museu, onde também corrobora THOMPSON (1992, p.44) ao dizer que “(...) é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação” Esta perspectiva de diálogo conceitual e metodológico possibilitou a compreensão de que esses artefatos, essas memórias, são indícios que levam a determinados conhecimentos sobre a história de vida das pessoas, e no movimento dialógico de construção da palavra sobre, saberes e fazeres são desvelados.

O terceiro capítulo “Vestindo o avental: cultura material, memórias e intimidade”, traz a descrição dos artefatos da parteira Maria Petry Besen expostos no Museu Municipal de Massaranduba, como um fazer etnográfico. Essa tessitura, vai entrelaçando as questões de memória, gênero e cultura material. A partir deste processo narrativo se reconhece o significado social dos artefatos para a memória local, e do mesmo modo, para as reflexões sobre gênero em interface com a educação popular. Também nossa intencionalidade se direciona para as possíveis ações de formação escolar e comunitária a serem desenvolvidas pelo Museu, em seu projeto de interação com instituições de Educação Básica, e educação patrimonial daquele município e região . A medida que tais artefatos, são detalhadamente descritos, criam por sua vez a característica de um inventário, transformando-se assim em herança cultural comunitária.

O quarto capítulo “Ao corte da tesoura: a ciência que divide” lança olhar para questões centrais da discussão referente à educação popular, de gênero e da cultura popular. Percebemos que os saberes e os fazeres femininos estão ligados ao entendimento construído socialmente do que é papel da mulher ou não. Sendo assim, ao desenvolvermos atividades de pesquisa e educativas com histórias de vida, como da parteira Maria Petry Besen, pode-se abrir caminhos para essas discussões. Partindo da vida, do mundo, do real, para a discussão do ideal, do que entendemos como cuidado, como saber, como fazer.

Destacamos por fim que nesse percurso de pesquisa tivemos o apoio de

diferentes mulheres que nos auxiliaram a tecer pontos que se cruzam com a história da parteira Maria. O interessante desse processo é que muitas mulheres se sentiram envolvidas e identificadas com a história. O acaso, se é que ele existe, nos reuniu nesse encontro para realizar esse parto que é uma dissertação. Nessa dissertação estão envolvidas mulheres muito diferentes. A história da pesquisadora já foi contada na introdução desta dissertação, portanto vamos contar as aproximações das demais integrantes desse encontro.

Elizabete Tamanini, conhecida carinhosamente, como Betinha, professora, historiadora, mãe, avó. Lutadora sensível e incansável em favor da Educação, dos Direitos Humanos, da Cultura, dos povos Indígenas, camponesas e camponeses, negras e negros. Aproxima-se da história da parteira Maria pela sensibilidade desde o arrepio que sentiu ao ver pela primeira vez os artefatos da parteira no Museu Municipal de Massaranduba.

Jane Mery Richter Voigt, professora, matemática, mãe. Como docente conquistou espaço em áreas majoritariamente masculinas. Curiosamente nasceu no hospital da Vila Itoupava, local onde a parteira Maria buscava medicamentos para os atendimentos que realizava.

Sônia Ribeiro, professora, educadora física, mãe. Pesquisadora e defensora dos direitos por educação e pela prática esportiva às pessoas com deficiências. Foi também estudante da área de Enfermagem, ao entrar em contato com a história da parteira pôde rememorar acontecimentos vividos e identificar, nos artefatos da parteira, instrumentos que também teve acesso como estudante.

Edla Eggert, professora, pedagoga, teóloga, mãe. Pesquisadora do fazer artesanal, dos saberes, da religiosidade e de gênero. Aproxima-se da história da parteira Maria, coincidentemente, por pesquisar também os saberes e fazeres de parteiras, mulheres que unem no seu ofício o saber, o fazer, a religiosidade e o gênero como características convergentes.

Queremos demonstrar que mesmo distantes fisicamente e socialmente as histórias de vida nos aproximam. Como esclarece Alberti (2004, p.23) na biografia de indivíduos comuns é possível concentrar características de grupo e “mesmo uma biografia excepcional é capaz de lançar luz sobre contextos e possibilidades latentes da cultura”. Em um combinado de histórias, houve a reconstrução dos percursos que falam de experiências e percepções de

peessoas, que, mesmo sendo únicas, são semelhantes na forma como vivenciam os significados da vida e com a vida.

REFERÊNCIAS:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALVES, Rubem. **A caixa de brinquedos**. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u877.shtml>. Acesso em 19/07/2017.

_____. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

ARAUJO, Ademar Santos de. **O saber das parteiras**: uma arqueologia no Alto Purus. Goiânia, 2015. 136 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2015.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mito. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____, **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Nova edição, revisada e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BLUMENAU EM CADERNOS. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, Tomo XLII, nº5/6, maio/junho, 2001.

BOFF, Leonardo. **Quarenta anos de Teologia da Libertação**. 2011. Conforme: <https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/> Acesso: 31/05/2017.

BOSI, E. **O tempo vivo da Memória**. Ensaio de psicologia Social. 2. ed. São Paulo: Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Pensar a prática**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. Viver de criar cultura, cultura popular, arte e educação. IN: SILVA, René Marc da Costa (org.) **Cultura popular e educação: salto para o futuro**. Brasília: Ministro da Educação, 2008, p.25-38.

BRASIL. Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955. Regula o exercício da enfermagem profissional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21/09/1955. Conforme: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8778.htm. Acesso em 13/05/2017.

_____. Ministério da Saúde. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher/Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica da Mulher. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais [recurso eletrônico]: o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto_nascimento_domiciliar_parteiras.pdf>. Acesso em 29/07/2016.

BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, RJ, 7 (2); 135-149, abr/jun, 1991.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. **Revista Cultura Material e Patrimônio de C&T**. MAST: Rio de Janeiro, 14-25, 2009.

_____. Informações em museus: alguns argumentos e muitos desafios. In: **Seminário serviços de informação em museus**. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2011.

CANASSA, Neli Sílvia Andreazzi; **Memórias de parteiras: a trajetória profissional na Maternidade Carmela Dutra (1967-1994)** Florianópolis, 2005. 158 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

_____; et al. **O saber/fazer das parteiras na Maternidade Carmela Dutra de Florianópolis - SC (1967/1994)** Rev Bras Enferm, Brasília 2011 mai-jun; 64(3): 423-30.

CANDAU, Joël. Da Mnemogênese à memogênese. In: _____, **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPARROZ, Sueli Castilho. **O resgate do parto normal: contribuições de uma tecnologia apropriada**. Joinville: Editora Univille, 2003.

COSTA, Lúcia Helena Rodrigues. **Corpo, Poder e o Ato de partejar: Reflexões à luz das relações de gênero.** R. Bras. Enferm., Brasília, v. 53, n. 1, p. 39-46, jan./mar. 2000.

_____, Lucia Helena Rodrigues. **Memórias de Parteiras: Entrelaçando Gênero e História de uma prática feminina do cuidar.** Florianópolis, 2002. 168 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

CUNHA, Aline Lemos da; EGGERT, Edla. O ensino do crochê de grampada como possibilidade emancipatória para mulheres negras em Rio Grande, RS. In: EGGERT, Edla (org). **Processos Educativos no Fazer Artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

DANTAS, Eugênia Maria. **Memória, educação, fotografia: leituras complexas.** I Congresso Brasileiro de História da Educação. 2000. Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/node/82>> Acesso em: nov. 2017.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher.** 2 ed. São Paulo: Planeta, 2014.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

EGGERT, Edla (org). **Processos Educativos no Fazer Artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

_____. Qual a contribuição e dos desafios da educação popular para a transformação social? In: TORRES, Fernando *et al.*, **Teologia da Libertação e Educação Popular: a caminho.** São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos, 2006.

_____; SILVA, Marcia Alves da. **O ‘dentro’ e o ‘fora’ do trabalho feminino: entre os papéis de mãe, esposa e trabalhadora.** Revista Educação Unisinos 14 (1): 59-65. Jan/Abr, 2010.

FIORAVANTTI, Carlos. **Retratos dos Pulmões.** Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, p. 90-91, Fevereiro, 2015.

FISCHER, Nilton Bueno; LOUSADA, Vinícius Lima. Saber (erudito/saber popular/saber de experiência). In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs.) **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FRAGMENTOS DE NOSSA HISTÓRIA LOCAL. Blumenau: Blumenau em

Cadernos, Tomo XLII, nº5/6, mai/jun, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da Esperança** – um encontro com a pedagogia do oprimido. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 59º rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

GUEDES, Sandra P. L. C. **Instituição e Sociedade: a trajetória do Hospital São José de Joinville 1852-1971.** 01. ed. Joinville: Movimento & Arte, 1996.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação.** Perspectivas. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

HOLANDA, Fabíola; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer, como pensar.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

LOPES, Marta Júlia Marques; LEAL, Sandra Maria Cezar. **A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira.** Cadernos Pagu, 2005, 24, jan/jun: 105-125.

LOPES, Rosana Studnicka. **Educação & Memória: Saberes e Fazeres de Mulheres Parteiras da Região Serrana de SC.** Lages, 2008. 91 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Planalto Catarinense, 2008.

KELLER, Alferdo J. **Michaelis: dicionário escolar alemão:** alemão-português, português-alemão São Paulo: Editora Melhoramentos; 2002.

MASSARANDUBA. Lei nº 1236/2010, de 26 de outubro de 2010. Dispõe sobre a criação do Museu Histórico Municipal de Massaranduba, e dá outras providências. 2010.

_____. Decreto nº 3084/2015, de 23 de março de 2015. Dispõe sobre o Regimento Interno estabelecido para o Museu Municipal de Massaranduba. 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Canto de morte Kaiowa** – história oral de vida. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento** – Pesquisa qualitativa na saúde. 7ª ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

_____. (org.). **Pesquisa Social** – Teoria, Método e Criatividade. 34^a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MONTENEGRO, Carlos Barbosa; REZENDE FILHO, Jorge de. **Obstetrícia**, 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave Inventário). ISBN 978-85- 7334-299-4.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Madame Durocher, modista e parteira**. Estudos Feministas, n.1, 101-116, 1994.

_____. **O curso de partos: deve ou não haver parteiras?** Cadernos de Pesquisa, n. 108, 133-160, nov, 1999.

_____. **Parteiras**: O outro lado da profissão. Revista Gênero, Niterói, v. 6, nº 1, p. 117-140. 2º sem, 2005.

MUCIDA, Ângela. **Escrita de uma memória que não se apaga**: envelhecimento e velhice. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. **África**: Terra, Sociedades e Conflitos. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2012.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Saberes em festa**: gestos de ensinar e aprender na cultura popular. Goiânia: Editora Kelps - Editora da UCG, 2005.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**, Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Gênero e Etnicidade**: histórias e memórias de parteiras e curandeiras no norte da Amazônia. Revista Gênero na Amazônia. Belém, nº 2, jul/dez 2012, p. 201-224.

PLATÃO. Teeteto - Crátilo. In: **Diálogos de Platão**. 3 ed., Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

RECH, Jeisa. **Partos e parteiras: Histórias e memórias femininas em Joinville**. Revista Univille, v.12, 2007.

RÉCHIA, Karen Christine. Das senhoras dos “repolhos” e das “roças”: ou de como nasciam os bebês. In: MORGA, Antônio Emílio (Org.) **História das Mulheres de Santa Catarina**. Chapecó: Editora Argos, 2001.

_____. **Lembranças íntimas de minha avó: partos, parteiras e outras histórias em Treze de Maio-SC**. Florianópolis, 1998. 161 p. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

RIESCO, Maria Luiza Gonzalez; TSUNECHIRO, Maria Alice. **Formação profissional de obstetrizes e enfermeiras obstétricas**: velhos problemas ou novas possibilidades? Revista Estudos Feministas, nº2, 2002, p. 449-459.

ROSA, Graziela Rinaldi da. **As relações de gênero na filosofia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2015.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.082 de 05 de janeiro de 1918. Regula o serviço de higiene.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Editora Autores Associados Ltda, 2013.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. (Org.) **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

STRAUB, Ericson Luiz. **A tipografia nos meios editoriais de Curitiba**. Florianópolis, 2002. 262 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

STRECK, Danilo R. **Pesquisar é pronunciar o mundo**. Grupo de pesquisa Mediação Pedagógica e Cidadania da UNISINOS. Texto apresentado na V ANPED Sul, em abril de 2004, em Curitiba. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Mesa_Redonda/Mesa_Redonda/01_07_25_PESQUISAR_E_PRONUNCIAR_O_MUNDO.pdf . Acesso em 29/07/2016.

_____. **“O intelectual como transgressor”**: Richard Shaull E o pensamento educacional Latino-Americano. Revista Reflexão e Ação, Santa

Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 27-45, Maio./Ago. 2017. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>

_____. **Rousseau & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. *et al.* **Educação popular e docência**. São Paulo: Cortêz, 2014.

TAMANINI, Elizabete. **Educação popular, patrimônio cultural e museu no Século XXI** – O que têm a nos dizer sobre a presença da mulher? Revista Trama Interdisciplinar, São Paulo, v.7, n. 1, p. 150-164. Jan/Abr 2016.

_____. PEIXER, Zilma Isabel. Água Mole em Pedra Dura Tanto Bate Até que fura: Educação Popular e Herança cultural no Século XXI. Revista Arqueologia Pública, São Paulo, nº 2, 2007, p. 23-32.

_____; PEIXER, Zilma Isabel. Educação e Patrimônio Cultural: diálogos entre cidade e campo como lugares de identidades ressonantes. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.3, n.1, p.30-50, jan/jun, 2011.

_____; VIEIRA, Valdirene da S. Sobre educação popular e memória - Escutas e ensinamentos de mulheres que contam sobre si. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 17, n. 2, p. 471-485, nov. 2015.

TORNQUIST, Carmem Susana. **A mão e luva: o processo de medicalização do parto e o corpo feminino em Florianópolis**. In: MORG, Antônio Emílio (Org.) História das Mulheres de Santa Catarina. Chapecó: Editora Argos, 2001.

TORRES, Fernando. et. al. **Teologia da Libertação e Educação Popular: a caminho**. São Leopoldo: CEBI, 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THUM, Carmo. **Educação, História e Memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes**. São Leopoldo, 2009. 384 p. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vales dos Sinos – UNISINOS, 2009.

WAYNE, Au; APPLE, Michael W. Repensando a reprodução: o neomarxismo na teoria da educação crítica. In: APPLE, Michael W.; WAYNE, Au; GANDIN, Luís Armando (orgs.). **Educação crítica: análise internacional**. Porto Alegre: Artmed, 2011. P. 100-113.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

ZIRBEL, Ilze. **O fim de uma prática e o início de outra: a criação de uma escola de partos em Blumenau na década de 30**. Blumenau em Cadernos, v.XLIV, p. 61-73, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada “**SABERES E FAZERES DE MULHERES PARTEIRAS: EDUCAÇÃO POPULAR, GÊNERO E TRABALHO**”, que será desenvolvida pela mestrandia **CRISTINA GONÇALVES CHÉRICI CECCATO**, coordenada pela Prof.^a Dr.^a. “**ELIZABETE TAMANINI**” que estão vinculadas ao Programa de Mestrado em Educação da UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. Este projeto de pesquisa se justifica mediante necessidade de investigação de quais saberes e fazeres constituíram o exercício das funções de parteira no início do século XX, bem como as interfaces esses saberes e fazeres têm com a educação popular e gênero. A realização da pesquisa se dará por meio de estudos bibliográficos, de artefatos - cultura material presentes no Museu Municipal de Massaranduba – SC e de entrevistas orais.

Os dados serão coletados por meio da realização de entrevistas, mediante sua autorização. Destacamos que, pelo interesse científico, as entrevistas serão registradas via anotações em bloco de notas e por gravações de voz e ou vídeo, desde seu consentimento, transcritas e posteriormente apresentadas para a sua aprovação. É importante mencionar que você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira ao participar desta pesquisa. Destacamos que a participação nesta pesquisa é opcional e que representa riscos ou desconfortos mínimos. Conceitualmente toda coleta de dados envolvendo seres humanos acarreta em algum tipo de risco, incluindo os riscos inerentes à vida (risco mínimo). Caso tenha dúvidas, leia mais informações no item RISCOS: <http://novo.univille.edu.br/pt-BR/a-univille/proreitorias/prppg/setores/area-pesquisa/comite-etica/pesquisa/projeto-de-pesquisa-com-seres-humanos/645058>. Lembramos que esta pesquisa poderá proporcionar conhecimento quanto ao processo de aprendizagem das parteiras, pensando metodologias que melhor desenvolvam o fazer, bem como para compreensão de questões de gênero, educação popular e trabalho.

ATENÇÃO: A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da Univille. Endereço – Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - campus Universitário – CEP 89219-710 Joinville – SC ou pelo telefone (47) 3461-9235. Após ser esclarecido(a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação do sujeito, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Pesquisador responsável:

Nome: _____

Assinatura: _____

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como sujeito e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data:

Assinatura do Sujeito ou Responsável legal:

Telefone para contato:

APÊNCICE B

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
Profa. Dra. Elizabete Tamanini
Mestranda: Cristina Gonçalves Chéríci Ceccato

**Blocos Temáticos para as narrativas sobre a história de vida da parteira
Maria Petri Besen – apoiado em temas geradores - para o processo de
Pesquisa**

Narradora: _____

Ouvinte/pesquisadora: Cristina Gonçalves Chéríci Ceccato

Data:..... /..... /.....**Horário:** _____

Local da Narração: _____

Projeto: “SABERES E FAZERES DE MULHERES PARTEIRAS: EDUCAÇÃO POPULAR, GÊNERO E TRABALHO”

Neste dia _____ de _____ de 2016, eu, Cristina Gonçalves Chéríci Ceccato, mestranda do Mestrado em Educação, da Univille, estou realizando a audição das narrativas de _____, sobre história de vida da parteira Maria Petri Besen. Esta audição faz parte do projeto de pesquisa **“SABERES E FAZERES DE MULHERES PARTEIRAS: EDUCAÇÃO POPULAR, GÊNERO E TRABALHO”**.

Temática 1: O que guardar e como guardar, cuidar e preservar?

- Que história tem os artefatos da parteira Maria Petri Besen, que estão no Museu Municipal de Massaranduba?

Temática 2: Ofícios e saberes da Parteira e do Parir

- Como Maria Petri Besen aprendeu a ser parteira? Como/onde, e com quem foi esse aprendizado?

- Como era a prática e como acontecia o trabalho de Maria Petri Besen enquanto parteira?

- Como Maria Petri Besen compreendia (via/entendia) o trabalhar como parteira? Que sentidos ela dava ao parturir?

Temática 3: Memórias e histórias de quem têm para contar

- Como Maria Petri Besen, compreendia as mulheres, suas responsabilidades e a vida na comunidade?

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SABERES E FAZERES DE MULHERES PARTEIRAS: EDUCAÇÃO POPULAR, GÊNERO E TRABALHO

Pesquisador: CRISTINA GONCALVES CHERICI CECCATO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 58911616.9.0000.5366

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.793.511

Apresentação do Projeto:

Conforme parecer consubstanciado n. 1.730.639.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme parecer consubstanciado n. 1.730.639.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme parecer consubstanciado n. 1.730.639.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não se aplica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE foi revisto e foram acrescentadas as informações sobre os possíveis riscos, além do acréscimo do Instrumento de pesquisa.

Recomendações:

Ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no site da Univille Universidade).

Endereço: Rua Paulo Melchitzki, n° 10. Bloco B, Sala 17.
Bairro: Zona Industrial **CEP:** 89.219-710
UF: SC **Município:** JOINVILLE
Telefone: (47)3481-0235 **E-mail:** comitetic@univille.br



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 1.793.511

Segundo a Resolução 466/12, no item

XI- DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

d) Elaborar e apresentar o relatório final;

Modelo de relatório para download na página do CEP no site da Univille Universidade.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "SABERES E FAZERES DE MULHERES PARTEIRAS: EDUCAÇÃO POPULAR, GÊNERO E TRABALHO", sob CAAE 58911616.9.0000.5366 do (a) pesquisador(a) CRISTINA GONCALVES CHERICI CECCATO, de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares foi considerado APROVADO após análise.

Informamos que após leitura do parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no site da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso (<http://www.univille.edu.br/status-paracer/645062>).

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_777679.pdf	07/10/2016 17:27:48		Aceito
Outros	RoteirodeEntrevistas.pdf	07/10/2016 17:01:18	CRISTINA GONCALVES CHERICI CECCATO	Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	07/10/2016 17:00:47	CRISTINA GONCALVES CHERICI CECCATO	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCErevisado.pdf	05/10/2016 21:54:12	CRISTINA GONCALVES CHERICI CECCATO	Aceito

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 17.
Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710
UF: SC Município: JOINVILLE
Telefone: (47)3481-0235 E-mail: comitetic@univille.br



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 1.793.511

Ausência	TCLEREvisado.pdf	05/10/2016 21:54:12	CRISTINA GONCALVES CHERICI CECCATO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoParceiras.pdf	18/08/2016 20:18:07	CRISTINA GONCALVES CHERICI CECCATO	Aceito
Outros	DECLARACAOMUSEU.pdf	18/08/2016 20:08:09	CRISTINA GONCALVES CHERICI CECCATO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLAssinado.pdf	18/08/2016 19:55:29	CRISTINA GONCALVES CHERICI CECCATO	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	18/08/2016 19:53:44	CRISTINA GONCALVES CHERICI CECCATO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOINVILLE, 26 de Outubro de 2016

Assinado por:

Eldeide Abril Gordon Findlay
(Coordenador)

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 17.
Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710
UF: SC Município: JOINVILLE
Telefone: (47)3481-0235 E-mail: comitetic@univille.br

AUTORIZAÇÃO

Nome do autor: Cristina Gonçalves Chéríci Ceccato

RG: 4323347 SSP/SC

Título da Dissertação: "EDUCAÇÃO POPULAR EM INTERFACE COM MEMÓRIA E GÊNERO: O 'FAZER-SE' DAS MULHERES PARTEIRAS COMO PRÁTICAS DE HERANÇA CULTURAL".

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 14/02/2016.

Cristina G. Chéríci Ceccato

Cristina Gonçalves Chéríci Ceccato